



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LÍNGUA E CULTURA REGIONAL

MARIA DO SOCORRO MELO ARAÚJO

TOPONÍMIA DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA

BOA VISTA - RR

2014

MARIA DO SOCORRO MELO ARAÚJO

TOPONÍMIA DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Estudos da Linguagem e Cultura Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Odileiz Sousa Cruz

BOA VISTA-RR

2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

A633t Araújo, Maria do Socorro Melo.
Toponímia de comunidades indígenas do município de pacaraima /
Maria do Socorro Melo Araújo. - Boa Vista- RR, 2014.
157 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Odileiz Sousa Cruz..
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa
de Pós-Graduação em Letras.

1 – Lexicologia. 2 – Toponímia. 3 – Indígenas. 4 – Pacaraima-RR. I –
Título. II. – Cruz, Maria Odileiz Souza (orientadora).

CDU- 801.3(811.4)

TERMO DE APROVAÇÃO

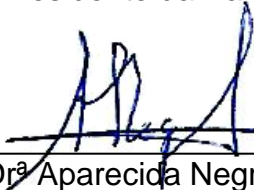
MARIA DO SOCORRO MELO ARAÚJO

TOPONÍMIA DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Estudos da Linguagem e Cultura Regional. Defendida em 21 de março de 2014 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



Prof. Drª Maria Odileiz Sousa Cruz
Orientadora e Presidente da Banca – PPGL/UFRR



Prof. Drª Aparecida Negri Isquero
Convidado Externo/PPGMEL/UFMS



Prof. Drª Alessandra de Souza Santos
Professora da UERR



Prof. Dr. Lourival Novais Neto
Suplente – PPGL/Universidade Federal de Roraima

Ao Brito Boto, com quem divido as alegrias e os
percalços da vida.
Aos meus filhos Samir, Solon e Sávio, de quem
tenho o mais sublime orgulho.
Aos meus pais, Clóvis e Socorro, os primeiros
mestres que conheci.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, porque me deu a vida, a força e a fé.

À competente professora Odileiz Cruz, minha orientadora, pelos incansáveis encontros de orientação em qualquer lugar e a qualquer hora, sempre com respostas ou com reflexões que me fizessem pensar como pesquisadora e, pela companhia maravilhosa em quase todas as viagens de coleta de dados. Ouso chamá-la, depois deste percurso, de amiga amada.

Ao meu amigo Alvino, índio Macuxi, pela ajuda na seleção das comunidades que fizeram parte deste estudo, por ter proporcionado a minha interação com os indígenas e por estar sempre pronto a me ajudar sem medir esforços.

Aos colegas professores, Carmem Spotti e Jairzinho Rabelo, pela força precípua e indicações de leitura; Neves Magalhães, Iris Anita e Antônio Hilário, pelas trocas de aulas e ajustes de horários para que eu cumprisse todas as etapas do processo; Adriana Albano e Eliabe Procópio, a quem não tenho palavras para agradecer a dedicação dispensada à leitura desta dissertação e as discussões de temas relacionados.

Aos professores Dra. Aparecida Negri Isquerdo, Dra. Alessandra Souza Santos e Dr. Lourival Novais Néto, porque aceitaram o convite para avaliar esta dissertação.

Aos professores do PPGL pela aquisição do conhecimento a partir das aulas teóricas e das produções científicas que me levaram a publicar.

À Andréia, secretária do Programa, pela pronta produção dos documentos e pela gentileza com que recebe a todos no PPGL.

Ao Enderson, acadêmico de Letras, sempre à disposição, mesmo quando o trabalho entrava noite adentro.

À Universidade Federal de Roraima, particularmente, ao Programa de Pós Graduação em Letras pela oferta do curso e condições de viagem para as comunidades.

À Universidade Estadual de Roraima pela concessão de transporte para realização de algumas viagens.

A todas as organizações indígenas que consentiram a minha entrada nas comunidades para a realização desta pesquisa, em especial a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), a Associação dos Povos Indígenas do

Estado de Roraima (APIRR); a Associação dos Povos da Terra Indígena São Marcos (ATISM), a Organização dos Povos Taurepang, Wapichana e Macuxi (TWM).

A meus pais, Clóvis Araújo, que mesmo distante, acredita e torce pelo meu crescimento intelectual, e Socorro Melo, que ao longo de sua idade, soube conduzir a minha casa, durante a minha ausência/presença com carinho de vó.

Aos meus filhos, Samir, que acompanhou com detalhes todas as fases deste trabalho; Solon e Sávio, e minha nora Andréia, que dividindo seu tempo entre trabalho e faculdade me auxiliaram com transcrições, confecção de mapas e conferência de material, além de solucionarem meus entraves com o computador. Pelas vezes que deixaram de viver suas vidas de jovens, para viverem a minha. Pelo apoio absoluto com o seu pai, e, sobretudo, pela segurança e apoio emocional que me dedicaram nos meus momentos de desânimo, sempre me lembrando de que sou espelho para vocês.

À minha família, irmãos, irmãs, cunhadas e sobrinhos que me motivaram e compreenderam a minha ausência nas reuniões de família, porque me dedicava ao mestrado.

Ao meu esposo Brito Boto que, mesmo com sua saúde debilitada, me acompanhou durante todo esse trajeto, incentivou-me, torceu, rezou, aceitou a lacuna de minha ausência e me aplaudiu em cada uma das etapas cumpridas.

A todos os colegas de turma, pelo meu crescimento intelectual a partir das discussões em sala de aula. Especialmente ao meu amigo Fabrício Paiva Mota pelas críticas e sugestões trocadas que fizeram brotar uma grande amizade.

Aos indígenas das comunidades Sabiá, Boca da Mata, Bananal, Guariba, Sorocaima I e II, Contão, Canta Galo, Machado, Barro, Surumu, São Jorge, Perdiz e Maruai que abriram as portas de suas casas para me receberem e, gentilmente, conversaram sobre suas memórias, histórias muitas vezes difíceis de relatar, mas que acreditaram no meu trabalho, e agora veem a história de suas comunidades registrada.

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.
(Andrade, Carlos Drummond de. *Revista*
Antropofagia, 1928)

E'ma Rakita

Tiwinan tî' wanîpî e'ma rakita
E'ma rakita tiwinan tî' wanîpî
Tiwinan tî' wanîpî
Tiwinan tî' wanîpî e'ma rakita.
Uuwanmîra mîrîrî kupîuya pepîn
Uyenan kenîpamî'pî eramatouya ya'.
Uuwanmîra kupîuya pepîn tiwinan tî' wanîpî pî'
e'ma rakita.
E'ma rakita tiwinan tî' wanîpî
Tiwinan tî' wanîpî e'ma rakita
(Andrade, Carlos Drummond de. *Revista*
Antropofagia, 1928. Poema traduzido do Português
para o Macuxi por Jonas de Souza Marcolino,
tuxaua do Contão)

RESUMO

A toponímia, no Brasil, tem se mostrado um campo rico de pesquisa dentro dos estudos onomásticos, visto seus objetivos ultrapassarem o ato de nominar, reconstituir valores sóciohistóricos, culturais e linguísticos, e revelar episódios de momentos distintos da vivência da comunidade. O estudo acerca da *Toponímia de Comunidades Indígenas do Município de Pacaraima* partiu da hipótese de que os topônimos em Língua Portuguesa trazem na subjacência, no mínimo, um topônimo em língua indígena que se revela pelo estudo da etimologia e dos estratos linguísticos. A dissertação analisou traços histórico-culturais, linguísticos e etimológicos dos nomes de comunidades indígenas e procurou entender o que levou um povo a batizá-la com determinado topônimo, o que foi importante para essa denominação e se a comunidade recebera topônimos anteriores, assim como entender o que pode ter ocasionado a substituição de um topônimo por outro. O *corpus* constituiu-se de 27 acidentes humanos, comunidades indígenas de Pacaraima, na Terra Indígena São Marcos e na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O trabalho foi norteado, principalmente, pelos parâmetros teóricos metodológicos de Dick (1990, 1992, 2000). A dissertação mostrou que a motivação toponímica volta-se principalmente para a fauna, a flora e a cultura da região, por exemplo Guariba, Bananal e Maruai, respectivamente. Enquanto a investigação da etimologia dos sintagmas toponímicos apresentou, como determinante, a fórmula simples, SN(N), Surumu, embora apareçam algumas complexas do tipo [SN (SN + Posp (+ Cóp))], *wa'rara'pise* (TR), organizou os topônimos em quatro grupos, considerando os seus elementos formadores: a) Topônimos em LP com correspondente em LI, b) Topônimos em LP sem correspondente em LI, c) Topônimos em LI com correspondente na LP e d) Topônimos em LI que sofreram aportuguesamento. Nesse quadro, a maior ocorrência está no item “a” da classificação e a menor no item “b”. O estudo evidenciou, na classificação taxionômica, os zootopônimos, os fitotopônimos e os ergotopônimos. Finalmente, ratificou o alcance das narrativas orais na reconstituição da memória e da história das comunidades, da mesma forma que comprovou a presença de línguas subjacentes aos atuais topônimos em Português.

Palavras chave: Lexicologia. Toponímia. Comunidades Indígenas

ABSTRACT

The toponymy, in Brazil, has been showing if a rich field of research inside of the names studies, sees your objectives they surpass the naming act, to reconstitute values partner-historical, cultural and linguistic, and to reveal episodes of diferente moments from the community's existence. The study concerning Toponymy of Indigenous Communities of the Municipal district of Pacaraima broke of the hypothesis that the toponymies in Portuguese Language bring in the underlay, at least, a toponymy in indigenous language that is revealed by the study of the etymology and of the linguistic strata. The dissertation analyzed lines historical-cultural, linguistic and etymologic of the indigenous communities' names and we tried to understand what it took a people to baptize themselves with certain toponymy, what was important for that denomination and if the community had received previous toponymies, as well as understanding what might have caused the substitution of a toponymy for other. The corpus was constituted of 27 human accidents, indigenous communities of Pacaraima, in Indigenous land São Marcos and the Raposa Serra do Sol. The work was orientated, mainly, for the theoretical-methodological parameters of Dick (1990, 1992, 2000). The dissertation showed that the motivation toponymic goes back mainly to the fauna, the flora and culture of the area, for example Guariba, Banana plantation and Maruai respectively. While the investigation of the etymology of the presented phrases, as decisive, the simple formula, SN(N), 'Surumu', although they appear some complex of the type SN(SN + Posp(+ Cóp)) '*wa'rara'pise*' (TR), and it organized the toponymies in four groups, considering your former elements: the) Toponymies in LP with correspondent in LI, b) Toponymies in LP without correspondent in LI, c) Toponymies in LI with correspondent in the LP and d) Toponymies in LI that they suffered 'aportuguesamento'. In this picture, the largest occurrence is in the item " a " of the classification and the smallest in the item " b ". The study evidenced, in the classification of the taxonomy, Zootoponymies, Fitotoponymies and Ergotoponymies. Finally, it ratified the reach of the oral narratives in the rebuilding of the memory and of the communities' history, in the same way it proved the presence of underlying languages to the current toponymies in Portuguese.

Key Words: Lexicology. Toponymy. Indigenous communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Pacaraima	28
Figura 2 - Mapa de localização das comunidades visitadas	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes	69
Gráfico 2 - Escolaridade x idade	70
Gráfico 3 - O papel dos colaboradores na comunidade	71
Gráfico 4 - Os colaboradores e suas etnias	72
Gráfico 5 - Traços linguísticos dos topônimos.....	113
Gráfico 6 - Os topônimos e seus elementos formadores	121
Gráfico 7 - Os topônimos quanto à natureza das taxes	135
Gráfico 8 - Topônimos e suas taxionômicas.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ficha lexicográfico-toponímica	65
Quadro 2 - Etnografia da pesquisa.....	74
Quadro 3 - Marcas linguísticas nos topônimos.....	115
Quadro 4 - Resumo das comunidades e mudanças toponímicas	126
Quadro 5 - Resumo da análise toponímica	131

LISTA DE SIGLAS

EMBRATEL	- Empresa Brasileira de Telecomunicações
FAB	- Força Aérea Brasileira
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNASA	- Fundação Nacional da Saúde
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OPIRR	- Organização dos Professores Indígenas de Roraima
PPGL	- Programa de Pós Graduação em Letras
SODIUR	- Sociedade de Defesa dos Índios unidos de Roraima
SUCAM	- Superintendência de Campanhas da Saúde Pública
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIRSS	- Terra Indígena Raposa Serra do Sol
TISL	- Terra Indígena Serra da Lua
TISM	- Terra Indígena São Marcos
TWM	- Organização dos Povos Taurepang, Wapichana e Macuxi
UERR	- Universidade Estadual de Roraima
UFRR	- Universidade Federal de Roraima

LISTA DE ABREVIATURAS

2	Segunda pessoa
A	Sujeito do Verbo Trans, agente
AF	Acidente Físico
AH	Acidente Humano
Bot	Botânica
Cóp	Cópula
D	Dona
Etnog	Etnográfico
Fam	Família
LE	Língua Espanhola
LI	Língua Indígena
LIng	Língua Inglesa
LM	Língua Macuxi
LP	Língua Portuguesa
LPta	Língua Patamona
LT	Língua Taurepang
LW	Língua Wapichana
O	Objeto
Pas	Passado
Posp	Posposição
Prep	Preposição
Pron	Pronome
SA	Sintagma Adjetival
Sf	Substantivo Feminino
SN	Sintagma Nominal
SP	Sintagma Preposicionado
Subst	Substantivo
SV	Sintagma Verbal
TI	Terra Indígena
Vb	Verbo
Zool	Zoologia

LISTA DE SÍMBOLOS

- [] colchete, segmento fonético
- // barra, segmento fonológico
- ~ flutuação, variação
- : segmento alongado
- > deriva
- ' Sílabas tônicas/fone glotal em LM

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	15
INTRODUÇÃO	17
1 FEIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICA E ETNOLINGUÍSTICA DE PACARAIMA.....	21
1.1 Introdução	21
1.2 Entre região e fronteira: antigas e novas definições.....	21
1.3 Roraima em contexto	24
1.4 Pacaraima, um município e sua diversidade	27
1.5 Memória e história: o presente e o passado ligados pelas narrativas orais	30
1.5.1 A narrativa é uma forma de propagar a memória	32
2 DA LINGUAGEM AO NOME DO LUGAR	37
2.1 Introdução	37
2.2 Linguagem, língua e cultura	37
2.3 Percepções etnolinguísticas em elo com a etnotoponímia.....	40
2.4 O léxico e sua dimensão etnolinguística	42
2.4.1 O Topônimo como componente lexical	43
2.4.2 O topônimo como parte dos estudos dialetológicos	45
2.5 Toponímia: a denominação indígena no Brasil	48
2.6 Toponímia e a categorização dos nomes.....	52
2.6.1 Taxionomias de natureza física.....	55
2.6.2 Taxionomias de natureza antropocultural.....	56
3 PRECEITOS METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA EM TOPONÍMIA INDÍGENA – RORAIMA EM FOCO.....	60
3.1 Introdução	60
3.2 O método da pesquisa	60
3.3 Medidas legais	61
3.4 A coleta de dados.....	62
3.4.1 A ficha lexicográfico-toponímica.....	64
3.5 Os colaboradores	66
4 PERFIL ETNOGRÁFICO DOS COLABORADORES	68
4.1 Introdução	68
4.2 As variáveis etnográficas.....	68
5 O ESTUDO TOPONÍMICO DAS COMUNIDADES	78

5.1 Introdução	78
5.1.1 Sabiá que não é pássaro.....	80
5.1.2 Boca da mata: uma mistura de etnias	82
5.1.3 De “Makayapan” a Bananal.....	84
5.1.4 O macaco Guariba	87
5.1.5 O nome perigoso “Sarakainak”	88
5.1.6 Sorocaima II: o desmembramento	90
5.1.7 Contão: a árvore “marfim”	91
5.1.8 O galo canta (Canta Galo) na serrota.....	93
5.1.9 A história do Machado.....	94
5.1.10 Barro e Surumu: as comunidades que se dividem	96
5.1.10.1 O caminho do “Barro”	98
5.1.10.2 As águas do rio Surumu	100
5.1.11 O cavalo de São Jorge	101
5.1.12 A pedra do Perdiz.....	103
5.1.13 “Maruai”: a resina que cura	104
6 CLASSIFICAÇÃO LINGUÍSTICA, ETIMOLÓGICA E TAXIONÔMICA DOS TOPÔNIMOS	107
6.1 Introdução	107
6.2 Traços linguísticos dos topônimos	107
6.3 A motivação e as taxes	118
6.3.1 Topônimos em LP com correspondente em LI.....	121
6.3.2 Topônimos em LP sem correspondente em LI.....	123
6.3.3 Topônimos em LI com correspondente em LP	123
6.3.4 Topônimos em LI que sofreram aportuguesamento	124
6.4 O rastro dos topônimos	125
6.5 As taxes em evidência.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICES	148
ANEXO	155

INTRODUÇÃO

O estudo de natureza léxica existe há muito tempo, a noção de 'palavra' envolve não apenas os aspectos fonológicos realizados pelos falantes de uma língua ou a estrutura de seus elementos formadores ou ainda as relações que estabelece dentro da frase, mas também a interpretação desta, o valor semântico. Os fenômenos linguísticos oriundos da relação do léxico com o social, com o uso natural da língua pelos falantes é preocupação da Sociolinguística.

Nesse contexto sociolinguístico, encontra-se a necessidade do homem de nominar as coisas do mundo, primeiro pela função da identificação, depois pela possibilidade de perpetuação do termo na história de um grupo. A parcela do léxico que estuda a função de denominação de pessoas (Antroponímia) e de lugares (Toponímia) é a Onomástica. Este estudo, uma análise onomástico-toponímica, tem focaliza a relação entre língua, história e cultura, especificamente de topônimos de comunidades indígenas. O estudo da toponímia tem uma incumbência muito maior do que apenas a função de nomação, ela é capaz de reconstituir uma história, contribuir para salvaguardar a memória de um grupo social.

No Brasil, o estudo dialetológico tem avançado nas últimas décadas, sobretudo com a apresentação de Atlas linguísticos, como exemplo específico de toponímia indígena, cito os estudos, a saber, o *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins - Projeto Atito* (KLINGER, 2006), cujo resultado apontou que a escolha em quase cem por cento (99%) dos topônimos do estado de Tocantins são de origem tupi e foram motivados por elementos da natureza.

Para fazer uma abordagem do tema no Estado de Roraima, valho-me do estudo de Carneiro (2007), intitulado *A morada dos Wapixana: Atlas Toponímico da Região Indígena Serra da Lua- RR*, no qual foram analisados 17 topônimos de comunidades da Terra Indígena Serra da Lua - TISL. Nesse trabalho, a preferência de denominação deu-se para os zootopônimos e fitotopônimos, situação que coincide com os resultados obtidos na presente dissertação.

Cito ainda outros estudos toponímicos de menor abrangência territorial realizados em Roraima, são eles: *O estudo toponímico do município de Uiramutã* de Silva e Cruz (2011) e Araújo e Cruz (2013), que apresentam a classificação taxionômica e a motivação dos topônimos das comunidades Barro, Surumu e São Jorge da Terra Indígena raposa Serra do Sol - TIRSS. Esses estudos revelam

estratos dialetais das línguas Macuxi, Ingarinkó e outras, algumas vezes, desses topônimos já aportuguesados¹.

No que tange à pesquisa científica, a questão indígena no Brasil tem sido tema das mais diversas áreas do conhecimento. No caso específico de Roraima, estado brasileiro com maior quantidade de terras indígenas, 46,68% do seu território é ocupado por 50.406 indígenas que estão distribuídos entre as etnias: Macuxi, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Taurepang, Ingarikó, Patamona, Yekuana, Sapará, Wapichana e Yanomami (IBGE, 2010), as discussões, na sociedade e no âmbito acadêmico, ocupam lugar privilegiado. A motivação deste estudo nasceu logo que cheguei à Terra de Macunaima em 2004, quando observei o uso cotidiano de termos em língua indígena. Muito embora os significados de nomes de pessoas como Tayná, Inaê, Aramuru; de rios como Surumu, Uraricoera; de serras como Pacaraima; de pontes como Ponte dos Macuxi; cidades como Uiramutã, Amajari e até de monumentos públicos como Orla Tawmanan, bem como das etnias a que pertencem, não fossem do conhecimento da maioria dos não índios.

Em Roraima é comum que os nomes das comunidades em área indígena sejam nominados em português como Boca da Mata, Bananal, São Jorge ou aportuguesados, demonstrando que há, muitas vezes, uma vinculação do nome da comunidade a uma língua indígena, como Contão, Sorocaima, Surumu, entre muitos outros. Em função disso, este trabalho foi orientado pela hipótese de que em toda toponímia indígena, mesmo aqueles topônimos em língua portuguesa, há quase sempre outro topônimo na língua indígena subjacente ao topônimo atual, que pudesse ser mostrado pelo estudo destes topônimos, além dos estratos linguísticos, do sentimento e do percurso histórico por que tenha passado o topônimo.

No intuito de oferecer uma resposta para essa hipótese, foram selecionados um quadro teórico e procedimentos metodológicos a partir do objetivo geral: analisar traços histórico-culturais, linguísticos e etimológicos de nomes de comunidades indígenas no município de Pacaraima. Partindo dessa perspectiva, busquei compreender o que levou um povo a marcar sua comunidade com um determinado topônimo, entender a importância da atual denominação e, ainda, se o topônimo foi o primeiro daquela comunidade, se não, que nome(s) já recebera anteriormente e o que pode ter ocasionado a substituição de um topônimo por outro.

¹ Ato de dar forma da língua portuguesa a vocábulos de outras línguas.

Para que o objetivo geral fosse atingido, tracei alguns objetivos específicos que nortearam o estudo: a) investigar elementos histórico-culturais que possam ter motivado a escolha do topônimo; b) pesquisar a origem dos nomes das comunidades e relacioná-la às suas respectivas línguas e à realidade linguística de Roraima; c) contribuir para o estudo das línguas indígenas, a partir da reflexão sobre os traços etimológicos encontrados nos topônimos; d) apresentar os topônimos em suas respectivas classes taxionômicas, de acordo com Dick (1990); e e) identificar traços linguísticos e etimológicos de línguas indígenas e da Língua Portuguesa.

O marco teórico-metodológico e o tratamento dos dados coletados que formam o *corpus* desta pesquisa estão balizados especialmente nos parâmetros propostos por Dick (1990), referência primeira para estudos toponímicos no Brasil, cuja classificação taxionômica proposta em 1990 é, atualmente, utilizada por praticamente todos os pesquisadores brasileiros dedicados ao tema. As obras da autora é a literatura principal para pesquisadores toponimicistas, em especial, *Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de Estudos* (1992), *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990), *Investigação Linguística da Onomástica Brasileira* (2000) e *A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo* (1996) e fundamentam os estudos de Lexicologia, Sociolinguística e Dialectologia, dentre outros.

As comunidades selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa são todas situadas no município de Pacaraima e estão distribuídas parte na Terra Indígena São Marcos (TISM) e parte na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) (vide figura 1). São comunidades antigas e a seleção se deu a partir de indicações dos próprios índios em visitas a algumas comunidades e das observações feitas à época em que morava no município, quais sejam: Sabiá, Boca da Mata, Bananal, Guariba, Sorocaima I e II, Contão, Canta Galo, Machado, Barro, Surumu, São Jorge, Perdiz e Maruai. É importante dizer que o termo ‘comunidade’ é usado neste trabalho para designar as aldeias e/ou as malocas indígenas, e, ao mesmo tempo, vale ressaltar que “no Brasil, a denominação Terra Indígena (TI) se fortaleceu na década de 1961, por ocasião da criação do Parque Indígena do Xingu”, como destacou Cruz (2008, p. 133).

Este estudo está organizado em seis capítulos, além desta Introdução, das Considerações finais, das Referências e dos Apêndices. O primeiro capítulo trata de relações sociais entre o homem e a natureza num espaço geográfico, por isso são

considerados os conceitos atualizados de 'região' e de 'fronteira', que se explica no estado geográfico e histórico de Roraima, assim como a composição social heterogênea de Pacaraima, sua localização dentro das Terras Indígenas – TISM e TIRSS, área de tríplice fronteira, Brasil-Venezuela-Guiana. Com isso, além de dar a importância devida à memória popular das comunidades, as quais ligam o passado e o presente através do hábito do contador de narrativas orais, muito fluente na cultura indígena, é capaz de reconstruir a história de um grupo.

O segundo capítulo versa sobre os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa, voltados para os estudos da linguagem, da língua e da cultura, relacionados ao léxico e à dialetologia, representados pela categorização dos nomes de lugar a partir das taxionomias de natureza física e antropocultural de Dick (1990).

Em seguida, o terceiro capítulo trata dos caminhos percorridos na execução da pesquisa, em seus aspectos teórico-metodológicos. No quarto capítulo são apresentadas breves descrições das comunidades pesquisadas, com ênfase na motivação toponímica. O quinto capítulo trata dos procedimentos etnográficos na pesquisa toponímica. O sexto capítulo analisa traços linguísticos encontrados nos topônimos e os interpreta a partir de seus elementos linguísticos formadores, além de identificar se a comunidade recebeu topônimos anteriores.

Por último, são apresentadas as Considerações Finais desta pesquisa, além das Referências bibliográficas que embasaram o estudo e dos Apêndices, importantes para a compreensão de grande parte desta pesquisa.

1 FEIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICA E ETNOLINGUÍSTICA DE PACARAIMA

1.1 Introdução

A toponímia resulta das relações sociais entre o homem e seu grupo, e da relação desse grupo com a natureza em um espaço geográfico específico. Por isso, é importante para este estudo de topônimos de comunidades indígenas que sejam considerados os conceitos atualizados de ‘região’ e de ‘fronteira’, visto que a compreensão dos termos faz-se necessária para explicar a situação geográfica do *locus* da pesquisa, que são comunidades situadas em duas terras indígenas do município de Pacaraima, TISM e TIRSS, área indígena em tríplice fronteira, Brasil-Venezuela-Guiana.

A discussão parte do conceito clássico dos termos região e fronteira, chegando ao conceito atualizado que é acatado neste estudo e está fundamentada em Magalhães (2008), Cunha (2000), Martins (2009) entre outros.

1.2 Entre região e fronteira: antigas e novas definições

Início a discussão alertando para a importância de se entender o conceito clássico de ‘região’ no seu aspecto histórico, para depois compreender o que os autores chamam de conceito atualizado. De acordo com Gomes (1995 *apud* CUNHA, 2000, p. 41), a designação ‘região’ vem do Império Romano, a partir da palavra ‘*regione*’ que era utilizada para designar áreas que estavam sob o regime do Império. O autor afirma que “surge de forma ampla a relação entre a centralização do poder local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial”. Este conceito, clássico, retrata a hegemonia do Império Romano, facilmente observada nos mapas. Nesse contexto histórico, embora os governadores locais tivessem alguma autonomia sobre o espaço por ele dirigido, o poder de decisão competia ao Império.

O antigo conceito determinista de região tem sido abandonado por muitos geógrafos, visto que o termo era empregado

como sinônimo de região natural, aquela em que a região é o conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, tais como: clima, relevo, vegetação, hidrografia, etc, cuja influência se sobrepõe a ação do homem e até mesmo a determina. (MAGALHÃES, 2008, p.31)

O abandono desse conceito por geógrafos, como Cunha (2000), se dá porque ele não abrange aspectos importantes como a historicidade e as contradições sociais que estão enraizadas no lugar e que são determinantes para a identidade cultural, fazendo com que especialistas busquem complementá-lo. O termo 'região', segundo o conceito clássico e tomando o sentido do termo que vem do senso comum, como princípio fundamental de localização, extensão e características naturais, da forma que é empregado usualmente com a expressão "região de fronteira", ou com expressões como "a região mais pobre", "a região montanhosa", ou "a região da cidade X" não condiz com a realidade, como afirma Cunha, "não há precisão de limites e a escala espacial varia muito" (2000, p.42). Não obstante, os conceitos que se buscam estão relacionados às dimensões espaciais; mas fronteira não é só isso, eles devem considerar as relações existentes, o avanço do contexto social, a evolução da comunicação e o processo de globalização.

Assim, a definição do termo deve ser "pensada como exercício epistemológico de integração e não como exercício matemático de representação cartográfica" (CASTRO, 1994, p. 57 apud CUNHA, 2000, p. 43-44). Com isso, a autora retoma 'região' com o cuidado de superar imposições metodológicas do modelo científico. Nesse sentido, conceitos que refletem a realidade e que são capazes de alcançar as diferenças, assim como as contradições, geradas pelas ações dos homens no seu percurso histórico em um determinado espaço, são trazidos pela geografia crítica. O conceito a seguir parece deixar mais acessível a compreensão do termo

como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade, assim, a região configura um espaço particular dentro de uma organização social mais ampla, com a qual se articula. (AMADO, 1990 apud MAGALHÃES, 2008, p. 32)

Esse conceito pode satisfazer outros autores que não são específicos da Geografia, uma vez que o autor caracteriza o termo 'região' como parte integrante de um todo que se relaciona e que pode ser relacionado a outros aspectos do cotidiano, como social, econômico, histórico, político e específicos de cada região.

Para Martin (1996 apud CUNHA, 2000, p. 45), dentro dessa totalidade, a "pluralidade real" deve ser trabalhada respeitando a singularidade espacial. Segundo

o autor, não se deve, nem deveria se esperar que uma única teoria revelasse a complexidade da totalidade.

A ponderação é necessária para uma explicação coerente quando houver a necessidade de utilização do termo região, uma vez que ele compreende o desenvolvimento territorial, sócio espacial e local. No entendimento de Cunha (2000), o termo demonstra que

essa complexidade do real precisa ser recortada a partir de uma escolha acertada da escala, que tenha uma dimensão fenomenológica, a qual deve permitir perceber a escala como uma medida pertinente às possibilidades de um reconhecimento mais correto da realidade. [...] Não fixar a explicação apenas na própria região, nem exclusivamente na totalidade que abarca, sob pena de cair nas armadilhas já apontadas por ela mesma. (CUNHA, 2000, p. 47)

O importante para essa discussão é apreender que o conceito de ‘região’ exprime uma relação com a diversidade de desenvolvimento social, territorial, regional e, especialmente, local, a partir de um modelo socioeconômico específico que se fundamenta em fatores internos, como a identidade cultural da comunidade. Eis que o novo conceito de ‘região’ não ignora o conceito tradicional, e sim eleva a noção de espaço à posição de núcleo, como uma das mais antigas, permanentes e importantes da história da humanidade (AMADO, 1990 apud MAGALHÃES, 2008). Nesse viés, o termo ‘região’ pode coincidir, em algum momento, com “fronteiras politicamente estabelecidas” como entre estados nacionais ou membros de uma federação (MAGALHÃES, 2008, p.32).

Outro termo usado para situar o *locus* da pesquisa, ‘fronteira’, está no dicionário como “Linha divisória entre territórios ou países; divisa; limite.” (AULETE, 2013). Visto dessa forma, parece simples o conceito, no entanto, ao se estabelecer uma relação de interação com o social, com a fluidez da vida em comunidade, parece um conceito insatisfatório.

Assim como ‘região’, visto anteriormente, o termo ‘fronteira’ é complexo e, portanto, necessita de uma base teórica para sua compreensão. Com esse propósito, é importante que se aborde uma amostragem histórica do sentido do termo. Para Martins (2009, p.132), as sociedades latino-americanas permanecem naquela época em que a sociedade era marcada pelo movimento de expansão demográfica de “terras ‘não-ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas (...) A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história de lutas étnicas e sociais”.

O autor descreve que os conflitos pela posse de terras, e, conseqüentemente, pela 'fronteira', desconstróem aquele conceito comportado do dicionário. No atual conceito, leva-se em conta a presença do homem nos dois lados do limite. Com isso, o conceito de 'fronteira' deve considerar especialmente a realidade social, como se observa no fragmento abaixo:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar de alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular (MARTINS, 2009, p. 133)

A 'fronteira' é, na realidade, não só a linha do limite entre os diferentes, como, especificamente o *locus* da pesquisa, índios de um lado e não-índios do outro; latifundiários de um lado e pequenos agricultores de outro, pessoas de diferentes nacionalidades e etnias em lados opostos, ao contrário, a fronteira é o lugar de intercâmbio, descobertas e conflitos que envolvem todos que ali vivem.

Os conceitos de 'região' e de 'fronteira' aqui discutidos, ambos vistos de forma interativa e dinâmica, tratam a situação de fronteira e a existência de conflitos que, de alguma forma, integra a vida dos índios, contexto da investigação. A interpretação destas novas definições subsidiou a pesquisa, permitindo a construção de concepções não apenas de aspectos externos de localização e extensão, mas das relações sociais, culturais e linguísticas existentes entre as pessoas que habitam ou que tenham habitado o lugar.

1.3 Roraima em contexto

Roraima tem seu território formado por terras indígenas, chamadas de comunidades, que se distribuem em quase todo o estado, o que possibilita ao índio, na maioria das vezes, um permanente contato com o não índio. Esse contato pode ser registrado, pela primeira vez, que se tem conhecimento, pelo antropólogo alemão Koch-Grünberg, que realizou expedições pela Amazônia em 1911 e 1924. A seguir, em breve narrativa, apresento as impressões do pesquisador acerca da paisagem de Roraima.

Em 1911, o antropólogo deixa Manaus, via rio Negro, em uma lancha a vapor que também transportava passageiros comuns da região, em direção aos “*campos gerais*, (...) que se estendem para além do Uraricoera, bem para o norte, até o Roraima” (p.39), Monte Roraima². Seguem pelo baixo rio Branco, e, ao aportar em Boa Vista, Koch-Grünberg (2006) vê “uma série de casinhas claras e agradáveis na alta rochosa margem direita” (p. 39). A expedição segue em direção ao norte, rumo à Fazenda São Marcos, “uma espécie de ponto de concentração para os índios das extensas cercanias” (p.43), na verdade, uma grande faixa de terra que ficava sob o domínio de mais duas fazendas, São Bento e São José. Talvez, os topônimos desses acidentes humanos (AH) tenham sido motivados pela presença de catequistas naquela região. Hoje, o topônimo São Marcos nomeia parte das terras cujas comunidades indígenas em estudo estão localizadas. O pesquisador narra ainda a interação com nativos, inclusive o auxílio que estes lhes davam com os transportes de bagagem e as informações sobre o lugar (KOCH-GRÜNBERG – I, 2006).

Quanto à localização geográfica, o estado de Roraima está situado na Região Norte do Brasil, cortado pela linha do Equador e é o mais setentrional estado do país, rico em diversidade ambiental e ecológica,

[...] entre as áreas de savana, ou campos, e de terras altas, serranas, revestidas por matas, é, assim, tematizada na tradição oral dos povos indígenas habitantes da área *circum-Roraima* de várias maneiras, bem como se expressa, ainda, na linguagem coloquial e nas atividades cotidianas, prestando-se a uma infinidade de contrastes estabelecidos com base em especificidades linguísticas, sociológicas regionais e/ou locais, referenciadas a técnicas e procedimentos distintos de exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2001, p. 17).

Nesse contexto de diversidades descrito por Santilli, encontram-se também situações de conflito, exemplo disso é o mito conhecido *El Dorado*, “que seria um lago muito rico em ouro e pedras preciosas” (FREITAS, 2001, p. 90), motivo de embates que para muitas etnias resultaram em profundas alterações na língua, cultura, identidade e memória, e para outras até em resultados mais radicais como a extinção.

Para contextualizar Roraima e, conseqüentemente, Pacaraima, parto do momento histórico por que passava o Brasil, num contexto de descobrimento, de demarcação de terras e, sobretudo, de denominação dos acidentes físicos e

² Montanha localizada na tríplice fronteira, Brasil-Venezuela-Guyana a 320 Km de Boa Vista.

antropoculturais encontrados e acerca da toponímia brasílica da época. Dick (2000) discorre:

A toponímia histórica do Brasil de origem indígena, não necessariamente recolhida apenas pelos religiosos, mas também pelos viajantes e naturalistas europeus, durante os descobrimentos, realça as características descritivas dos nomes, revelando o recorte de uma realidade bastante concreta. (DICK, 2000, p. 227)

Durante esse percurso histórico, sob forte influência dos colonizadores e de grandes embates entre índios e ‘brancos’ por interesses diversos, como terra e pedras preciosas, é que se desenvolveu a toponímia indígena brasileira, como mencionou Dick.

A história da colonização de Roraima é consideravelmente recente, data de 1775, com a construção do Forte de São Joaquim, localizado a leste da capital do Estado, marco consolidado pela presença dos portugueses, “apesar do Pedro Teixeira ter conhecido a foz do rio e até ter batizado com o nome de ‘Branco’ em 1639” (FREITAS, 2001, p. 89). O batismo a que Freitas faz referência é o “signo toponímico” Rio Branco, principal rio do Estado. A construção do forte acelerou o processo de colonização, o que, para Pereira (2010, p.108), deu início à violação da cultura indígena, com ações como os “aldeamentos”, em que era aproveitada a mão de obra indígena nas construções civis e as edificações de “fronteiras do desenvolvimento”, lugar onde ensinavam a Língua Portuguesa a partir da catequização. Todavia, os índios não aceitaram as imposições dos portugueses e se rebelaram contra eles, abandonando as aldeias (FREITAS, 2001, p. 91) e acomodando-se em outras regiões.

Essa passagem ressalta as revoltas protagonizadas pelos índios nos aldeamentos. Os Sapará e outros povos, como já aludimos, não se renderam aos projetos políticos dos portugueses, levando ao fracasso dos aldeamentos no Rio Branco. Após esses eventos, os portugueses não mais reproduziram tais experiências. A única medida administrativa, implementada ainda em fins do século XVIII, foi a chegada à região das primeiras cabeças de gado, com a criação da fazenda da Coroa. (CAVALCANTE, 2010, p.24)

A pesquisadora ratifica a história contada por Pereira (2010) e Freitas (2001), a partir, especificamente, do estudo dos povos Sapará. Com essas revoltas, embora, sem muita força, os índios tentaram defender o seu território. No entanto, muitas etnias ficaram separadas ou se mudaram totalmente do lugar de origem. Talvez, seja este o ponto da história que marca a sobreposição do homem ‘branco’

aqui no Estado e tenha colaborado para a '(re)elaboração' das identidades destas etnias.

Parte do conjunto da história do indígena roraimense refletiu também na criação dos topônimos, exemplo disso são as comunidades que tiveram seus topônimos, antes em língua indígena e posteriormente substituídos por outros em Língua Portuguesa, sob os mais diversos motivos. Todavia, os nomes próprios de lugares servem como ponto de partida não só para localização geográfica, mas também para a Antropologia, a Psicologia, enfim, para os estudos de cultura em geral, além de permitir a compreensão da mentalidade do denominador, não só de forma isolada, mas como projeção de seu grupo social (DICK, 1992, p. 6).

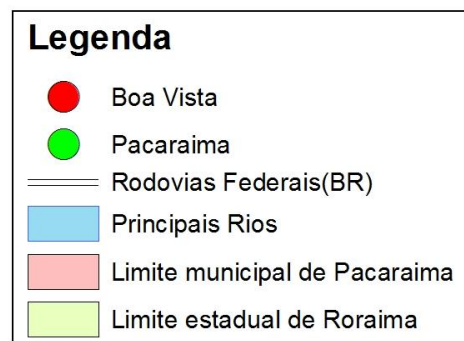
1.4 Pacaraima, um município e sua diversidade

A pesquisa desenvolveu-se no município de Pacaraima, em função da presença de uma grande quantidade de indígenas naquele município e da condição geográfica. O município localiza-se no extremo norte do estado, fronteira com Venezuela (norte), Boa Vista e Amajari (sul), Normandia e Uiramutã (leste), e Amajari (oeste), (vide figura 1).

Conforme o Censo do IBGE (2010), Pacaraima tem uma população de 10.433 habitantes, sendo aproximadamente 52,1% de homens e 47,9% de mulheres, cuja faixa etária de maior índice, 0 a 29 anos, corresponde a 72,1%. Ocupa uma área de 8.028 km² e a sede está situada dentro da TISM, sendo grande parte do município de pertencimento da TIRSS, totalizando 98,81% da área do município em área indígena, o que corresponde a 7.920,09 km² ocupados por 5.785 indígenas de um total de 10.433 habitantes (IBGE, 2010). Pacaraima foi criado a partir de terras desmembradas do município de Boa Vista, a princípio chamado de Vila BV 8, e nasceu com a chegada do Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro, em 17 de outubro de 1995, com a Lei Estadual Nº 96 (IBGE, 2010). A seguir, apresento o mapa de localização de Pacaraima.

Figura 1 - Mapa de localização de Pacaraima

Mapa de localização de Pacaraima



Projeção Cartográfica: UTM

Datum: WGS84

Zona: 20N

Escala 1:4000000

Editor: Sávio Boto

Fonte: Base cartográfica IBGE 2010



Nesse contexto heterogêneo do município, está a constante interação social com os venezuelanos que vai desde a relação comercial entre os dois municípios de fronteira, Santa Elena de Uairén, sede do município de Gran Sabana - que além do turismo, negocia produtos derivados do petróleo, como a gasolina –, e Pacaraima que oferta gêneros alimentícios e produtos de artesanato do lado brasileiro - até acordos internacionais de segurança, educação e saúde, entre outros.

Observo, nesse conjunto, que a formação social e linguística de Pacaraima apresenta-se composta por uma diversidade cultural inerente. A maioria da população é indígena, composta por 63 comunidades das etnias Macuxi, Taurepang e Wapichana, além de nativos não índios, de migrantes de todas as regiões do país e de estrangeiros que interagem cotidianamente em um cenário de diversidade linguística e cultural composta de Língua Portuguesa, línguas indígenas (maternas) e Língua Espanhola.

Após esta rápida descrição das características sociais e linguísticas de Pacaraima, retomo o tema desta dissertação, partindo da descrição de órgãos governamentais e não governamentais de atendimento aos indígenas de Roraima.

Os indígenas desta região, além do apoio governamental através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e da Secretaria de Estado do Índio, têm representações sociais não governamentais, formadas pelos próprios indígenas de Roraima, as quais são comunidades associadas ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima (APIRR); além da Associação dos Povos da Terra Indígena São Marcos (ATISM), da Organização dos Povos Taurepang, Wapichana e Macuxi (TWM) e da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (SODIUR), entre outras.

Essas relações entre homem e lugar, que se realizam na interação diária no percurso da vida e que constituem o social, garantem a significação e a ressignificação de sentidos e constroem a identidade de um grupo. Partindo desse princípio, é natural que a toponímia participe dessa construção, afinal, as pessoas marcam-na com suas características, seja por conflitos ou por qualquer outro motivo, por isso é importante observar que o estudo dos topônimos representa não só a localização geográfica, mas as pessoas que viveram ou que vivem uma determinada realidade. Deste modo, a toponímia participa dessa construção identitária do

indígena de Roraima, e sua pesquisa é um passo muito importante para devolver o respeito à tradição e a cultura étnica de cada comunidade.

1.5 Memória e história: o presente e o passado ligados pelas narrativas orais

Antes da invenção da escrita, as histórias orais eram repassadas de uma geração à outra geração, com o objetivo de informar um acontecimento ou de repassar a cultura. Dessa forma, por meio da memória popular, as histórias, fictícias ou reais, se perpetuaram. Depois, com a invenção da escrita, os registros passaram a fazer parte desta memória e a oralidade foi perdendo seu valor. Atualmente, as tecnologias de informação têm transformado o processo de comunicação e de entretenimento dentro das sociedades, distanciando as pessoas ainda mais da cultura das histórias contadas.

Neste sentido, a noção de memória social para reconstrução de um passado em sociedades ágrafas, segundo Le Goff (1977 apud CAVALCANTE, 2010, p.97) diz que, desde que se observem os aspectos: idade coletiva do grupo; prestígio do informante e o saber técnico transmitidos por práticas religiosas, “o estudo da memória social³ é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente para os quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”, o que se concretiza, na visão de diferentes observadores, pontos de vista distintos para um mesmo episódio, porque a história vivida por um grupo pode ser lembrada, a partir do que ficou marcado na memória, com orgulho ou com indignação.

A percepção desses diferentes pontos de vista juntamente com a distância que se estabeleceu entre as pessoas e o hábito da história oral abalou a credibilidade da memória a partir da história oral, levando os historiadores a considerá-la uma relação duvidosa, porque a interpretação dos acontecimentos depende da seleção, consciente ou inconsciente dos fatos a serem lembrados. Dessa forma, pode haver uma distorção dos acontecimentos, isso se justifica porque os fatos não se dão de forma isolada; ao contrário, são influenciados pelo meio social (BURKE, 2000).

Na mesma direção do pensamento de Burke, ratifico que o texto, individual ou coletivo, escrito ou oral, leva consigo a marca social de sua época e o sentimento

³ Termo visto neste trabalho também como memória coletiva.

do(s) autor(es), de modo que é praticamente impossível ter-se plena imparcialidade acerca de algum acontecimento.

A memória coletiva, para Halbwachs (1950, p.13, apud ACHARD,1999, p.25), “é o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”, o que vai ser lembrado, segundo o autor, é produto da relação com o mundo preexistente, com o meio, com o trabalho psíquico e psicológico, ressaltando que o social predomina sobre o indivíduo. O autor afirma que a memória é um processo consciente, concebido de fora para dentro, e que é o presente que solicita o passado, construído e reconstruído incessantemente. Assim, a busca pela memória possibilita ao narrador algumas autonomias, tais como a capacidade de influenciar saberes e imposição de normas, além do domínio de técnicas capazes de produzir uma verdade ou revelação e de reconhecer desejos e subjetividades, por isso é que o narrador carrega consigo o valor social de seu tempo.

Não obstante, a compreensão do sentido deve se aproximar da veracidade dos fatos, para isso é necessário conquistar a confiança do colaborador, porque que ele recebe influência do meio. Nesse sentido, a memória coletiva para Achard (1999), é reconstruída através da circulação social do texto e se caracteriza a partir das diferenças das memórias e das produções de sentido, foi dessa forma que Cardoso (1961) vivenciou no desenvolvimento de suas funções de demarcador do território brasileiro:

Por isso, uma das mais difíceis tarefas, nos entoados de nossa atividade de demarcador, foi essa de colher e de controlar, entre o próprio gentio, as informações que pudessem interessar não apenas à toponímia, mas, sobretudo a etnologia brasileira.

É que, dada à índole no silvícola, inteiramente a sua confiança, para podermos conseguir, com fidelidade, as informações desejadas. (CARDOSO, 1961, p.15)

Na procura pelo depoimento que representasse o mais próximo possível uma realidade, porque o pesquisador deve se preocupar em ser o mais imparcial possível em suas coletas, o demarcador deixa claro que o social se sobrepõe ao individual quando se trata de memória coletiva. No mesmo sentido, afirma Burke (2000), em consonância com Le Goff, Halbwachs e Achard,

são os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos lembram muito os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. (BURKE, 2000, p.70),

Uma mesma passagem do passado pode ser lembrada de maneiras diferentes se for vista por pessoas diferentes e que estiveram em situações diferentes no mesmo acontecimento. Isso reflete que a memória reconstituída depende do grupo social do qual esse indivíduo fez parte, como diz o autor. Esta explicação remete ao entendimento de que o estudo da memória coletiva está intimamente ligado à 'memória nacional', na qual se percebe o sentimento de irmandade, em que as interpretações do passado passam a ter a função de valorizar o pertencimento de um grupo, de uma coletividade.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. [...]. Todo trabalho de enquadramento de uma memória de um grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. (POLLAK, 1989, p. 3)

Há uma necessidade do ser humano de se estabelecer como membro de um grupo e por ele nutrir o sentimento de 'patriotismo', no entanto, para um indivíduo pertencer a um determinado grupo, precisa submeter-se a regras de consentimento, mesmo que sejam tácitas, não arbitrarias, como disse Pollak, porque há a necessidade de organização desses grupos, sejam eles estados, igrejas ou comunidades.

1.5.1 A narrativa é uma forma de propagar a memória

Esta pesquisa foi desenvolvida em comunidades indígenas, grupos étnicos de organização e características específicas, cujas peculiaridades como pluralidade de etnias e de línguas, mais ainda acentuam o que se chama de a diversidade histórico-cultural. No entanto, essas comunidades apresentam características singulares como o hábito do contador de história, geralmente liderado pelas pessoas mais velhas e de maior credibilidade na comunidade, acontecimento comum às comunidades visitadas. Embora todas elas tenham línguas escritas, há poucos registros de narrativas escritas em suas línguas ou em outras línguas. Talvez, por isso, ainda esteja muito viva a cultura da comunicação oral através das gerações, com o devido valor e credibilidade que delas emanam. As narrativas orais, de

caráter metafórico ou denotativo, levam ao indivíduo a possibilidade de fazer ou não parte de um grupo.

Dick (2010, p. 196-197) descreve os conflitos étnicos de gerações, entre europeus e os novos-velhos americanos, quando estes se transportavam de transformadores a transformados. A autora descreve o modo de vida e a geografia do lugar, matas fechadas, terras úmidas e alagadiças, que os tornaram animistas, especialmente pela mudança de hábito.

La creencia en fletros amorosos es general do Alto Orinoco. Usan de estol as índias em la formas de ciertas raíces u rojas, que son propinadas al marido o amante (ALVAR 1993, p. 103). Ou, como praticam os Tamanaco, povos venezuelanos: “ Piesan los tamanacos y com ellos los demás que el canto de los pájaros era uma espécie de instrucción dada desde lo alto a las gentes. De aquí su temor, y alternativamente su alería cuando les oían cantar em las florestas (ALVAR, 1993, p.99, apud DICK, 2010, p. 197).

Os textos a que se refere Alvar são narrativas orais que têm a missão de passar de uma geração à outra os ensinamentos e as crenças da cultura indígena, assim como caracterizar um membro do grupo. Tal processo dentro de um grupo indígena também define a aceitação e a incorporação na família de membros de outras etnias, “o contexto das famílias sinaliza um processo de interpenetração e fusão que permite a integração de diferentes grupos e intragrupo na vida cultural” (CRUZ, 2008, p. 126), isso acontece baseado em critérios discutidos pela comunidade.

Contudo, as formas de preservação da cultura indígena, embora não seja objetivo principal deste estudo, fazem parte dele para ilustrar a capacidade que têm as narrativas orais de eternizar a história e quiçá mudar o futuro de uma etnia.

A gente nunca relaxou de valorizar a nossa cultura [...], sempre eu falo pros meus filhos, a gente não fala mais a língua, mas conhece tudo por onde viveu [...]. Nossa roupa, quando nós era inocente, nós era tudo nu, mas depois que começemo ter vergonha do outro, a gente vestiu roupa e se cobrimo, nem que seja com um couro velho ou uma fibra, mas se cobriu [...](D. ARLENE, 2013)

O discurso natural e ingênuo de D. Arlene é, ao mesmo tempo, forte e determinado, primeiro porque através dele se faz preservar a cultura de seus antepassados de uma forma arraigada, a lembrança do índio nu, ou coberto, por couro ou fibra, fortalece a história; segundo, pelo reconhecimento de sua própria

identidade, para D. Arlene, não falar a língua, ou não ter os costumes de seus antepassados, não lhe tira o reconhecimento de ser indígena.

[...] o índio mesmo, ele não usava pimenta, era medicamento, não era alimentação, eles usavam para a vista, pra queimar a boca[...] e nada te encontra, nada te faz mal, [...] aí tu adocece[...] mãe d'água, cruviana [...] e tu, preparado pra eles, tu espanta eles também, espanta doença assim; onde que índio sabia fazer caxiri? Não sabia não, não sabia, cheguei a viver, a comer junto com os índios tudo mais era coisa assada, jurumu assado [...] mamão assado, banana, macaxeira, batata, tudo assado; o tabaco? Não tem como tabaco para mordida de cobra, para toda picada de animal doido. Pode amarrar o sumo em cima e[...] abaixo de Deus [...](D. GRACIELE, 2013)

As narrativas demonstram que os elementos da cultura indígena permanecem fluentes entre eles ao longo da história de seus antepassados e fica claro que, embora as igrejas tenham adentrado às comunidades, não diminuiu entre os indígenas a crença nos mitos e nos rituais de pajelança. Esse aspecto de sobreposição da cultura indígena sobre a religião, também foi registrado por Pessoa (2006):

Contudo, apesar da doutrina religiosa, os Taurepang mantêm certas práticas tradicionais tais como: uso do maruai (resina) para defumar as crianças e/ou outros membros vítimas de espanto, a crença em Amayikok (ser da mata) que pega a alma das pessoas, a relação do luto com certos comportamentos sociais e o medo cultural de Kanaimé (bandido que mata, rouba animais e espanta as pessoas). (PESSOA, 2006, p. 28)

Todas essas histórias, crenças e ensinamentos são mantidos vivos por meio de narrativas orais, uma forma de vincular o passado ao presente a partir da cultura popular. Embora seja forte a presença da doutrina religiosa em algumas comunidades, como Sorocaima I, que se dividiu, principalmente por diferenças religiosas, os valores da cultura indígena estão presentes de forma unívoca em todas as comunidades visitadas. O hábito de recontar a história da comunidade, em princípio na língua materna e, depois, em outras línguas adquiridas, estabelece um elo entre o passado e o presente, e mantém fortalecida a unidade do grupo.

A memória oral registrada nas aldeias do médio Uraricoera, dá conta da continuidade dos Saporá; vivendo entre os Makuxi, Wapishana e Taurepang eles preservaram uma memória cuja evocação nos dias atuais serve tanto como reivindicação para a recomposição étnica, como marcador temporal entre o passado e o presente. (CAVALCANTE, 2010, p.33)

A história construída a partir das narrativas orais das memórias de um grupo permite descobrir e indicar um membro como pertencente a este ou àquele grupo sociocultural, abraçando seu próprio caminho, em função dos diferentes episódios históricos que tenha enfrentado. É o que mostra Cavalcante (2010, p. 207) “as memórias Saporá ganharam conteúdo político ao serem apropriadas pelo chefe da aldeia Aningal para justificar demandas presentes por direitos territoriais”. O valor dado às narrativas orais de uma etnia que cultua esse hábito abriu a possibilidade de mudanças positivas para o futuro dos Saporá.

[...] não obstante, hoje, os Ingarikó compartilham um sentimento híbrido, o de que sob seu nome possam também ser abrigados e incorporados membros oriundos do grupo Pemon. Essa confluência gera uma leitura paradoxal, pois, sendo os Pemon originariamente de outro grupo, o que acontece com seus indivíduos ao serem incorporados no reduto dos Ingarikó? assimilariam os conjuntos de hábitos culturais próprios do grupo Kapon e passariam a pertencer a esse novo grupo, a despeito de suas origens? Daí ser oportuna a tentativa de atualizar a pergunta: quem são mesmo os Ingarikó? (CRUZ, 2008, p. 119).

A reflexão da pesquisadora mostra a preocupação em restabelecer a memória e a cultura de uma etnia cujo valor de pertencimento a um grupo passa por transformações. O retrato deve ser resultado do distanciamento de suas raízes, de seus costumes e, por que não, de suas famílias linguísticas, por meio de um processo natural ou não de incorporação de novos hábitos, uma vez que a língua é fluida e negociável, como já foi mencionado anteriormente.

As histórias narradas oralmente são capazes de preservar a cultura e de reconstruir o passado histórico de um grupo, como afirma Andrade (2010), em estudos toponímicos do ATITO. Para a pesquisadora, as narrativas dos viajantes naturalistas estrangeiros na província de Goiás,

permitiram a reconstrução de histórias regionais, com a Província de Goiás, mais especificadamente da região que hoje pertence ao estado do Tocantins, antigo norte de Goiás. [...] ainda que suas impressões sejam fortemente marcadas e sustentadas pela mentalidade eurocêntrica, são essas mesmas memórias que revelam o caráter de alteridade que adotam diante do que viam (ANDRADE, 2010, p. 138).

A autora defende que o sentimento de dominação dos bandeirantes revela a preferência por topônimos denotativos da natureza, e a não identificação destes com os nativos. Isso demonstra que os estudos dos topônimos, considerando, entre

outros aspectos, seu percurso histórico e sua motivação, podem contribuir para a reconstrução da história de um grupo, assim como possibilitar uma mudança positiva para o futuro dessas comunidades, desde que seja dado o devido valor às narrativas orais.

Em resumo, as narrativas orais, em sentido primeiro, é meio de comunicação que objetiva transmitir feitos históricos e culturais de um grupo, através de valores repassados aos mais jovens; e, dessa forma, tecendo um elo que revela sentimentos, positivos ou não, entre o passado e presente. Além de trazer entretenimento e unidade para um grupo, ainda é responsável pelas tradições e pela constituição e a transformação da identidade desse grupo.

2 DA LINGUAGEM AO NOME DO LUGAR

2.1 Introdução

A teoria que embasa a pesquisa está voltada para os estudos da linguagem, da história, da cultura e da memória. Neste mote, também relacionada ao léxico e aos topônimos de comunidades indígenas.

Este capítulo está organizado de modo a favorecer a compreensão do tema e a dar suporte teórico-científico para as análises toponímicas, especialmente de caráter indígena, com base na categorização dos nomes de lugar a partir das taxionomias de natureza física e antropocultural de Dick (1990). Fazem parte como teoria fundamental deste estudo, Sampaio (1904), Sapir (1969; 1971), Pollak, (1989), Dick (1992; 2006; 2010), Cox e Peterson (2007); Castilho (2007); Isquerdo (2008; 2011), dentre outros que tratam do tema.

2.2 Linguagem, língua e cultura

Para haver transmissão de ideias entre os falantes de um grupo, é natural que estes se submetam a regras, mesmo que implícitas, de comunicação, cuja função é organizar automaticamente o processo dentro do contexto social. A tentativa de conceituar a linguagem leva Sapir (1971) a uma definição que para ele é satisfatória,

é um método puramente humano e não-instintivo de comunicação de ideias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos (...) consiste numa relação simbólica toda peculiar – e fisiologicamente arbitrária (SAPIR, 1971, p. 22-23).

Na opinião do autor, o estudo da linguagem não é uma operação concreta, ele está voltado para a função e a forma de sistemas arbitrários que são as próprias línguas. Para o autor (1969), é *sine qua non* entender que a linguagem é uma bússola para a realidade social, porque as pessoas não vivem somente no mundo objetivo, elas estão à mercê da língua como ferramenta particular da comunicação, cuja função vai além da capacidade de comunicar, ela é capaz de construir o mundo. Esse pensamento é ratificado por Fiorin quando faz a relação entre

linguagem, língua e sociedade, para ele. Para ele, “a linguagem dá ao homem uma possibilidade de criar mundos, de criar realidades, de evocar realidades não presentes” (2003, p. 72).

Fui além, buscando outros estudiosos para entender mais acerca dessa relação linguagem, língua e sociedade, Borges Neto explicita as relações que levam o homem a construir o mundo a partir da linguagem, são as “relações sociais que mantemos, além das relações que mantemos com os objetos da cultura ou não, com tudo o que nascemos” (2003, p. 41), para o autor, são essas relações que determinam a nossa capacidade de linguagem. Para Vogt, essa é uma relação que “envolve não só aquilo que é característico das línguas, enquanto objeto teórico de uma ciência, mas um conjunto de simbolismos outros que se agregam, [...] formando um sistema semiótico bastante complexo” (2003, p. 195). Até aqui, somaram-se aos conceitos anteriores a função não verbal da linguagem, através de outros signos como os elementos da cultura e da arte, não eximindo o caráter da língua enquanto sistema. Rajagopalan avalia essa relação dizendo que

em países multilíngues como a Índia é muito comum observar que as pessoas, ao responderem questionários em sucessivos censos, escolhem a cada vez uma língua diferente como a sua materna [...] sua escolha é feita de acordo com os interesses políticos em jogo no momento (2003, p. 177).

O autor pontua um aspecto mais mercadológico, afirmando que o homem numa afinidade sociolinguística, cultural e política, além do seu elo com o ambiente de sua naturalidade, percebeu a capacidade de ‘comercializar’ a própria língua num jogo de interesse. A linguagem é “um guia de simbolização da cultura” (SAPIR 1969), isso se sustenta, também, porque os acontecimentos sociais, são da mesma forma, objeto de estudo da cultura e da língua de um grupo.

É uma completa ilusão imaginar que alguém se ajuste à realidade sem o auxílio essencial da língua e que a língua seja, meramente, um meio ocasional de resolver problemas específicos de comunicação, ou raciocínio. O fato inconcusso é que o ‘mundo real’ se constrói inconscientemente, em grande parte, na base dos hábitos linguísticos de um grupo (SAPIR, 1969, p. 20).

Não diferente desses conceitos, o homem também sentiu a necessidade de delimitar território e de concretizar essa relação de influência mútua entre ele e o meio, a partir de símbolos, para ser lembrada e perpetuada. Com isso, a capacidade

de dar nome a um lugar pode ser um fenômeno social. Em sua essência, este ato revela uma realidade vivida por um povo, com sua língua, seus costumes e simbolizações. A cultura, assim como a história e a língua, é característica determinante da identidade de uma comunidade. Numa visão cognitiva, Cox e Assis Peterson (2007) citam os conceitos de cultura abordados por Durandi, o qual remete a Goodenough (1964), e afirma que:

cultura não é um fenômeno material, não consiste de coisas, pessoas, comportamentos ou emoções, mas é uma organização dessas coisas. São formas das coisas que as pessoas têm em mente, seus modos de perceber, relacionar e interpretar. Conhecer uma cultura é como conhecer uma língua. Ambas são realidades mentais. Descrever uma cultura é como descrever uma língua (COX e ASSIS PETERSON, 2007, p.29-30).

As duas afirmativas, a primeira que cultura não é coisa, pessoa ou emoções, simplesmente, mas organização de tudo isso e a segunda, quando os autores fazem a analogia entre descrever uma língua e uma cultura a partir de uma realidade mental, corroboram com a ideia de que

o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2007, p.49).

O ponto de vista de Laraia vai ao encontro do pensamento de Cox e Peterson (2007). Os autores veem a cultura como resultado de um percurso histórico, cujo patrimônio resulta da vivência de um grupo e permite criações inovadoras. É nesse caminho que segue este estudo, levando em conta os aspectos históricos e, em muitos momentos, necessitando olhar para o passado para compreender o presente, e os aspectos culturais que possam ter contribuído na escolha deste ou daquele topônimo.

Desse modo, o conceito atribuído à cultura neste trabalho tem valor muito maior do que apenas o conhecido conceito de cultura como “conhecimento”, “símbolos” e “ação”. Aqui ele está de acordo com Sapir (1969), quando este afirma que relação íntima com a história marca o significado do que o povo fez, do mesmo modo, que a relação com a língua mostra que pode haver influência desta sobre a

cultura, já que a língua é usada como recurso de fixação de culturas, contribui como principal elemento de marcação histórica. Por isso, não podemos desprezar os seus mecanismos discursivos e linguísticos, uma vez que a língua se constrói na relação com o outro, caracterizando-se como instável e indeterminada.

2.3 Percepções etnolinguísticas em elo com a etnotoponímia

Ainda no século XIX, o antropólogo, alemão, Franz Boas pesquisou línguas de povos indígenas da costa do Pacífico, com o objetivo de relacionar língua e cultura, seguido pelo linguísta e antropólogo norte-americano Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf que procuraram delimitar com clareza o objeto de estudo dessa ciência, partindo de hipóteses para a formação do léxico de uma língua, especialmente para estruturas linguísticas e sociais em situações de comunicação (COSERIU, 1987, p. 19).

A hipótese de Sapir-Whorf, como é normalmente apresentada, combina determinismo linguístico (“A linguagem determina o pensamento”) com relatividade linguística (“Não há limites para a relatividade estrutural da língua”) (LYONS, 2009, p. 225).

Para o linguista, a hipótese é “forte” e possivelmente hoje ninguém defenderia o seu “extremismo”, no entanto, a teoria não exclui a possibilidade de bilinguismo.

O termo etnolinguística, *ethno = raça, nação povo + linguística*, em seu sentido lato “é o estudo da língua enquanto expressão de uma cultura e em referência com a situação de comunicação” (DUBOIS, 2011, p. 254), que compreende as relações entre língua, cultura e sociedade dentro de um grupo. Dessa forma, o estudo etnolinguístico voltou-se especialmente às sociedades primitivas e grupos étnicos.

Para Dick (2010, p. 179),

Começando por definir grupo como um conjunto de pessoas participantes de um sentido étnico, que possuem o entendimento comum ou próximo àquele geral ou dominante nas categorias envolvidas, pode-se chegar a entender os *valores* que conformam os conceitos de *etnia*⁴ e *etnicidade*⁵.

⁴ sf. 1 Antr. Grupo social diferenciado de outros por laços peculiares de cultura, religião, língua, comportamento etc., e que compartilha origem e história comuns. [F.: etn (o)- + ia1.] (AULETE, 2013).

Compreendo que, para um integrante de qualquer grupo social, a maneira de perceber o mundo se dá pela língua e pelas relações sociais às quais se integra. A própria etnicidade se reflete na forma de nomear coisas, objetos, pessoas, animais ou lugares.

Para Fenton (2003), existe uma parte comum entre as noções de etnia, raça e nação. Com isso, a ideia de descendência ou ancestralidade é o núcleo comum, e, implicada nos três conceitos, encontram-se os a noção de cultura. Situação que é muito presente na realidade de Roraima, enquanto estado que tem a diversidade como elemento cultural de sua formação e pela presença marcante de etnias variadas, resultando em culturas diversas. O autor reforça ainda que existem referências comuns entre noções de étnico, raça e nação, pois raça e nação partilham uma origem comum, enquanto étnico refere-se tanto a raça quanto a nação.

Diante disso, o autor busca essa diferenciação, destacando que: “Etnia tem um significado próximo ao de nação, mas carece do sentido de entidade auto governativa, se um grupo étnico quiser governar a si próprio precisa se auto reconhecer como uma nação” (FENTON, 2003, p. 70). Os princípios que permitem reconhecer um elemento como membro de um determinado grupo, passa pela língua de domínio do grupo de origem, assim como pela cultura e pela história vivida.

Nesse contexto de relações do homem com o meio que se realizam pela linguagem usada e pelas marcas de denominações das coisas ao seu redor, além dos princípios de convivência dentro de uma sociedade, Rodrigues (2002, p. 17) esclarece que “como todas as demais, as línguas dos povos indígenas do Brasil são inteiramente adequadas à plena expressão individual e social do meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos”. Dessa forma, assenta-se o termo, indicado pela Academia de Ciências de Lisboa, em 1940, etnotoponímia, *éthnos* + *topos* + *onoma*, que é utilizado para agrupar os designativos de lugar com o sentido de etnia, tribo, grupo, povo entre outros. (CARVALINHOS, 2008, p. 106).

⁵ sf. 1 Condição ou sentimento de pertencer a um determinado grupo étnico. 2 Grau de aceitação dos padrões culturais do grupo étnico pelos seus integrantes. [F.: étnico + -(i)dade. Ver etn(o)-.] (AULETE, 2013).

Assim, considerando as características do estudo dos topônimos, é esperado que o estudo etnotopônimo, sob o aspecto da dialetologia, apresente estratos linguísticos de línguas que conviveram em algum momento da história no lugar pesquisado, resultado demonstrado no estudo de Dick (2008, p. 226) acerca da toponímia oficial do estado de Mato Grosso, o qual apresenta estratos de origem ameríndia, portuguesa e tupi. Para a autora, no Brasil, independente do grupo étnico, em qualquer pesquisa dessa natureza “sempre encontraremos duas tipologias básicas de nome, que definimos como *arquétipos toponímicos* e *variáveis culturais*” (DICK, 2008, p. 228). Tais categorias não estão presas a nenhum grupo social (seja urbano ou rural), mas, segundo a pesquisadora, pelas características da vida indígena, geralmente o modelo é do tipo arquétipo. Esses resultados estão confirmados pelos dados analisados neste estudo etnotopônimo.

Com isso, pensar a etnolinguística/etnotoponímia – como registro das etnias – é fundamental para a história dos indígenas, em especial, os de Roraima, que ainda carecem de estudos para registrar a riqueza imensurável das suas culturas.

2.4 O léxico e sua dimensão etnolinguística

A Sociolinguística é a parte da Linguística que se preocupa em estudar os fenômenos linguístico-sociais considerando a relação indissociável entre língua e sociedade. É nessa relação sistemática que se encontram a Dialetologia⁷, com o objetivo de estudar as variações linguísticas apreciando o espaço geográfico, e a onomástica, em cujos estudos se incluem os topônimos.

O estudo da Dialetologia contribui com o léxico de forma imensurável, como afirma Castilho (2007, p. 141), em publicação de suas aulas a acadêmicos de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília nos anos de 1972 a 1974, “começando pela ajuda no levantamento do tesouro léxico de uma língua e passando pela elucidação de interessantes questões de natureza etimológica e semântica”.

⁶ Arquétipos toponímicos: “descrição de paisagem” e variáveis culturais: “comemoração”. (DICK, 2008, p.228)

⁷ (di:a.le.to.lo.gi.a) Ling. sf. 1. Ling. Estudo dos dialetos a partir do levantamento dos traços de comunicação oral e escrita dos moradores de uma região; 2. Estudo conjunto da geografia linguística e de diferenças dialetais capazes de introduzir mudanças em uma língua [F.: *dialeto* + *-logia*]. (AULETE,2013)

Nessa acepção, a maneira sistemática de construção dos atlas linguísticos e toponímicos pode fazer parte desta contribuição, uma vez que o atlas linguístico apresenta um levantamento das particularidades que singularizam o falar de cada região investigada, assim como o estudo toponímico reflete, com fidelidade, a relação entre língua, a geografia, a história e cultura, a partir da realidade do lugar, com suas alegrias e indignações, de forma individual ou coletiva.

O estudo do signo toponímico, este como elemento do léxico, tem a complexa função de traduzir a “fiel” imagem de uma realidade vivida por uma comunidade. Com esse sentido, o presente trabalho foi conduzido.

2.4.1 O Topônimo como componente lexical

A atitude aparentemente simples de dar nomes a lugares, seja motivada pelas características físicas, seja pelos eventos sociais ou culturais dos povos é comum ao homem desde o mais antigo dos tempos. Esta ação tem a função primeira de identificação, depois de significação histórica ou cultural de um povo a partir de simbolizações. O vocábulo ‘toponímia’ vem do grego *topos*, “lugar” e *onoma* “nome” e tem o significado etimológico de estudo dos nomes de lugares ou de designativos geográficos, em dois aspectos, a) físicos: rios, córregos, morros, dentre outros e b) humanos, antrópicos ou cultural: aldeias, povoados, cidades, dentre outros (DICK, 1992).

O léxico remete a uma lista de palavras que forma a língua de uma comunidade, podendo as palavras estar dentro de uma das classes gramaticais, por exemplo, dos substantivos ou dos verbos. No entanto, a função toponímica, denominativo de lugar, pode ser desempenhada pelos constituintes das categorias lexicais. Segundo Dick (1990, p. 96), os topônimos se apresentam de forma gradativa, principalmente, nas classes de substantivos comuns, como em ‘Perdiz’; seguidos pela classe das locuções, como em ‘Boca da Mata’ e de forma mínima, “quase como exemplos únicos” constituem-se a partir de verbos, como em ‘Canta Galo⁸.

⁸ Exemplos coletados nesta pesquisa.

A lexicologia não separa os diversos elementos formadores da palavra, uma vez que entende que os elementos superiores como sintagmas⁹ ou frases são unidade linguística que também definem o termo. Nesse sentido, Andrade (2006, p. 109), parafraseando Cabré (1992, p.78) tem a seguinte visão:

a lexicologia consiste na construção de um modelo do componente léxico da gramática que recorra aos conhecimentos implícitos sobre as palavras e o uso que os falantes fazem delas, que preveja mecanismos sistemáticos adequados da relação entre o componente lexical e os demais componentes gramaticais.

Essa relação a que se refere a autora inclui também a semântica e a sintaxe, a primeira com suas características empírica e descritiva, cujo objeto de estudo é a relação dos signos (lexemas¹⁰ ou grupos de lexemas) com seus significados e a segunda preocupa-se com as funções das palavras na frase e das relações que estabelecem entre si. Neste sentido, é importante para este estudo apresentar a forma mínima de construção do sintagma.

O sintagma é sempre seguido por um qualitativo que gera sua classe gramatical e sua classificação é determinada pela natureza do elemento que constitui o seu núcleo. Assim, pode ser classificado como Sintagma Nominal (SN), núcleo um Nome; Sintagma Verbal (SV), núcleo um Verbo; Sintagma Adjetival (SA), núcleo um Adjetivo e os Sintagmas Preposicionados (SP), estes formados por Preposição + Sintagma Nominal.

Uma análise lexicológica toponímica estuda a construção do sintagma, com base na onomástica, cujo estudo volta-se ao fato de se dar nomes a pessoas (antroponímia) e a lugares (toponímia). Especificamente, o estudo dos topônimos indígenas revelam os estratos dialetais das línguas base do nome, algumas vezes na sua língua de origem, outras, já aportuguesados, essa afirmação só possível porque

Depreendem-se dois dados básicos, um que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá recebera denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a singularizando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambos no sintagma toponímico de forma justaposta (rio Amazonas) ou aglutinada (Parauna, “rio

⁹ Ling. Toda combinação da cadeia da fala onde uma funciona como determinante. Os elementos linguísticos que o constituem podem ser morfemas léxicos ou gramaticais (DUBOIS, 2011, p.557).

¹⁰ Ling. Se assemelha ao morfema no léxico ou à unidade de significação (frequentemente superior à palavra). (DUBOIS, 2011, p. 360).

negro”), conforme, portanto, a natureza da língua que os inscreve. [...] paulatinamente, na composição morfológica dos toponomásticos, ou melhor dizendo, nos elementos que os distribuem em específicos simples, compostos ou híbridos (DICK, 1992, p.10).

A estrutura proposta pela autora determina como elemento específico simples, aquele formado por um elemento, normalmente um Substantivo ou Adjetivo, como em ‘Guariba¹¹’; como topônimo composto ou elemento específico composto, o formado por mais de um elemento de categorias diferentes, do ponto de vista do conteúdo, ‘Canta Galo¹²’ (Verbo + Substantivo) e topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, aquele formado por elementos de línguas diferentes, “a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou indígena + portuguesa”, (DICK, 1992, p. 14): ‘Vila Pereira Surumu’¹³.

Compreendo que uma análise desta natureza identifica a relação binômica do topônimo com acidente denominado (AF ou AH¹⁴) a partir do uso de uma ou mais línguas e dos valores socioculturais e históricos refletidos naturalmente pelos moradores do lugar.

2.4.2 O topônimo como parte dos estudos dialetológicos

Os fatores sociais têm marcado grande presença em pesquisas dialetais, comprovando que os estudos toponímicos não podem desconsiderar esses aspectos de língua e de sociedade que constroem o mundo real. Com essa visão e impulsionados pelas discussões acerca dos estudos dialetológicos se posicionaram Chambers e Trudgil (1984, p.81-82 *apud* CARDOSO, 2010, p. 50):

ao mesmo tempo em que a dialetologia começava a se deixar influenciar diretamente (ainda que levemente) ela também começava a se deixar influir indiretamente pelas ciências sociais. Alguns dialetólogos começaram a reconhecer que se havia posto muita ênfase na dimensão espacial da variação linguística, excluindo-se, em consequência, a dimensão social. Gradativamente isto se impôs como um juízo para alguns estudiosos, uma vez que a variação social na língua é tão comum e importante quanto à variação espacial. Todos os dialetos são tão espaciais quanto sociais, uma vez que todos os falantes têm não só um espaço social como uma localização espacial.

¹¹ Exemplo coletado nesta pesquisa.

¹² Exemplo coletado nesta pesquisa.

¹³ Exemplo coletado nesta pesquisa.

¹⁴ Vide “Toponímia e a categorização dos nomes”, (item 2.6 desta dissertação).

Observando a diversidade sócio-dialetal presente na temática escolhida para esta pesquisa, este texto dá ao espaço social, valor análogo ao da localização espacial. Contudo, não se discute que o aspecto geográfico em suas formas e estruturas é, sem dúvidas, um dos maiores responsáveis pela denominação dos lugares,

As paisagens toponímicas da terra, de modo geral, refletem um número considerável de termos emprestados à Geografia, tanto do ponto de vista físico quanto humano. O inter-relacionamento da disciplina com a ciência - que constitui, ao lado da História e da Linguística, um dos seus embasamentos teóricos - acentua-se assim, à medida que os acidentes geográficos incorporam também o sentido de "topônimo" dando origem a novas construções toponomásticas (DICK, 1992, p. 64).

Se a função de dar nomes é arbitrária ou convencional no plano de língua, no nível da toponímia, ela é fundamentalmente motivada, ou estimulada por elementos que levam às áreas toponímicas, estas podem coincidir ou não com as áreas geográfico-culturais (DICK, 1990, p. 18).

A motivação toponímia justifica o sentimento do denominador, seja ele uma pessoa ou um grupo que manifestou o desejo de vivificar aquele termo escolhido para dar nome ao lugar. Porém, com o passar do tempo, essa escolha histórica se distancia da realidade e perde, muitas vezes, seu valor popular. Exemplo disso são estratos de línguas indígenas nos topônimos das comunidades em estudo, sobre os quais se fixaram outros de Língua Portuguesa. Neste caso, somente a partir das histórias narradas pelos mais velhos foi possível retomar o significado primordial do topônimo. A superposição linguística já fora registrada anteriormente, especialmente na época da colonização e demarcação das terras brasileiras,

[...] não podemos deixar de tratar aqui, embora de maneira muito superficial, da superposição linguística na toponímia da Amazônia, apenas para mostrar a sua influência, não somente na pesquisa das migrações históricas de nossos silvícolas, como também na determinação da existência, em épocas diferentes, de várias famílias linguísticas, podendo-se precisar, ainda, através desses estudos, aliás interessantíssimos, a precedência de uma sobre as outras daquelas diversas famílias linguísticas. Aliás esses estudos (sic) têm tomado, ultimamente, um grande desenvolvimento, deles se originando um novo rumo da geografia - a geografia linguística (CARDOSO, 1961. p. 130-131).

Sabendo da fluidez da língua e da necessidade que as pessoas têm de se comunicar, é natural que processos de evolução linguística, especialmente, no plano da fonologia, surjam dentro de grupos que cotidianamente utilizam uma, duas ou mais línguas. Para ilustrar essa transformação na língua, dentro do plano da expressão, realizam-se, entre outros, processos como: a) substituição, que serve para identificar se um elemento (fonema, morfema ou mesmo um sintagma) pode ser substituído por outro de mesmo valor, estabelecendo combinações de modo a não modificar a estrutura, ou seja, sem acarretar alteração de função; b) assimilação progressiva ou regressiva, é um processo comum nos estudos de evolução das línguas, em que um determinado som partilha propriedades por ser parte de um som adjacente, cujas modificações acontecem pelo contato de duas línguas, ou mesmo pelo contato no interior da própria língua.

O estudo da Geografia linguística tem início no século XIX e, para este estudo, torna-se necessário conhecer dois conceitos que se complementam: o primeiro, de acordo com seus seguidores, vê a Geografia linguística, Geolinguística como matéria que se interessa pelas variações linguísticas de indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes (DUBOIS, 2011, p.307), e, o segundo, que digo contemporâneo, complementa o primeiro, acrescentando-lhe dois novos elementos, tempo e cultura,

A geolinguística/dialetologia é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme sua distribuição sociocultural e cronológica [...] o espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso de sua história (CARDOSO, 2010, p.15).

Os dois conceitos apresentam o estudo da Geolinguística ligado à Dialetologia e, como tal, preocupam-se com as características sociais. Esse estudo tem conquistado seu espaço no Brasil, uma vez que além da sua característica social e sua visão diatópica¹⁵, considera em suas análises variáveis como língua, cultura, história, entre outras, e tem possibilidade de descrever peculiaridades do

¹⁵ O termo se refere a variações geolinguísticas como, por exemplo, as variações regionais.

objeto de estudo, como o *locus* desta pesquisa, uma região de tríplice fronteira. Como relatado por Cruz (2008), essas

fronteiras internacionais que limitam Venezuela, Brasil e Guiana são indicadas por acidentes geográficos e curso de águas: o intervalo Brasil-Guiana está marcado pelas águas do rio Ireng ou Maú; já o limite Venezuela-Brasil se faz pelas montanhas de Pacaraima. Os três países dividem entre si o Monte Roraima, um ponto de vital importância para a mitologia dos povos Karib da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e adjacências” (CRUZ, 2008, p. 122).

Este espaço social pluriétnico e plurilíngue, cujas diversidades culturais fazem da região uma área única no mundo. É, portanto, um retrato sociolinguístico em que características sociais específicas, como a toponímia repercutem no uso da língua. A relação entre a Língua e a Geografia abre a discussão do tema maior deste trabalho, a toponímia indígena.

2.5 Toponímia: a denominação indígena no Brasil

Para este estudo, urgiu um breve histórico dos estudos topônimos. Pode-se dizer que o termo topônimo foi estudado pela primeira vez, em 1878, como conteúdo regular de disciplina na França, por Auguste Longon, na *École Pratique des Hautes-Études* e no *Colégio de França*. Após o falecimento de Longon, e a partir de seus estudos, seus alunos publicaram *Les noms de lieu de la France* (DICK, 1992, p. 1).

Entre as décadas de 1902 e 1910, Gilliéron e E. Edmont escreveram o *Atlas linguistique de la France* (ALF); ainda em 1906, A. Dauzat publicou *Geographie linguistique d'une région de la basse Auvergne*. O mesmo autor publicou depois vários estudos dialetológicos: *Essais de géographie linguistique: noms d'animaux*, 1921; *La Géographie linguistique*, 1922; *Les patois*, 1927, *Les noms de lieux*, 1937 (SAMPAIO, 1904).

E, em 1938, Dauzat organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com a presença de vinte e um países, no qual foram determinadas algumas medidas importantes para o estudo da toponímia, entre elas, a mais importante foi a criação de normas baseadas na História, na Geografia e nas línguas regionais, que deveriam ser seguidas pelos pesquisadores, uma forma de sistematização do estudo (DICK, 1990, p.1-2).

Estabelecer uma relação entre o nome e o lugar não é apenas conceituar o espaço, como serra, rio ou cidade. Resulta de uma relação mútua entre o denominador (uma pessoa ou um grupo) e o denominado (AF ou AH), permitindo singularizá-lo dentre todos os outros acidentes do lugar, carregando consigo as suas características sociais, culturais e históricas. Por isso, Carvalinhos (2008), embasada em Dauzat (1928) discorre que

Não basta analisar uma forma sincronicamente, mas é importante sua análise diacrônica a fim de reconstituir toda a cadeia etimológica da forma atual até a forma histórica mais antiga registrada no processo no qual, além dos elementos intra-código, são contemplados os extra-código (CARVALINHOS, 2008, p. 08).

Os elementos intra-código ou linguísticos são resultados da evolução de uma língua que tenha passado por transformações, e os elementos extra-código são de valores culturais, religiosos, políticos e até das relações de poder vividas por um grupo e identificadas por meio da pesquisa toponímica, esses são os traços responsáveis pela formação da identidade de uma comunidade.

La toponimia colombiana ha sufrido transformaciones por los acontecimientos históricos (colonización, migraciones, guerras, uniones interétnicas, entre otros), que han contribuido, en gran parte, a la pérdida de los nombres originales y, por ende, de su identidad, y han consolidado la toponimia actual. En este sentido, el conocimiento de carácter histórico, lingüístico y geográfico es un complemento indiscutible para conocer el origen del lugar, la formación de las raíces culturales y los conceptos de pertenencia e identidad territorial. (SÁNCHEZ, 2009, p.101)

Feitos históricos, como esse descrito por Sánchez, referentes ao estudo toponímico na Colômbia, deixam clara a importância do valor histórico, cultural e geolinguístico para a pesquisa em questão, caso o pesquisador deseje chegar à raiz do lugar/nome. As transformações toponímicas são constantes, observáveis não só pelos elementos intra-código, mas pelas relações sociais vividas, como descreve Dauzat (1926, p. 191 apud CARVALINHOS, 2009, p. 109): “Dans l’antiquité, on vient de le voir, les noms de territoires étaient généralement formés par dérivation des noms d’habitants; à partir de l’époque féodale, au contraire, les noms d’habitants sont déduits des noms de territoires”. Durante o percurso histórico, nota-se que, inicialmente, os nomes dos lugares nasciam a partir dos nomes dos habitantes, o

que se inverteu a partir do feudalismo: o nome dos habitantes é que passaram a nascer a partir do nome do lugar.

De acordo com Dick (1996) e Sampaio (1904), a atenção para os topônimos no Brasil aconteceu ainda no período da colonização, quando se deu a necessidade de interação entre os colonizadores europeus e os indígenas: aqueles precisavam aprender a língua dos nativos, no caso o tupi antigo, porque precisavam identificar “os objetos da terra”, e estes por imposição aprenderiam a língua portuguesa.

Para Isquerdo (2008, p.2), os topônimos refletem

o momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralinguísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais.

Nesse contexto de influência mútua entre os povos e o espaço, como descreve a autora, desenvolveu-se a toponímia brasileira. Especialmente na Amazônia, a maioria das denominações eram reflexos de acidentes geográficos ou resultados de influências dos missionários (CARDOSO, 1961). De modo espontâneo ou sob repressão, esse fenômeno da transformação está muito presente na toponímia brasileira, especialmente na toponímia indígena, como informa o relatório de Seraine.

Seja como for, o certo é que algumas dessas designações geográficas de Portugal implantaram-se definitivamente, ao passo que outras acabaram por ceder lugar às que já se achavam fixadas na mente do povo, e não houve meio de trocar pelas adotadas oficialmente, achando conveniente, em certa época, por essa razão, a Assembléia Legislativa do Ceará ordenar que se voltasse às denominações indígenas, nesses casos d'e resistência às substituições lusas [...] (SERAINE, 1960, p. 56-57).

Em alguns exemplos identificados nesta pesquisa, a observação de Seraine é complementada pelos estratos de línguas indígenas observados nos topônimos que se apresentam em LP, comunidades que embora tenham recebido nome na LP, na subjacência há a presença de nomes na língua indígena, como ‘Bananal’, ainda reconhecida por ‘Makayapan’ (LT).

Processo comum na época da colonização e das bandeiras, com a presença do missionário nas colônias, é a transformação, pelo jesuíta, do “selvagem em

cabocolo (grifo nosso) que vem a ser com os anos o tronco robusto donde descende a maioria da população neo-portuguesa” (SAMPAIO, 1904, p.153). Depois dessa época, é que o elemento indígena reage e começa a aparecer.

A transformação do vocabulário, do português para o tupi é, porém, fato [...] em todo lugar onde penetrou a influência paulista, a nomenclatura geográfica tupi prevaleceu: o padre Vieira refere que, no commum, se falava a língua do gentio entre as famílias de São Vicente e que o português se ia aprender nas escolas (SAMPAIO, 1904, p.154-155).

Até o começo do século XVIII, o Tupi era muito difundido, tanto pelos catequizadores como pelos próprios europeus que faziam preferência pela língua, falavam-na e a compreendiam, especialmente em São Paulo, Rio Grande, Amazonas e Pará. Por outro lado, se o uso do Tupi na relação diária, era um gosto,

não o era para a toponímia que se instalava: o europeu aprendeu o tupi mas não fez dele o veículo natural para nomear os elementos urbanos que formando. O que leva a se concluir que os topônimos indígenas que permaneceram em São Paulo, possivelmente já os teria encontrado aqui, como aconteceu com os nomes dos rios, dos caminhos e da vila (DICK, 1996, p. 355-356).

Fica claro, consecutivamente, que há elementos ou processos na língua que só se podem esclarecer a partir da história, ou a partir de outros elementos culturais, “aos quais não se deve renunciar se não quisermos mutilar nosso próprio conhecimento” (ALVAR apud SAMPAIO, 1904, p. 139-140). A transformação não se dá apenas na língua, mas na construção da identidade dessas comunidades.

Outros estudos toponímicos anteriores acerca da temática: o “Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins (Projeto Atito)”, que obteve como resultado da análise de 71 fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios do Estado, aponta o percentual de 99% deles de origem tupi. A autora afirma que os missionários

nomeavam, por onde passavam, com topônimos tupi os lugares, rios, córregos, ribeirões, serras, morros, cachoeiras e outros elementos formadores da natureza física e antropológica do ambiente, evidenciando suas marcas de colonizadores e desbravadores do sertão do país (KLINGER, 2006, p. 197).

Situação similar está refletida também na motivação toponímica da comunidade ‘São Jorge’, descrita neste trabalho. A toponímia indígena do Estado de

Roraima também foi tema do estudo intitulado *A morada dos Wapixana: Atlas Toponímico da Região Indígena Serra da Lua- RR*, foi realizado nas comunidades indígenas da TISL (CARNEIRO, 2007), quanto à denominação das ‘malocas’ São João e Canauani.

São João, neste contexto é sinônimo de santo das fogueiras, pois em suas festividades são típicas as grandes fogueiras em homenagem ao Santo. Além disso, verificamos, na construção do topônimo, o ato de fazer fogo do nativo [...] Apesar da influência “tupi” na mulher do fundador da maloca (que era do Rio Negro e falava a língua geral), o topônimo permaneceu *wapichana Kanau*, ‘canoa’ e *wa’u*, ‘rio’ (CARNEIRO, 2007, p. 133).

O autor acrescenta que não é difícil perceber a influência da Língua Tupi na toponímia da região amazônica, isto motivado pela influência da Igreja Católica em transmitir o Tupi nos aldeamentos, revelando que a realidade vivida por um povo pode ter influência sobre a denominação de lugares. Pude, neste trabalho, ratificar a afirmação de Carneiro quando analisei alguns dos topônimos propostos, como Sorocaima e Sabiá.

Outro estudo toponímico de Silva e Cruz (2011) aconteceu no município de Uiramutã, cujo topônimo é classificado dentro da taxa de mitotopônimo, motivado por uma lenda dos pescadores que pediam que “aumentasse a farinha”. Os pesquisadores analisaram ainda os traços linguísticos, observando que: “*Aremîtan* sofre o processo morfológico *ablaut*, pois 2ª. pessoa em makuusi é “a-”, mas se a primeira vogal da raiz do nome for “e”, essa segunda pessoa assimila o traço da vogal e passa também a “e”, por isso: *E-remîtan*.” Neste recorte pude observar também a interferência do LP na LM, uma vez que o nome atual da comunidade é Uiramutã, já aportuguesado. Processos semelhantes foram observados neste estudo, por exemplo, com o topônimo Sorocaima.

Mais um estudo recente da toponímia roraimense encontra-se em Araújo e Cruz (2013), que apresenta a classificação taxionômica e a motivação dos topônimos das comunidades Barro, Surumu e São Jorge, da TIRSS. Nesse trabalho, as autoras chegaram a conclusões que comprovam a sobreposição da LP sobre a LM. O fenômeno é observado no aportuguesamento do topônimo *Surumî* (LM) para ‘Surumu’ (LP) e no processo de substituição do nome *Non* (LM) por ‘Barro’ (LP).

2.6 Toponímia e a categorização dos nomes

Segundo Dick (1990), o topônimo simboliza a passagem do homem, individual ou em grupo, por um determinado lugar, porque é através da denominação que ficam as marcas de seu tempo e de suas características mais relevantes, sejam elas físicas ou emocionais, entre outras funções, o processo de toponimização assume a de conservação de tradições. Contudo, segundo a autora, a análise de uma nomenclatura geográfica não é tão simples. Quanto mais complexas forem as camadas linguísticas, os estratos onomásticos, mais longe estão os pontos que lhes deram origem. Com isso, muitas vezes, torna-se inútil chegar a esse fim considerando as dificuldades de se recompor toda a linha da cadeia etimológica, visto que o sentido está cristalizado no topônimo atual. A autora adverte que

qualquer estudo dessa nomenclatura, todavia, não se deve limitar apenas, a uma pesquisa etimológica que objetive, unicamente, o conhecimento do provável significado do topônimo. O valor de uma análise de tal natureza assume papel de relevo, quando dela puder obter dados que permitam um melhor conhecimento não só do próprio idioma envolvido, como do homem que o exercitava, em uma verdadeira perspectiva antro-pociológica (DICK, 1992, p.120).

Com isso, Dick apresenta o conceito de toponímia a partir da história, da língua e da cultura de um povo, somadas aos aspectos físicos, naturalmente. A estudiosa considera indiscutível a lição de que se deve recorrer sempre aos designativos autóctones para uma correta interpretação do termo, uma vez que eles constituem “o fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes indígenas traduz fielmente a característica natural de cada localidade”, deixada por Sampaio (1914, p.5 apud DICK, 1992, p. 120).

Para Isquerdo (2011, p. 469), os topônimos são estudados como signo linguístico e como tal são explorados, dentre outros, seus traços léxico-semântico, morfológico, etimológicos. No aspecto léxico-semântico, os nomes de lugares têm representação na língua como vocabulário onomástico e são analisados a partir da motivação toponímica. Tal procedimento se realiza considerando a categorização dos nomes e analisados a partir das taxionomias que os reúne por grupo de categorias diferentes como geográficas, históricas, formação interna e externa, categoria gramatical, causa denominativa, mecanismos de nomeação e motivação toponímica. A estudiosa adverte que:

é preciso considerar a complexidade e a diversidade dos processos de nomeação de lugares, haja vista em especial o fato de que a atribuição de um nome a um espaço geográfico sempre contém um componente subjetivo, já que o ato de nomear nasce da necessidade de marcar território, de imprimir uma marca de identidade ao espaço habitado, o que pode evocar diferentes sensações, motivações, dependendo da condição do denominador e do momento da nomeação (ISQUERDO, 2011, p. 469).

Para a autora, os topônimos estão sujeitos a todas as normas da língua, por exemplo, sofrer interferências de ordem étnica, lexical ou refletir estágios da língua, como arcaísmos e neologismos. A pesquisadora considera que, ao trabalhar com palavras denominativas de lugares, percebe-se que estas não estão apenas para identificações geográficas; delas insurgem valores da história, da memória e da cultura de um lugar. Deprendem-se dos topônimos interferências e/ou influências de uma língua sobre outras e aspectos literários e mitos que sustentam as tradições de um povo. A autora arremata dizendo, inspirada em Dick (1992, p. 35), que o topônimo ‘corporifica’ uma soma de fatores linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos de um grupo que vive em um determinado espaço geográfico.

No que se refere às características físicas (aspecto extralinguístico) do seu entorno, Dick (1992, p. 24), ao referenciar Stewart (1954), afirma que a motivação se dá a partir de elementos próprios do lugar como a topografia, hidrografia, fitogeografia, fauna, flora, ou por motivações histórico-cultural, social, emocional; ainda por crenças religiosas, homenagens a entes ilustres, estado anímico frente ao objeto nomeado, produtos da cultura, profissões, acontecimentos históricos, entre outros estímulos. Para Dick (1992, p.25), o “vínculo estreito entre objeto denominado e o seu denominador é que remeterá a toponímia taxionômica ao estudo das motivações da nomenclatura geográfica”.

Mesmo antes de 1954, ano em que Stewart apresentou uma proposta de mecanismos de nomeação toponímica, os estudos já exigiam uma forma de organização em estruturas macro, assim esse autor buscou apoio nas ciências humanas com afinidade à toponímia, o que resultou em um quadro, publicado no periódico “Names Journal of the American Names Society”, no qual constavam

the etymology, origin, meaning and application of all categories of names – geographical, personal, scientific, commercial, popular – and the dissemination of the result of such study; to make the American people conscious of the interest and importance of names in all fields of human endeavor (STEWART, 1954 Apud DICK, 1992, p. 24).

Talvez essa tenha sido a primeira tentativa de sistematização dos termos toponímicos. Claro, a classificação foi insuficiente para atender a demanda. Com isso, em 1954, Stewart apresentou uma nova proposta de mecanismos de classificação toponímica, procurando sistematizar os topônimos em categorias distributivas, conforme a própria nomeação. Nela, foram contempladas nove classes: “1. Descriptive names; 2. Possessive name; 3. Incident names; 4. Commemorative names; 5. euphemistic names; 6. Manufactured names; 7. Shift names; 8. Folk etymologies e 9. Mistake names”. Esta classificação se sustentou até 1975.

Naquele ano, Dick apresentou uma nova taxionomia, esta, com 19 categorias que se estabeleceu até 1990, quando a própria pesquisadora sentiu necessidade de complementar o quadro de taxionomias vigente. Procurando suprir a demanda das pesquisas, Dick (1992) estabelece uma bipartição na taxa, considerando duas ordens de implicação, uma natural/física e outra antropocultural, para o ajuste dos topônimos em suas categorias. O elemento toponímico particularizante é antecedido pelo elemento genérico que define sua classe onomástica. Atualmente, esta nomenclatura, utilizada pela maioria dos pesquisadores no Brasil, é uma ferramenta de trabalho que possibilita a avaliação das causas motivadoras dos designativos geográficos. Segue a classificação em dois grupos de taxionomias de Dick (1990, p. 31-34), base para esta pesquisa. Esclareço que muitos dos topônimos alocados para Roraima (RR) e que fazem parte do elenco abaixo, compondo os grupos A e B, são oriundos do presente trabalho.

2.6.1 Taxionomias de natureza física

- a) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. serra da Lua (AF RR);
- b) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Entre Rios (AH RR)
- c) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Rio Branco (AF RR);

- d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características das dimensões dos acidentes geográficos. Ex. “igarapé Profundo (RO)” (DICK, 1992, p.31); montanha Monte Roraima (AF RR);
- e) Fitotopônimos: topônimos de natureza vegetal. Ex. comunidade Maruai(AH RR);
- f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Enseada do Sabiá (AH RR);
- g) Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. igarapé Água Boa (AF RR);
- h) Litotopônimos: topônimos de natureza mineral ao à constituição do solo. Ex. comunidade Barro (AH RR);
- i) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. “serra do Vento (AF PB)” (DICK, 1992, p.32);
- j) Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de formas geométricas. Ex. “Curva Grande (AH AM)” (DICK, 1992, p.32);
- k) Zootopônimos: topônimos de natureza animal. Ex. Guariba (AH RR)

Lembrando que os exemplos de Roraima (RR) citados acima são fontes desta pesquisa, com exceção aos das letras “d”, “i” e “j” que são exemplos de Dick (1992).

2.6.2 Taxionomias de natureza antropocultural

- a) Animotopônimos (ou Nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vista Alegre (AH RR);
- b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Sabiá (AH RR);
- c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Presidente Figueiredo (AH RR);
- d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Brasil (vila - AH RR)
- e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho (a). Ex. Nova Esperança (AH RR);
- f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. “Casa da Telha (AH BA)” (DICK, 1992, p.33);

- g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Machado (AH RR);
- h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Wai Wai (AH RR);
- i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex. Makayapan (AH RR);
- j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Nossa Senhora da Consolata (avenida de Boa VistaRR);
- k) Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiolégio católico romano. Ex. São Jorge (AH RR);
- l) Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex. Maruai (AH RR);
- m) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Sete de Setembro (rua de Boa Vista RR);
- n) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Boca da Mata (AH AM);
- o) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Três Corações (vila - AH RR);
- p) Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Pereira Surumu (AH RR);
- q) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. “Pracinha (AHSP)” (DICK, 1992, p.34);
- r) Somatotopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. “Dedo (igarapé - RR)” (DICK, 1992, p.34).

Lembrando que os exemplos de Roraima (RR) citados acima são fontes desta pesquisa, com exceção aos das letras “f”, “o” e “p” que são exemplos de Dick (1992).

Para Dick, (1990, p. 29), a capacidade de classificação dos topônimos em sua totalidade nas taxes definidas por ela, pode não ser exequível, tendo em vista a possibilidade do aparecimento de novos termos genéricos definidores da própria categoria pesquisada. Isto definirá a classificação, principalmente quando se tratar

de registrar de comunidades indígenas nunca antes documentadas. Neste viés, o estudo das classificações taxionômicas, dada a necessidade de atender a uma classificação mais atualizada e sob os mesmos motivos de Stewart (1954) e de Dick (1990), recebeu também contribuições de outros toponimicistas. Para este estudo, apresento as contribuições de Isquerdo, Lima e da equipe do Projeto Atlas Toponímico do Estado do Paraná (ATEPAR).

Isquerdo (1996) contribuiu com a categorização dos Animatopônimos, considerando um termo neutro, a 'aforia'. A pesquisadora propôs a taxa dos animotopônimos em animotopônimos 'eufóricos' que indicam topônimos que invocam temas positivos, Alegria, Esperança, Felicidade, Horizonte, Independência, Liberdade, Nobreza, Porvir, Realeza, Redenção, Triunfo, União, Vitória, Bom Destino, Bom Futuro, Bom Levar, Bom Princípio, Campo Esperança, Deus é Bom, Fonte Nova; e animotopônimos 'disfóricos', os que se reportam a conotações negativas, Amansa Brabo, Apertado, Bagaço, Cachorra Magra Dois, Cachorra Magra Um, Caco da Cuia, Carrasco, Cavalo Velho, Centro dos Brabos, Chora Menino, Confusão, Deserto, Encrenca, Encruzilhada, Fim do Mundo, Já com Fome, Livre-nos-Deus.

Lima (1997), em estudos voltados para a taxa dos hagiotopônimos, sentiu a necessidade de subdividi-lo em hagiotopônimos 'autênticos', que remetem a motivação religiosa, por exemplo, Nossa Senhora dos Remédios; hagiotopônimos 'aparentes', que remetem a uma segunda interpretação que também leva o nome de santo, por exemplo, Rio São Luiz, homenagem a um padre.

A equipe do Projeto ATEPAR, com a participação dos professores Vanderci de Andrade Aquilera, Ignez de Abreu Francisquini e Aluizio Fávaro, contribuiu com a classificação taxionômica, acrescentando sob a mesma justificativa dos autores anteriores, com o acréscimo de outras taxas: 'Acronimotopônimos', topônimos formados por siglas, por exemplo, EMBRATEL; 'Estamatotopônimos', topônimos relacionados aos sentidos, ex.: Seringal Vista Alegre; 'Grafematopônimos', topônimos formados por letras do alfabeto, ex.: Avenida D; 'Higietopônimos', topônimos relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem estar físico, ex.: Bairro da Saúde, e 'Necrotopônimos', topônimos relativos ao que é ou está morto, a restos mortais, ex.: Rio da Morte (ZAMARIANO, 2006, p.154).

Este estudo apresenta peculiaridades quanto à classificação dos topônimos em suas respectivas taxas, primeiro porque foi constatada a ocorrência de dois

topônimos para a mesma comunidade, um em língua indígena e outro em língua portuguesa, ou vice versa; por exemplo, em Makayapan/Bananal e Bala/Maruai, portanto, duas motivações distintas; segundo, porque foram identificadas duas motivações diferentes para Maruai que é mitotopônimo e fitotopônimo; portanto, são topônimos híbridos em suas bases e etimologia.

3 PRECEITOS METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA EM TOPONÍMIA INDÍGENA – RORAIMA EM FOCO

3.1 Introdução

O referencial bibliográfico, base teórica específica e indispensável para a realização desta pesquisa, foi encontrado em livros e artigos, meios físicos e eletrônicos, em sites, nas bibliotecas nacionais, em periódicos e através de consultas a pesquisadores e professores de línguas indígenas.

A metodologia foi traçada com foco nos objetivos descritos, de maneira lógica e gradual, aqui exposta a partir dos itens “Introdução”, “O método da pesquisa”, “Medidas legais”, “A coleta de dados”, “A ficha lexicográfico-toponímica” e “Os colaboradores” embasados em Lincoln; Guba (1985), Dick (2004), Mazzoti; Gewandszajder (1999), Marconi e Lakatos (2000), Tarallo (2007) e Chizzotti (2009).

3.2 O método da pesquisa

Para a realização desta pesquisa de campo, foi efetuada uma abordagem de natureza qualitativa (CHIZZOTTI, 2009), uma vez que busca identificar aspectos de uma relação dinâmica entre mundo real e o indivíduo que nele habita, ou tenha habitado. A metodologia selecionada advém da pesquisa de campo de natureza qualitativa. Embora não seja fácil planejar uma pesquisa desta natureza, Lincoln; Guba defendem que o “foco e *design* do estudo não podem ser definidos *a priori*, pois a realidade é múltipla e socialmente construída em uma dada situação (...) devem então emergir por um processo de indução do conhecimento do contexto...” (1985 apud MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 147). Para eles, nenhuma teoria definida antecipadamente é capaz de atender a essa realidade em suas especialidades e generalizações, caso contrário, turva a visão do pesquisador fazendo com que este deixe de ver outros aspectos importantes que não se encaixam na teoria escolhida.

Nesse sentido, é importante esclarecer que somente depois do percurso é que se tem uma descrição particular, específica do processo de investigação, o

método da pesquisa apenas indica o caminho do trabalho. Assim, compreendo que a execução de um trabalho de natureza científica deve dar a importância merecida ao detalhamento da metodologia, com o fim de coletar respostas condizentes com a realidade pesquisada.

Por isso, a pesquisa elegeu a estrutura de alguns pontos positivos descrita pelos autores Marshall; Rossman (1989), Milles; Huberman (1984) *apud* Mazzoti; Gewandsznajder (1999) acerca da pesquisa qualitativa: a) o pesquisador ao escolher o “campo” da pesquisa já tem no pensamento algum objetivo e deve explicitá-lo mesmo que sujeito a reajustes futuros; b) dificilmente o pesquisador não tem uma teoria para embasamento de sua pesquisa, portanto é preciso torná-la pública e c) a falta de foco e de critérios para a coleta de dados resulta em “perda de tempo, excesso de dados e dificuldade de interpretação” (1999, p. 148). Esse tipo de pesquisa requer que o pesquisador assuma uma postura de objetividade e clareza diante do processo, não se deixando conduzir pelas aparências, tão pouco pela perda do foco. Não obstante, em consonância com Chizzotti (2009), os colaboradores têm o conhecimento do senso comum, a partir da prática vivida. Todos os que contribuíram para a coleta de dados são sujeitos que constroem o conhecimento e produzem práticas para solucionar problemas e assim, construir sua identidade.

3.3 Medidas legais

Com base em Mazzoti; Gewandsznajder (1999), algumas medidas de cunho legal e burocrático foram tomadas, porque o contexto da pesquisa são comunidades indígenas. Para que pudesse adentrar de forma segura às comunidades, alguns procedimentos legais precisaram ser tomados, como a composição de carta de apresentação do PPGL em que me apresento como a pesquisadora e o encaminhamento do projeto de pesquisa às Associações de apoio ao índio em Roraima, entre elas a APIRR, a SODIUR, a TWM, a ATMS e à FUNAI, além da submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ CoEP) da UFRR, com a finalidade de avaliar o risco do estudo.

Além disso, busquei a interseção da liderança indígena, no caso o Tuxaua, para mediar o contato com o sujeito da pesquisa. Como forma de esclarecimento, foi

levado ao conhecimento do colaborador, a informação de que ele poderia ou não conceder a entrevista ou ainda suspendê-la, caso achasse que não deveria prosseguir-la. Após as entrevistas, foi assinado o documento ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apêndices “D” e “E” deste texto.

Tão importante quanto selecionar os sujeitos, sob as orientações de Tarallo (2007), o pesquisador deve preocupar-se com a ‘neutralização’, fenômeno de inibição do impacto entre pesquisador e informante, que pode ser alcançada no momento em que o pesquisador decide representar o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades. Em se tratando do cenário indígena, com características específicas de língua e cultura, este é um aspecto de grande relevância a ser observado. *A priori*, vi como pesquisadora alguns itens importantes que pudessem diminuir o impacto da entrevista. Por exemplo, tive a preocupação de inteirar-me dos costumes e das práticas das comunidades: na comunidade Boca da Mata, tive a participação em um Encontro Pedagógico Escola e Comunidade, tudo previamente agendado. Em todas as visitas, recorri a um amigo mediador, um indígena com maior acesso à comunidade, com o objetivo de facilitar o contato e o desenvolvimento da pesquisa; usei também da sinceridade e do respeito para com os colaboradores.

3.4 A coleta de dados

A coleta de dados da pesquisa, seguindo um padrão de abordagem qualitativo, deu-se em duas etapas sob o princípio do trabalho científico, que, modo geral, inicia-se com a coleta de dados supostamente importante para o estudo do problema levantado (MARCONI E LAKATOS, 2000). A primeira etapa deu-se *in loco* coletar as informações a partir de entrevistas semiestruturadas¹⁶, seguidas das narrativas dos colaboradores e, a segunda, tão importante quanto a anterior, requereu muita atenção e sistematização, pois demanda a transcrição das entrevistas coletadas.

A coleta de dados é a etapa da pesquisa que exige um grande volume de tempo e de trabalho para se reunir as informações indispensáveis à comprovação da hipótese. Pressupõe a organização criteriosa da técnica e

¹⁶ A entrevista ocorreu apenas como norteadora para a narrativa oral do colaborador

a confecção de instrumentos adequados de registro e confecção adequados de registro e leitura dos dados colhidos em campo. (CHIZZOTTI, 2009, p. 51)

Para esta etapa da pesquisa, os instrumentos selecionados foram a entrevista semiestruturada, já citada, que permitiu ordenar a conversa, sem dispersar do foco da pesquisa para buscar da história do topônimo. Esta se deu a partir das histórias reais ou mitos, narradas por cada colaborador, além de registros de observação anotados em diário de bordo. Todas as narrativas foram gravadas através de um gravador PHILIPS – LFH 0615 e registradas em fotos por câmera SAMSUNG – ES80, além da coleta das coordenadas geográficas de todas as comunidades para fins de construção dos mapas de localização geográfica.

A primeira etapa foi executada entre os meses de abril a agosto de 2013, em visitas às comunidades, com exceção de alguns colaboradores como o de São Jorge, que estava na capital, em tratamento de saúde, quando eu me desloquei para aquela comunidade. Este me recebeu em outro momento na casa de uma irmã onde estava hospedado, e os colaboradores de Maruai que também estavam em Boa Vista, porque na ocasião, era período de inverno e tais condições não permitiam a volta destes para sua comunidade e nem a minha ida até lá.

Acrescento que esta foi a única, dentre as quatorze comunidades que fazem parte deste estudo, em que não pude fazer visita *in loco*, em outras, foram necessárias várias visitas, porque por diversas razões, houve necessidade de agendar e retornar num outro momento: a ausência do colaborador na comunidade, o estado de saúde de alguns ou ausência; o Tuxaua para autorizar a entrevista, entre outros, foram alguns obstáculos. Os veículos utilizados para esses deslocamentos foram: o particular, para aquelas visitas em que não havia necessidade de transporte com maior força, e os carros com tração, cedidos pela UFRR e a UERR.

A segunda etapa da coleta caracteriza-se pela transcrição das entrevistas, foram 9 horas e 52 minutos de gravação em áudio, transcritas com o cuidado de trabalhar os dados de modo a trazê-los o mais próximo possível da realidade. Os dados foram catalogados e analisados com base nos parâmetros teórico-metodológicos estabelecidos por Dick (2004), e utilizados por Andrade (2006) e Carneiro (2007), a partir de uma ficha léxico-gráfico-toponímica, cuja descrição está no subitem 3.4.1, a seguir. De modo que foi possível compreender as características

denominativas dos topônimos, como motivação, localização geográfica, etimologia, taxionomias toponímicas e aspectos dialetológicos das comunidades, sistematizadas em 14 fichas.

3.4.1 A ficha lexicográfico-toponímica

O modelo de ficha lexicográfico-toponímico utilizado na pesquisa tem base Dick (2004), no Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP); Andrade (2006), no Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins (Projeto Atito) e Carneiro (2007), no Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua – RR.

A ficha utilizada em trabalho de campo segue a base dos estudos supracitados, entretanto, com adaptações para atender a um *locus* de diversidade histórica, cultural e linguística pertinente às comunidades indígenas, a saber: Topônimo atual, Topônimo anterior, Acidente Humano, Estado, Localização, Taxionomia, Etimologia, Origem linguística, Motivação, Entrada Lexical, Estrutura Morfológica, Fonte primária, Estrutura Morfológica, Nome do Tuxaua, Contexto, Dados dos informantes: Colaborador 1: Nome, Etnia, Data de Nascimento/Idade, Escolaridade, Falante de línguas, Função na comunidade/parentesco, Local e data de coleta, Coordenadas Geográficas, Pesquisadora e Revisora.

A seguir, apresento a ficha detalhada da comunidade Bananal, que serviu de orientação para a entrevista com o colaborador. Constam ainda, como anexo deste trabalho, três das quatorze utilizadas na pesquisa, quais sejam comunidade Sorocaima I e II, Maruai. As demais se encontram em arquivo da autora.

Quadro 1 - Ficha lexicográfico-toponímica

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA

Base: Dick (2004), Andrade (2006) e Carneiro (2007)

AH: comunidade indígena

Topônimo atual: Bananal

Topônimo anterior: *Makayapan*

Estado: Roraima

Localização: Pacaraima

Taxionomia: Fitotopônimo

Dirrematopônimo *Makayapan* (LT)

Etimologia: Bananal (LP)

Makayapan (LT)

Origem linguística: Português

Motivação: embora haja um igarapé com esse nome, o entrevistado informou que assim como a comunidade, o igarapé, recebeu o topônimo *Makayapan* pelo sentido do termo na LT. O significado do termo explicado pelo colaborador, diz que “*diziam assim, exemplo: “Isso aqui é um caderno?” e a pessoa dizia: “Você não tá dizendo? Você não tá dizendo?!”. Então Makayapan significa mais ou menos isso “Você não tá dizendo?!”. Embora, a comunidade tenha sido registrada como Makayapan, pela primeira turma da SUCAM, ao receberem a segunda, os moradores receberam também a sugestão de mudança do nome para outro na língua portuguesa, dada a dificuldade com a língua indígena. A motivação do topônimo Bananal deu-se porque havia um grande plantio nativo de bananas, e, com isso o hábito de servir bananas às visitas, esse costume ainda é tradição na comunidade, embora a plantação seja bem menor hoje.*

Entrada Lexical: Bananal

Estrutura Morfológica: Banan – al (Radical + sufixo)

Fonte primária: *Makayapan* (LT)

Estrutura Morfológica: m - aka - i - pan

2A2O - vb dizer - pas Rec - suf. Neg

“Você não tá dizendo?!” (CRUZ, 2005, p. 238-9)

Nome do Tuxaua: Nivaldo da Silva

Contexto: Embora o topônimo da comunidade tenha sido mudado há mais de 40 anos, o colaborador garante que comunidades vizinhas como “*os parente da Venezuela, (...), as comunidades da Boca da Mata, Guariba e Taxi ainda conhece como Makayapan*”.

Ao ser indagado acerca de homenagens prestadas a alguém da comunidade o colaborador relata com certo orgulho que a primeira escola da comunidade que se chamava Escola André Vidal de Negreiros, nome indicado pela Secretaria de Educação do Estado e que nada dizia sobre a história deles, teve o topônimo alterado em homenagem ao “*meu pai, Bento Lored, depois do falecimento dele, há mais de seis anos*”, a escola oferece ensino Fundamental e Médio. Mas, explica que o processo passou por assembleia, como é habitual ao se tomar qualquer decisão de interesse da comunidade.

Quanto a comemorações, a comunidade celebra o dia 18 de maio, pois foi nesse dia em 1968, que chegaram as primeiras famílias. Atualmente vivem na comunidade 37 famílias, quase 200 pessoas.

De acordo com os moradores, no Bananal existem três etnias: Taurepang, Macuxi e Wapichana. As línguas faladas são Taurepang, Português, no entanto, são os mais velhos que dominam e utilizam com mais propriedade a língua nativa, enquanto que a minoria dos mais novos tem algum conhecimento e utilizam escassamente o Taurepang, o português é, portanto, a língua mais falada na comunidade.

Em se tratando da religião, os Taurepang são adventistas e costumam fazer as festas da igreja, resguardam o sábado e até tem um coral da igreja que canta em Taurepang.

Dados dos informantes:

Colaborador 1

Nome: Avelino Contreira Loiola

Etnia: Taurepang

Data de Nascimento/Idade: 56 anos

Escolaridade: alfabetizado

Falante de línguas: Macuxi, Taurepang e Português.

Função na comunidade/parentesco: membro fundador da comunidade.

Local e data de coleta: residência do Seu Avelino, no Bananal, no dia 28 de julho de 2013.

Coordenadas Geográficas: N 04° 25' 41.5" e O 61° 13' 01.8"

Pesquisadora: Maria do Socorro Melo Araújo

Revisora: Maria Odileiz Sousa Cruz

Na sequência, a escolha das comunidades indígenas e a descrição dos colaboradores situam o leitor para prosseguir o estudo. Antes, porém, julguei imprescindível para este estudo, sob o olhar Fenton (2003), trazer as noções de etnia, raça e nação, cujos conceitos, embora muito próximos, apresentam segundo o autor significativas diferenças.

3.5 Os colaboradores

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, no Brasil, até a década de 1970, os indígenas não tinham nem passado e nem futuro, seu fim era visto como certo e estava próximo. A ausência de seu passado era corroborada por historiadores e antropólogos. Os primeiros hesitavam em se livrar do fetiche pelas fontes escritas, e escritas pelos próprios atores históricos, por isso não davam atenção à história indígena, que muitas vezes, só pode ser feita com o uso de fontes de terceiros, fontes materiais e/ou com o uso de tradições orais, sobre as quais pesavam muitas desconfianças. (CUNHA, 1998). Nessa direção, pensar a etnografia – como registro das etnias – é fundamental para a história dos indígenas, em especial, os de Roraima, que ainda carecem de estudos para registrar a riqueza imensurável das suas culturas.

Com base nisso, a pesquisa optou, por abranger as comunidades indígenas mais antigas, todas localizadas em Pacaraima, são elas: Sabiá, Boca da Mata, Bananal, Guariba, Sorocaima I e II, Contão, Canta Galo, Machado, Barro, Surumu, São Jorge, Maruai e Perdiz. Dentre as comunidades em estudo, pude observar que Guariba é a mais nova e teve o seu início na década de 1987, no entanto, não foi possível identificar a comunidade mais antiga entre todas. A escolha por estas comunidades partiu da hipótese de que esse recurso é capaz de reconstituir uma história, muitas vezes distantes da atualidade, com suas peculiaridades e o mais próximo possível da realidade vivenciada, conforme se pode observar no Projeto Atito, acerca da província de Goiás do século XIX:

etnocêntricos, seus relatos sobre os homens de Goiás são marcados por julgamentos de valores, preconceitos e indiferença. Suas memórias narrativas, no entanto, nos permitem a reconstrução de histórias regionais, como a da Província de Goiás, mais especificadamente, da região que hoje pertence ao estado do Tocantins (KLINGER, 2006, p. 06).

Esta pesquisa apresenta um perfil dos colaboradores no Quadro I deste trabalho, em que apenas 4, dos 32 entrevistados, têm idade inferior a 50 anos. Suas entrevistas foram consideradas porque estão embasadas em relatos dos antecessores dos colaboradores. Cabe ressaltar que todos os colaboradores narram histórias a partir de seus pais, avós, ou parentes, ou ainda de antepassados que tiveram ou que ainda gozam de prestígio perante os pares conterrâneos. As entrevistas aconteceram de forma descontraída e dentro do tempo sugerido pelos colaboradores e na presença de outras pessoas da comunidade. Sem exceção, todos os colaboradores são pessoas que gozam de credibilidade dentro de suas comunidades. Por tudo isso e em respeito às histórias narradas, que representam as raízes do nome de cada comunidade, optei por manter os verdadeiros nomes dos entrevistados, considerando também que esta é uma atitude normal em textos resultados de pesquisas científicas nesse contexto.

4 PERFIL ETNOGRÁFICO DOS COLABORADORES

4.1 Introdução

Este capítulo apresenta as características sociais e linguísticas dos colaboradores, as quais permitiram traçar o perfil etnográfico da pesquisa a partir das variáveis: nome, idade, etnia, língua que domina nível de escolaridade e papel na comunidade, no intuito de mostrar ao leitor um quadro desse contexto social.

4.2 As variáveis etnográficas

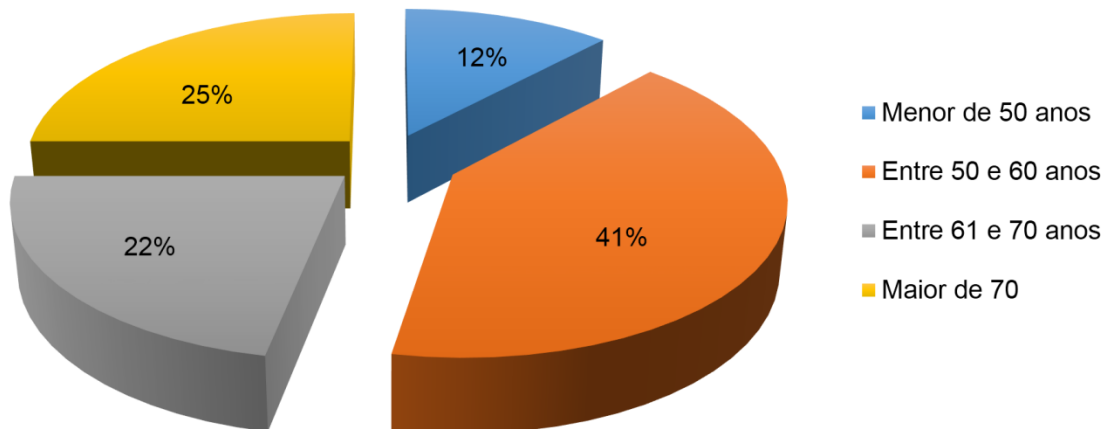
Os estudos dos dados etnográficos fazem parte de uma técnica proveniente das disciplinas de caráter social que revelam a realidade do *locus* da pesquisa. Através dela, o resultado torna-se mais rico e complexo, dada a inserção direta do pesquisador na realidade em questão. Houve, para este estudo, a necessidade de recorrer a mais de uma visita em algumas comunidades, como se faz neste tipo de pesquisa, para obtenção das narrativas orais. Com isso, as visitas trouxeram informações de cunho social e concreto, que compõem o quadro “Etnografia da pesquisa”, sobre o qual procuro refletir, considerando idade, etnia, língua que domina, e o papel de cada um na comunidade, com objetivo de caracterizar o perfil dos colaboradores deste estudo.

A pesquisa apresenta um total de 32 informantes, em princípio, selecionados pelo critério de idade mínima: 50 anos. No entanto, dada à importância das informações coletadas, com base em relatos de seus antepassados e, ainda, na credibilidade que o colaborador goza dentro da comunidade. Foram aproveitadas entrevistas de quatro colaboradores com idade inferior que a estabelecida. Eles têm as idades de 47, 33, 40 e 39 anos, e são esposa de tuxaua, filho de tuxaua (o pai estava ausente), tuxaua e professor, respectivamente. Os mais velhos, dentro das comunidades, têm a função espontânea de repassar os costumes e as histórias de seu povo para os mais jovens, usando a narrativa oral, como mostra o recorte,

Então, a nossa história da comunidade começou com meu avô, Seu Avelino, ele tinha 85 anos na época, morreu com 121 anos.[...] Ele veio da Raposa, nessa época eles andavam muito, não tinham lugar fixo para morar, e, casou com umas dez mulheres... mas, a última é a minha vó, ela tá viva ainda. [...]Aí meu vô disse: “Eu conto essa história porque um dia, meu filho, eu vou embora e essa é uma riqueza para vocês.”(JOSÉ CARLOS, jul, 2013).

Para este tipo de pesquisa, cujos objetivos transitam na evolução histórica e cultural do topônimo e da comunidade, a variável idade assume um nível alto de importância, não desconsiderando o prestígio do discurso do informante entre seus pares. Neste sentido, o quadro apresenta um perfil resumido: 8 informantes com idade acima de 70 anos, 7 informantes com idade entre 61 e 70 anos; 13 informantes com idade entre 50 e 60 anos e apenas 4 com idade inferior a 50 anos, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes



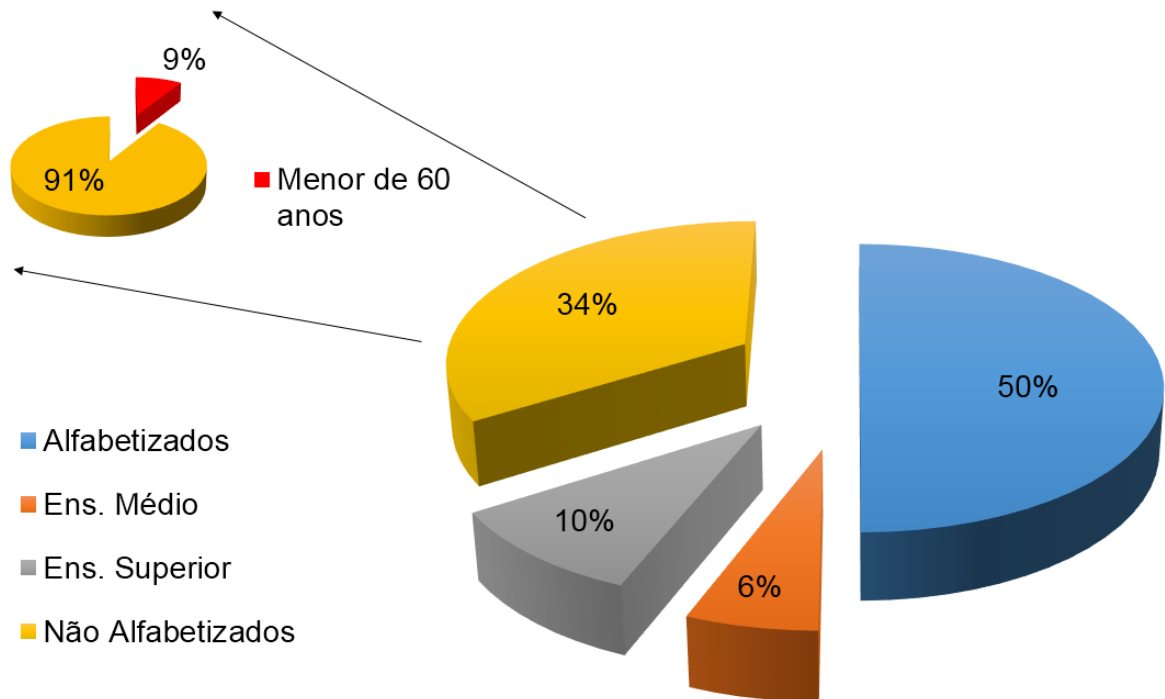
Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Os colaboradores, 21 do sexo masculino e 11 do sexo feminino, estão distribuídos segundo a variável escolaridade, da seguinte forma: 16 alfabetizados¹⁷, 11 não alfabetizados, 3 com nível superior e 2 com nível médio.

Ao cruzar os dados de idade e escolaridade, observei que os informantes de níveis médio e superior fazem parte do grupo mais jovem, enquanto que a maioria dos informantes mais velhos está na categoria “não alfabetizado”.

¹⁷ Alfabetizados em língua portuguesa

Gráfico 2 - Escolaridade x idade

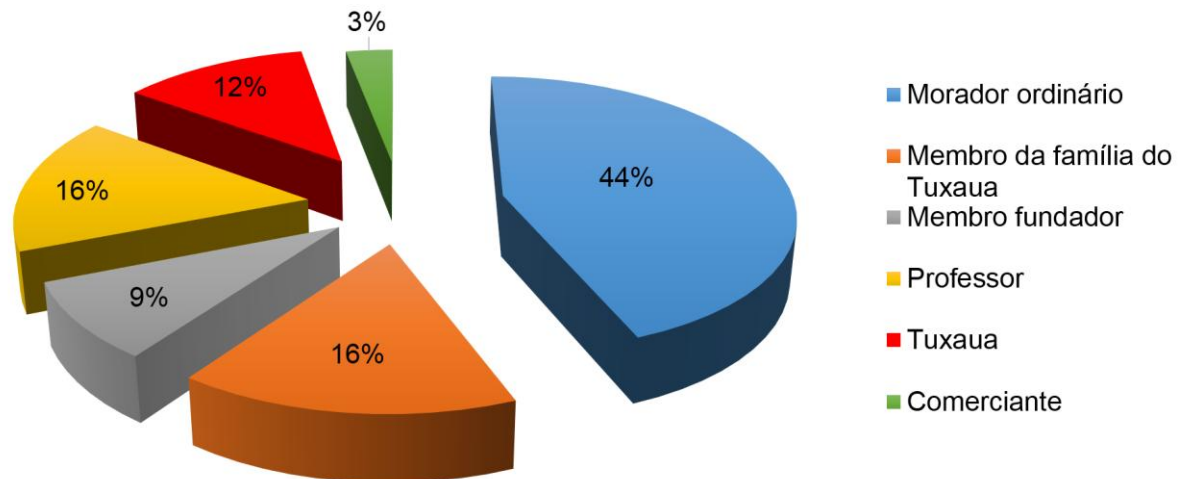


Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Com isso, vejo que as informações sobre sexo e escolaridade podem ser julgadas como não determinantes para este estudo, uma vez que o foco está na narrativa com produção histórica do topônimo.

Por esse viés, é importante ressaltar que o papel do colaborador dentro da comunidade, sua vivência, é o que mais diz sobre o objeto da pesquisa. A apreciação desse item mostra que todos os entrevistados atuam efetivamente de suas respectivas comunidades, desempenhando funções diversas, às quais estabeleci a seguinte nomenclatura: membro em potencial (14), membro da família do Tuxaua (5), membro fundador (3), professor (5), Tuxaua (4), e comerciante (1).

Gráfico 3 - O papel dos colaboradores na comunidade

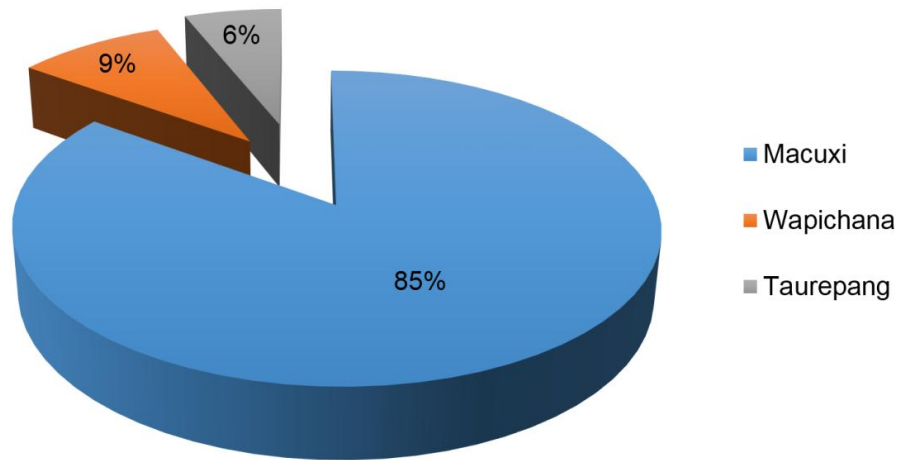


Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Os números descrevem as pessoas e as funções sociais desenvolvidas por elas em suas comunidades. Esses dados, somados à idade, já descrita, permitem-me pensar sociedades hierarquicamente organizadas das comunidades em referência, uma vez que os mais velhos, assim como aqueles que desempenham uma função de administração na comunidade, são considerados referência no lugar.

Quanto à etnia, foi preponderante a participação de índios macuxi, 27 informantes, em relação às etnias wapichana, 3 informantes e taurepang, 2 informantes.

Gráfico 4 - Os colaboradores e suas etnias



Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Isto se deu, possivelmente, em virtude de se tratar de uma pesquisa desenvolvida na região das TISM e TIRSS, ocupadas principalmente por povos desta etnia.

As informações advindas do item “língua que domina” retratam a diversidade linguística desta região de fronteira internacional. O estudo mostra que além da Língua Portuguesa (LP), há falantes de Língua Espanhola (LE), de Língua Inglesa (Ling.) e de quatro línguas indígenas: Macuxi (LM), Taurepang (LT), Wapichana (LW) e Patamona (LPta).

A língua LP, oficial no Brasil, nem sempre é a língua de domínio dos entrevistados, como aconteceu com os colaboradores Martina, Inês, Albertina e Edmundo, para cujas entrevistas, contei com o auxílio de um tradutor, visto que não domino suas línguas. Os demais, 28 colaboradores, dominam o português; 4 dominam LP, LE e LM; apenas 1 deles domina LIng., pouco compreende a LP, mas se comunica com os demais porque tem domínio de LM e de LPat.

Analisando o domínio das línguas indígenas pelos entrevistados, foi possível apresentar o seguinte: em primeiro lugar, o domínio de LM por 22 dos 32 entrevistados foi o mais recorrente. É importante informar que os 4 colaboradores que não falam Português, têm domínio de LM. Mesmo se reconhecendo índios macuxi, 2 colaboradores não têm domínio da língua e 2 compreendem, mas não falam LM. Este dado cruzado com a “etnia”, que apresentou 27 colaboradores LM, é de apenas 7.4%. Isto me levou a concluir que a Língua Macuxi, nestas comunidades, ainda é muito fluente.

E, em segundo lugar, a LT é falada com fluência por 3 colaboradores, sendo um deles da etnia macuxi, ou seja, os 2 colaboradores que se reconhecem da etnia taurepang dominam a língua. Da mesma forma, acontece com os 3 falantes de LW, 1 deles é da etnia macuxi, outro, também macuxi, compreende mas não fala LW e, 1 colaborador que se reconhece wapichana, também não domina a língua. E, por último, apenas 1 informante domina a LPta, como já foi mencionado, embora se reconheça como índio da etnia macuxi. Não achei conveniente cruzar os dados da variável etnia com os de falantes de LT e de LW e representá-los em percentual, como fiz com os da etnia macuxi, porque a amostra é de apenas 3 colaboradores por etnia e por falantes, sendo um número quase insignificante para este fim. As informações foram registradas a partir de entrevistas orientadas pela ficha lexicográfico-toponímica, anteriormente ilustrada.

4.3 Etnografia a pesquisa

O quadro a seguir apresenta o resumo das informações sociais e linguísticas dos informantes, as quais permitiram traçar o perfil dos colaboradores.

Quadro 2 - Etnografia da pesquisa

Nº	COLABORADOR	IDADE anos	ETNIA	LÍNGUA QUE DOMINA							NÍVEL DE ESCOLARIDADE	REPRESENTAÇÃO NA COMUNIDADE
				LP	LE	Ling	LÍNGUAS INDÍGENAS					
							LM	LT	LW	LPat		
1.	Vitalino Barbosa	94	Macuxi	x	x		x				Não alfabetizado	Membro
2.	Luciano Peres Bonifácio	60	Macuxi	x	x		x				Nível superior	Professor
3.	Ireunice da S. Messias	59	Macuxi	x			x				Alfabetizada	Comerciante
4.	Leônia Peres da Silva	90	Macuxi	x			x				Não alfabetizada	Membro
5.	Avelino Contreira Loiola	56	Taurepang	x			x	x			Alfabetizado	Membro fundador
6.	Martina da Silva	103	Macuxi				x	*			Não alfabetizada	Membro
7.	Genival da Silva	54	Macuxi	x			x				Não alfabetizado	Membro
8.	Juscelino Pereira Mota	56	Macuxi	x			x				Alfabetizado	2º Tuxaua

9.	Vanderval da Silva	65	Macuxi	x			x				Não alfabetizado	Membro
10.	Inês de S. Marcolino	80	Macuxi				x		*		Não alfabetizada	Mãe do Tuxaua
11.	Telina Ramos da Silva	54	Macuxi	x							Alfabetizada	Membro
12.	Maria Luiza Marcolino	63	Macuxi	x			x				Alfabetizada	Membro
13.	Elda da Silva Marcolino	47	Macuxi	x			x				Nível Médio	Esposa do Tuxaua
14.	Patrício Padilha Ramos	57	Macuxi	x			x				Alfabetizado	Membro fundador
15.	Edmundo	80	Macuxi	*		X	x			x	Não alfabetizado	Membro
16.	José Carlos C. da Silva	33	Macuxi	x			*				Alfabetizado	Filho do Tuxaua
17.	Natanael Macuxi	40	Macuxi	x			x				Alfabetizado	Tuxaua
18.	Albertina	65	Macuxi	x			*			x	Não alfabetizada	Membro
19.	Abel	50	Macuxi	x			x				Alfabetizado	Diretor da Escola
20.	Manoel	67	Wapichana	x						x	Alfabetizado	Membro
21.	Florianio	85	Wapichana	x			x				Alfabetizado	Prof. aposentado
22.	Leonília Cordeiro	39	Wapichana	x						x	Nível médio	Professora

23.	Arlene Lima da	61	Macuxi	x			x				Alfabetizada	Mãe do Tuxaua
24.	Graciele P.da Silva	59	Macuxi	x			*				Alfabetizado	Membro
25.	Aristide	65	Macuxi	x	x		x				Não alfabetizado	Membro
26.	Severino Barbosa	97	Macuxi	x	x		x				Não alfabetizado	Membro fundador
27.	Manoel Bento Flores	58	Taurepang	x				x			Alfabetizado	Membro fundador
28.	Galdino P. de Souza	60	Macuxi	x			x	x			Alfabetizado	Membro fundador
29.	Sebastião M. Santos	83	Macuxi	x			x				Não alfabetizado	Membro
30.	Afonso dos Santos	66	Macuxi	x			*				Alfabetizado	Pai do tuxaua
31.	Elias João da Silva	51	Macuxi	x	x		x				Nível superior	Professor
32.	Jonas Marcolino	50	Macuxi	x			x				Nível superior	Tuxaua

* não tem domínio da língua, mas entende um pouco.

Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Em resumo, a reflexão acima levou a uma fotografia dos colaboradores que são representantes de suas respectivas comunidades. Para o item idade, atribuo a maior representação dentro deste contexto de estudo toponímico, o percurso histórico do topônimo; cabe dizer que os colaboradores repassam informações de seus antecessores com muita responsabilidade e quanto mais jovem o entrevistado, maior é a preocupação em deixar claro que a história vem de seus avós. Esse item adicionado ao “papel desenvolvido por cada um em sua comunidade”, demonstra hierarquia social dentro dos grupos, o que possivelmente venha interferir em escolhas toponímicas.

O item “etnia”, além de desenhar a diversidade étnica destas comunidades, cruzado com o item “língua que domina”, justifica a sobreposição do LP sobre as demais, o que repercutiu nas escolhas toponímicas das comunidades. E, por fim o item “nível de escolaridade”, não demonstra implicação para este estudo, apenas ilustra o perfil dos colaboradores. Vale observar que quanto mais novo o colaborador, maior a preocupação em repassar a história, baseada nos relatos dos mais antigos.

5 O ESTUDO TOPONÍMICO DAS COMUNIDADES

5.1 Introdução

Neste capítulo, o estudo se propõe a mostrar, além do nome, a localização geográfica e a motivação que levou essa comunidade a elegê-lo como topônimo, por isso, um olhar para o passado foi fundamental para recompor esse percurso histórico. A seguir, para melhor orientação do leitor, apresento o mapa de localização das comunidades em estudo. Depois, segue uma breve descrição de cada uma delas.

Figura 2 - Mapa de localização das comunidades visitadas

Mapa de localização das comunidades visitadas



5.1.1 Sabiá que não é pássaro

Sabiá é uma comunidade situada a 48km de Pacaraima¹⁸, localizada às margens da BR 174, compõe a TISM e é uma das mais antigas comunidades indígenas da região. Estive na comunidade mais de uma vez e observei que todos os entrevistados se preocuparam em reter alguma informação, talvez pela história de repressão e subordinação por que passaram. A comunidade se apresenta hoje com parte das casas de alvenaria, com característica de conjunto habitacional e outras construções de taipa¹⁹. Ali vivem 21 famílias, constituídas pelas etnias Macuxi, Wapichana e Taurepang, as quais estão divididas entre as religiões católica e adventista. Sem muitas festas, a comunidade concentra-se mais nos eventos de comemorações do mês de dezembro, segundo as informações obtidas nas entrevistas.

D. Arlene Lima da Silva, 61 anos, índia da etnia Macuxi, uma das primeiras moradoras do lugar e mãe do atual Tuxaua, Arisnilson de Lima Macuxi, é colaboradora e relembrou a história do Sabiá. Segundo ela, nos anos 1920, quando o General Cândido Rondon esteve ali para executar sua tarefa de demarcador das Terras Indígenas, já encontrara o índio Antônio Sabiá e sua família que habitavam aquele lugar. Este índio, segundo as entrevistas, foi expulso de suas terras, anos depois - esse período não pode ser precisado - pelos “branco” que construíram uma fazenda de gado chamada ‘Talismã’, onde o pai de D. Arlene exercia a função de vaqueiro. Segundo ela, o proprietário, Seu²⁰ Adolfo Brasil, dizia sempre que “essa era uma área indígena, mas por enquanto ele tomava de conta. Era dele “e, pelo reconhecimento da TI, Brasil colocou o nome do lugar de ‘Enseada do Sabiá’. Nesta fazenda, como em tantas outras vizinhas, os fazendeiros eram vistos como “invasores” que “empatavam a caça e a pesca”. O problema resultou em conflitos entre os posseiros e os indígenas.

No entanto, a comunidade só leva o nome de ‘Sabiá’ em 1983, quando os moradores sentiram necessidade de uma liderança e nomearam o primeiro Tuxaua, Seu José Lima de Aguiar; cargo depois transferido para o Seu Nazareno Andrade da

¹⁸ Coordenadas: N 04° 11’ 18.7” e O 061° 00’ 08.1”

¹⁹ Casas feitas com madeira redonda e varas amarradas de cipó, com paredes de barro e pedra, e telhados de palha.

²⁰ Nesta dissertação tomo o pronome de tratamento “Senhor” por “Seu”, forma mais usada nesta região, talvez represente um processo de evolução da língua.

Silva, que com apoio de outros indígenas, conseguiu, entre outros benefícios, junto à FUNAI, a aquisição de cabeças de gado para a comunidade.

Nesta comunidade, a língua indígena macuxi já não é mais falada com frequência, os mais velhos conseguem compreendê-la, mas pouco a falam; os mais jovens só estudam as línguas indígenas na escola. Para isso, eles têm uma explicação: todos os colaboradores confessaram que os índios recebiam pressão do branco para não falar a língua, como constato no recorte:

[...] minha mãe era falante, quando eu perguntava, ela dizia os nome dos bichos,... farinha, essas coisa. (...) ela dizia assim “não, não posso mais falar essas coisa com vocês porque os branco diz que essa nossa fala é gíria, então não posso mais ensinar para vocês”... a língua Macuxi era tratada como “gíria”.(D. GRACIELE, 2013)

Percebi claramente a superposição do branco sobre o índio no seu aspecto linguístico. Constatei que houve uma possível proibição, pelos brancos, de uso da língua materna (CRUZ, 2007). Outro aspecto que me chamou atenção, na fala do Seu Aristide, foi o sentido pejorativo dado ao termo em destaque: “os brancos nos chamavam caboco”, (grifo nosso), demonstrando uma estratificação social.

Atualmente, as línguas indígenas são ensinadas na Escola da comunidade Boca da Mata, para onde se deslocam os alunos depois de concluírem as séries iniciais. Ressalto que D. Graciele e D. Arlene demonstraram muito orgulho em dizer que a comunidade conseguiu mudar o nome da escola de Escola Eliésio Madeira para Izaura Hoth, em homenagem a uma antiga moradora, parteira, que já falecera e fora enterrada ali mesmo. Não foi possível identificar o local do túmulo.

Eles já sabem que podem mudar o nome de um órgão público, ou mesmo de um lugar, desde que haja vontade da comunidade demonstrada em manifestação popular, conforme a Lei Complementar nº 46, de 21 de agosto de 1984. Mas, em momento algum, demonstraram interesse em mudar o nome de Sabiá para *Kuraasi* (LM), embora saibam que há correspondente na língua indígena para o topônimo. Como já fora mencionado, o motivo do topônimo Sabiá deve-se a uma homenagem ao indígena Antônio Sabiá, o primeiro morador da comunidade, guerreiro que enfrentou os momentos difíceis da época de “invasores brancos”. O corpo de Antônio Sabiá está enterrado lá mesmo na comunidade, como disse D. Graciele, “ele era enterrado por ali”. Também não identifiquei o lugar do túmulo de Sabiá.

5.1.2 Boca da mata: uma mistura de etnias

A comunidade indígena Boca da Mata faz parte da TISM e está situada às margens da BR 174, a uma distância de 20 km da sede do município e a 194 km da capital do Estado²¹. A população é formada por 122 famílias, uma população de 503 pessoas de diversas etnias, por isso a mistura. São Taurepang, Macuxi, Sapará, Wapichana, Tucanos e os Macu, que também se distribuem nas diversas religiões como Adventistas, Católicos, Assembleia de Deus e Igreja Batista. Sobre o aspecto social de comunidade Boca da Mata,

Destaca-se a intensa convivência de diferentes línguas e culturas, que por si só é um panorama que interessa a todas as ciências que se ocupam do estudo da linguagem humana e de suas implicações nas e das relações inter e intra-sujeitos (RABELO, 2012, p. 37).

A constatação deste mosaico é produto de intercâmbios sociais intensos, que acontecem seja através dos casamentos, ou das trocas de culturas e de línguas provenientes de uma vida nômade, é assim que o próprio indígena descreve a vida de seus antecessores, essas implicações fortalecem a união entre essas etnias.

Os colaboradores: Vovó Olívia, de 92 anos, índia Taurepang, residente na comunidade há mais de 50 anos, trazida com os filhos pelo tuxaua Antônio Horácio que a ajudou, após ter ficado viúva, principal colaboradora da Boca da Mata; Seu Valcir, Macuxi de 60 anos, que esteve ausente por muito tempo da comunidade e que retornou há três anos e o Aurélio Alves Gonçalves, Taurepang, 33 anos, professor da Escola. A entrevista com os mais idosos foi previamente agendada, sugeri uma damorida²², já que faz parte da cultura de alimentos indígena desta região. A melhor forma foi adentrar a uma atividade pedagógica da Escola Estadual Indígena Tuxaua Antônio Horácio, eles estavam em atividades preparando um evento cultural e, foi na sala de aula do ensino médio que se deu a conversa.

Chamou-me atenção na Boca da Mata a valorização da escola, uma referência da comunidade. Prova disto é que os eventos sociais partem da escola, como as comemorações de aniversário da comunidade no dia 29 de maio e o período da piracema, a fartura da pesca e da desova dos peixes, que se

²¹ Coordenadas: N 04° 21' 00.2" e O 61° 08' 31.0"

²² Damorida é uma iguaria da culinária indígena, cozinhada à base de pimenta malagueta com carne de gado, peixe ou de caça.

comemoram com reverência aos antepassados. Os participantes fazem maquiagem e pinturas pelo corpo. Tudo isso faz parte de um calendário pedagógico indígena da própria comunidade.

Quanto aos falantes de línguas indígenas na comunidade, conforme a classificação do professor Aurélio, são, em número de falantes, primeiro os Taurepang, depois os Macuxi, seguidos pelos Wapichana e em quarto lugar estão duas famílias falantes dos Tucano e, infelizmente, dos Saporá não há falantes na comunidade.

A contribuição toponímica para a memória e a cultura indígena já começa a se fortalecer na Boca da Mata, pois a organização das ruas da comunidade está sendo estruturada e, segundo o professor Aurélio, “estamos colocando o nome de cada povo em homenagem a cada povo, os Macuxi, os Taurepang, os Wapichana, os Yanomami, os Sataremaué, então os nomes das ruas são os nomes dos povos”.

Para entender a motivação toponímica desta comunidade, apresento as duas histórias que sustentam a escolha. A primeira, antes de 1930, quando houve um grande vendaval que destruiu tudo, inclusive uma casinha de um pescador que havia ido à roça. Quando este voltara, nada mais encontrou, o vendaval jogara tudo “dentro de um poço no rio, é o que chamamos hoje de “Poço da Arara, no rio Surumu” (AURÉLIO, 2013). A comunidade passa a ter o nome /wa'rara'pise/ ~ /a'rara'pise/, em língua LT. Por volta de 1940, as pessoas que vieram formar a comunidade porque “ali região de mata, então, tinha muitos peixes, caça, até pra plantar era muito bom” (2013), começaram a se desentender e Paulo, antigo morador, foi para a Guiana; Antônio Horácio, o tuxaua, para a Venezuela. Depois, retornaram, mas se estabeleceram “pra aquele lado de lá”, diz Aurélio, apontando no sentido sul da comunidade, e Vovó Olivia completa: “Aqui, na beira da estrada, não tinha ninguém morando aqui não. Era mata. Depois que abriram a estrada, é que chegou os parente, o Macário veio de Santa Elena (...)”.

A segunda história, mais recente, data de 1970, com a abertura da BR, “os branco do Batalhão entraram aqui e colocaram “Boca da Mata”. Foi branco não foi caboco não” (VOVÓ OLIVIA), nesta expressão o termo “caboco” é usado com certo orgulho. Para o Seu Valcir, o nome “Boca da Mata” se deu porque aquele lugar, próximo à BR 174 era a “entrada do mato”, no entendimento do branco.

Ao ser indagada se gostaria de ver a comunidade com o nome anterior, Vovó Olivia respondeu pelo Tuxaua, já falecido, “Se perguntassem para o Tuxaua

Antônio Horário “qual é o nome daqui, cumpade? ”Ele dizia /wa'rara'pise/ ~ /a'rara'pise/ Talvez eu pudesse ver isso aqui chamado de /wa'rara'pise/ ~ /a'rara'pise/, quem sabe...”. O desejo de Vovó Olívia se fortalece ao unir-se ao nome do homem mais referendado da comunidade, que já não está entre eles.

5.1.3 De “Makayapan” a Bananal

Bananal é uma comunidade indígena do município de Pacaraima que pertence à TISM, situada²³ à margem esquerda da BR 174, na região de serras, a 15 km da sede do município. A comunidade é formada por 38 famílias, cerca de 200 pessoas²⁴ de três etnias, Taurepang, Macuxi e Wapichana. Embora a maioria seja Taurepang, o Tuxaua da comunidade, há quinze anos, é o professor Nivaldo da Silva, da etnia Macuxi que goza de elevado conceito dentro da comunidade.

A história da comunidade tem início no começo da década de 1960 com a chegada de famílias advindas do país vizinho, Venezuela. Essas famílias visavam acomodar-se em antigos sítios nas proximidades dos igarapés Sorocaima e Makayapang, afluentes do lado esquerdo do rio Surumu, onde formaram as comunidades Sorocaima, sob a liderança de Mário Flores e Makayapang, sob a liderança de Bento Loyola (ANDRELLO, 1993). Conforme Seu Avelino, principal entrevistado, atualmente a composição da comunidade ainda é de famílias adventistas que costumam fazer as festas da Igreja, segundo ele, nas celebrações há apresentação de um coral que canta na língua Taurepang.

Ao ser indagado acerca de homenagens prestadas a alguém da comunidade, o colaborador relata, com certo orgulho, que a primeira escola da comunidade chamava-se Escola André Vidal de Negreiros, nome indicado pela Secretaria de Educação e que em sua concepção nada dizia da história deles. No entanto, esse nome foi mudado recentemente para homenagear o pai do Seu Avelino, o Seu Bento Loyola, depois do falecimento deste, há mais de seis anos. Mas, explica que o processo passou por assembleia, como é de costume ao se tomar qualquer decisão de interesse da comunidade. Esse depoimento indica que a comunidade, assim como a comunidade Sabiá, também já sabe da possibilidade de

²³ Coordenadas: N: 04° 25'41.5"; O: 61° 13' 01.8"

²⁴ Informações obtidas na entrevista com o Seu Avelino Contreira Loiola.

mudança/troca de um nome institucional por outro. No entanto, ao ser indagado da possibilidade de mudança do nome da comunidade, Seu Avelino disse que não há nenhuma manifestação neste sentido.

Quanto a comemorações inerentes à história da comunidade, As famílias se reúnem na data do Dia das Mães também para festejarem a chegada dos primeiros moradores de Makayapan, dia 18 de maio de 1968, data institucionalizada pelo calendário anual da comunidade.

É interessante acrescentar que esta comunidade já serviu de objeto de estudo para outros pesquisadores, como, por exemplo, Andrello (1993), que trata da memória desse povo, e Pessoa (2006), que aborda a fonologia da língua LT.

Como aponta Andrello (1993), o termo Taurepang, na interpretação do padre Cesáreo de Armellada, é “um nome composto” de *Tauron*; fala e *pung*: errado, sugerindo que os Taurepang são a etnia que fala de forma errada a língua Pemón, interpretação dos vizinhos da Venezuela; já para Cruz (1995), *Taure*: falar e *pang*: negação, indicando que o termo não é língua padrão, mas sim um dialeto Pemón.

Durante as entrevistas, ficou claro que LT é predominante na comunidade, mas há falantes de LM e LP. Embora muitos moradores mais jovens não falem a língua indígena, compreendem-na. Apenas os mais velhos continuam falando Taurepang, como informa Seu Avelino:

Tem algumas (pessoas) que falam aí. Outras entendem, mas não quer falar. As famílias falam, mas os filhos sabe falar... Mas não falam... Tem minha netinha aqui (apontando para uma garotinha de 8 anos), filha de branco, pernambucano, mas fala a língua (LT) com a vovozinha, é a porta voz dela. (risos) (AVELINO, 2013)

Embora o entrevistado deixe claro que os mais jovens parecem ter resistência em falar a LT, a criança demonstra pelo depoimento de Seu Avelino que tem afinidade com a LT; contudo, a comunidade está contemplada com escola do ensino fundamental e do médio, na qual se ensina também a língua indígena.

O “seu” Avelino Contreira Loyola, 56 anos, um dos fundadores da comunidade, filho de Bento Loyola, garante que embora o topônimo da comunidade tenha sido mudado de Makayapan (LT) para Bananal (LP), há mais de 40 anos, as comunidades vizinhas como “os parente da Venezuela, as comunidade da Boca da Mata, Guariba e Taxi, ainda conhece como Makayapan”.

A interpretação do termo “Makayapan” dentro da língua Taurepang, explicada pelo colaborador, é basicamente de uma expressão popular da língua que “diziam assim, exemplo: “Isso aqui é um caderno?” e a pessoa dizia: “Você não tá dizendo? Você não tá dizendo?!” Então Makayapan significa mais ou menos isso: “Você não tá dizendo?!”(AVELINO, 2013), ilustrando que a escolha do topônimo, assim como a língua, é um fator social que marca a história da etnia Taurepang.

O nome da comunidade teve seu primeiro registro, o topônimo de *Makayapan*, na Língua Taurepang (LT), aceito pela primeira turma das Superintendências de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Este nome ainda é muito reconhecido dentro da comunidade e usado na literatura consultada em textos que datam 1995 e de 2006. Seu segundo topônimo se deu em virtude da visita de uma segunda turma da SUCAM que, dada a dificuldade de pronúncia pelos falantes de Língua Portuguesa, sugeriu a mudança da LT para a LP. Claro fica que a interpretação do primeiro topônimo Makayapan, nada tem a ver com a motivação do topônimo atual, Bananal, como mostro no recorte de uma simulação de diálogo entre o pai de meu informante com os servidores da SUCAM:

Todas as vezes que chegava visita [...], a primeira coisa que fazia era colocar uma palma de banana, na mesa... com farinha...aí perguntaram? (os servidores da SUCAM) “Seu Bento, você tem muita banana aqui?” (resposta do pai de Seu Avelino) “Tenho, eu planto banana. Aqui também existe muita bananal nativa daqui... na beira do igarapé”, ainda existe até hoje. Tem mais de 100 anos esse bananal ... aí, falaram pra ele (os servidores da SUCAM) “Seu Bento, por que não muda o nome do lugar para Bananal? Já que existe bananas nativas... Seria bom”. Aí ele (o pai de Seu Avelino) concordou [...]. Isso foi na década de 69 ou 70 (AVELINO, 2013).

A escolha pelo termo Bananal se deu por que ali havia uma grande produção de banana nativa, o que para Dick “não é de se estranhar, portanto, a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena” (1992, p. 21), como o costume de oferecer bananas às visitas até hoje muito cultivado na comunidade, embora a produção desta fruta seja bem menor do que antes.

5.1.4 O macaco Guariba

A comunidade Guariba tem sua história ligada à comunidade Bananal, a 11 km da sede do município, também pertencente à TISM, localizada²⁵ mais próxima à BR 174. A história da comunidade tem início em 1987, quando o Seu Patrício Padilha Ramos, que é proveniente do Contão, mas que já estava a três anos morando na comunidade Bananal com o seu pai, resolve pedir ao Tuxaua Conrado do Bananal, na época,

este pedaço daqui no boqueirão até o outro igarapé, tem uma pontezinha..., em 88 me situei aqui, fui o primeiro morador aqui e Tuxaua por 18 anos, porque pela primeira vez quando eu entrei, eu era acostumado andar no lavrado, e quando vi a mata, gostei, porque tinha a possibilidade de produzir e vender, porque é beira de estrada (PATRÍCIO, 2013).

Atraído pela terra fértil, Seu Patrício trouxe a família para trabalhar e, juntos, construíram a comunidade. Observei que, embora tenha sido a facilidade de locomoção fator preponderante para a instalação da comunidade, isso não contribuiu, por exemplo, para a comercialização de produtos em feira local. Toda a produção é levada para a sede do município ou para a capital, Boa Vista.

Hoje, a comunidade está sob a administração do Tuxaua José Valentim Peres e é composta por 30 famílias, cerca de 200 pessoas, índios da etnia Macuxi, da região do lavrado, do Contão, que trouxeram consigo os costumes e a religião evangélica da Igreja Batista Regular. As atividades festivas da comunidade estão voltadas para as comemorações das festas da igreja no mês de março; o dia dos pais, do índio, das mães, e as atividades pedagógicas como feira de ciências, todas elas são prestigiadas pelas comunidades vizinhas.

Em 1992, foi fundada a escola que ainda é muito pequena e não atende “a todo mundo”, mas o entrevistado garante que é muito boa, mas falta estrutura. Após completar os estudos, o ensino fundamental na escola da comunidade, os jovens deslocam para a capital, ou passam a estudar na sede do município, com o apoio de ônibus escolar que faz o traslado dos estudantes.

A língua falada é LP, embora os mais velhos sejam falantes de LM, “eu mesmo não falo com meus filhos. Eu falo. Eu falo. Mas, com os meninos é muito difícil

²⁵ Coordenadas: N 04° 25' 22.6" e O 61° 10' 40.2"

falar Macuxi, até porque hoje tem professores nas escolas eles estão aprendendo. Mas eles compreendem”, declara Seu Patrício, falante das línguas LM e LP.

Tinha um Senhor que andou por aqui, ele prestava bem atenção... então, ele sugeria colocar o nome do lugar de nome de animal ou pássaro que tinha naquele lugar e quando ele chegou aqui viu macacos guariba e colocou o nome de Guariba no igarapé (PATRÍCIO, 2013).

O topônimo do acidente humano Guariba advém da grande presença do macaco guariba nas matas próximas ao igarapé, que também recebeu o nome do macaco, possivelmente os bichos viriam para tomar banho e beber água.

5.1.5 O nome perigoso “Sarakainak”

Sorocaima pertence à TISM e está localizada próxima à BR 174, distante apenas 9 km da Comunidade do Bananal²⁶. A comunidade foi formada nos mesmos moldes de Makayapan/Bananal. Teve sua origem a partir da chegada da família do Seu Mário Roberto Flores, que retornou da Venezuela para ocupar sítios da região nos anos de 1970. Os recém-chegados estabeleceram relação de parentesco com as famílias de Makayapan, unindo-se pelo casamento de membros das duas comunidades (ANDRELLO, 1993).

A história foi contada a mim também pelo atual Tuxaua, o Seu Manoel Bento Flores, filho de Mário, mais conhecido como Pastor Macário, que morreu aos 98 anos. Segundo Manoel Flores, o topônimo /sarakaiŋa/, na LT, que também dá nome ao igarapé, foi registrado na década de 1970, “quando o Batalhão chegou aqui abrindo essa estrada”, e acrescenta que ainda hoje o termo é conhecido em algumas comunidades vizinhas. Conforme a sua narrativa, com a chegada dos “branco”, “os topógrafo, sargento e tenente do Exército”, foi, então, sugerido ao seu pai, Tuxaua na época, a mudança do nome da comunidade para ‘Sorocaima’, em português, dada a dificuldade na pronúncia Taurepang.

Segundo Seu Flores, os problemas começaram por volta de 1975, quando chegaram alguns índios vindos de outras comunidades, pautados em divergências de hábitos entre os moradores que chegavam e a família do Tuxaua Macário.

²⁶ Coordenadas: N 04° 25' 11.9" e O 61° 09' 23.5"

Aqueles fabricavam e bebiam *pajuaru*, *caxiri*, gostavam de barulho e de festas, comiam carne de catitu, queixada, tatu e outras caças. Tais carnes eram consideradas “carne imunda” pelos adventistas, que “não aceitavam nada disso”, os outros eram católicos, “adventista e católico não combina”. Outro problema entre os dois povos que habitavam o lugar, foi o fato de Seu Macário não aceitar a escola,

primeiro, ele era da igreja adventista e não se unia com os povo da igreja católica e, segundo lugar, não queria educação(...). Meu pai dizia que a “escola traz a perdição”. Ele queria que os filhos dele crescerem na agricultura (FLORES, 2013).

Com o crescimento dos problemas, os católicos resolveram fundar uma nova Sorocaima, a Sorocaima II, estabelecida à margem da BR 174, em um espaço doado pelo próprio Tuxaua, Seu Macário.

Atualmente, Sorocaima I se compõe de 41 famílias, cerca de 210 pessoas que se comunicam em LP em TP. São famílias evangélicas, como já foi citado, e comemoram, juntamente com os vizinhos, as festas da Igreja. De acordo com Seu Flores, a festa reúne 300 pessoas e convidados de comunidades vizinhas para receber o Ano Novo e “tomar garapa e comer *damurida*”.

O extremismo do primeiro Tuxaua está sendo repensado por Seu Flores, atual Tuxaua da comunidade. Este, hoje, já concedeu a permissão para a fundação da primeira escola da comunidade, em funcionamento nas residências dos moradores enquanto aguardam a construção do prédio. Na escola, as crianças estudam LP e LT, esta, a partir de uma cartilha produzida por um dos filhos de Flores.

Seu Flores fez questão de registrar: “Eu quero deixar uma história importante: que aqui trabalhamos baixo à ordem do Seu Deus e que o dia sábado seja respeitado e não tenha transgressão da lei”. Embora permitindo a entrada da Escola na comunidade, ele ainda pensa como seu pai, pastor Macário, e tem projeto de aprovar uma lei que desobrigue a permanência do aluno em trabalhos escolares nos dias de sábado.

O estudo da motivação do topônimo, parte desta história já registrada também por outros pesquisadores, Andrello (1995) em entrevistas com o Seu Mário Flores (janeiro de 1989) e com o Seu Bento Loyola (fevereiro de 1990) e Pessoa (2006).

Não é esse nome não, na nossa linguagem Taurepang /*sarakaiŋa'*/, diferente, /*sarakaiŋa'*/, então nome desse lugar /*sarakaiŋa'*/, não é Sorocaima. [...], aonde nós habitamos, tão falado por que chegava as pessoas de outra comunidade, [...] que situavam aqui, passavam um ano e começavam a adoecer e morriam, são enterrados aqui, chegavam os parente daqui da Venezuela, passavam seis meses e adoeciam de febre, que matava as pessoa, só febre mesmo, um mês, dois mês e aí a pessoa morria de dor de cabeça, morria dessa doença. [...]. Foi assim ... cinco ano, dez ano[...] Então esse lugar é falado. Lugar tão bom!! Você tem uma área pra plantar banana, pra plantar arroz, dá tudo... Só que é lugar doentio. [...] Então, na nossa linguagem /*sarak!*/ - é coloca algum objeto numa lata de lixo, assim como a gente pega, eu pego assim, qualquer objeto... eu pego, eu coloco no camburão de lixo /*sarak!*/ Pessoa chegava e entrava na sepultura, /*sarak!*/ Chegava de outra aldeia e passavam cinco mês, e morria, então pegou esse nome /*sarakaiŋa'*/, Nome perigoso! Ela tem esse nome significativo (MANOEL FLORES, 2013).

A história conta que há muito tempo as pessoas que pretendiam fixar moradia naquele lugar, adoeciam de febre e de dor de cabeça e acabavam morrendo. Eram, portanto, sepultadas ali. Isso fazia com que o lugar fosse visto como lugar “*doentio*”, embora as terras fossem férteis.

5.1.6 Sorocaima II: o desmembramento

Sorocaima II é parte desmembrada de Sorocaima I, localizada a 6 km da sede de Pacaraima, formada pelas pessoas insatisfeitas com a administração do Tuxaua Macário. As primeiras famílias eram de etnias diferentes do Taurepang, esta, que é da família Flores, permaneceu em Sorocaima I. A divisão ocorreu em 1978, portanto, legalizada há 35 anos. O espaço doado pelo próprio Mário Roberto Flores está localizado em frente à BR 174²⁷, o que lhe dá mais condições de negócios com as pessoas que por ali transitam.

Segundo Seu Galdino Pereira de Souza, 60 anos, que já fora Tuxaua da comunidade, os indígenas que habitam Sorocaima são de etnias mistas, Taurepang, Patamona, Wapichana, Macuxi e Manaikó. Atualmente, a comunidade está formada por 50 famílias, mais ou menos 300 pessoas, sob a coordenação do Tuxaua. Com base nas informações obtidas, o lugar foi bastante procurado por outros povos indígenas porque se trata de uma terra boa, de bom clima e de fertilidade. Mas, com

²⁷ Coordenadas: N 04° 24' 54.1" e O61° 09' 34.3"

o desenvolvimento da comunidade, houve a necessidade de implantação de uma escola.

as comunidades pedindo escola, e governo fazendo, mas esse velho (Sr. Mário Flores) não aceitava, não queria. E, aí, onde foi preciso criar outra comunidade, a Sorocaima II, que a minha comunidade, pra poder construir uma escola (GALDINO, 2013).

Essa, segundo Seu Galdino, foi a maior razão para o desmembramento de Sorocaima, se tivesse havido permissão para criação da escola, possivelmente, não teria acontecido a divisão. Implantou-se a Escola Estadual Indígena Índio Manoel Barbosa. Atualmente, a escola já funciona com o ensino fundamental e médio, lá são ensinadas as duas línguas indígenas predominantes: Macuxi e Taurepang. Curioso é que as desavenças já estão no passado, “os próprios netos dele (de Mário Flores) estudam na nossa escola”.

Ficou claro para mim que Sorocaima II leva a mesma motivação de escolha toponímica de Sorocaima I. No entanto, acredito ser importante apresentar a narrativa do Seu Galdino, a qual se assemelha à do Seu Manoel Flores. Segundo ele, há muitos anos, naquele lugar, “teve uma doença, pneumonia, que matou muita gente, eles pegavam e jogavam no buraco um depois do outro, portanto foi chamado */sarakaija'*”. Ao ser perguntado sobre o significado do termo, ele diz: “eram muitas sepulturas uma do lado da outra, porque muita gente foi morta pela doença, foi feito um túmulo atrás do outro”. E, continua narrando que por esse motivo, o lugar fora abandonado, e só por volta de 1965, um índio, o velho Mário Flores, oriundo de Amajari e que, anteriormente havia morado na Venezuela, voltou e formou a comunidade Sorocaima I, próximo ao igarapé do mesmo nome.

5.1.7 Contão: a árvore “marfim”

A comunidade Contão está localizada à margem direita do Rio Surumu, na Região do Surumu²⁸ e pertence à TIRSS, a uma distância de 229 Km de Boa Vista e 103 km da sede do município de Pacaraima. É uma das comunidades mais desenvolvidas do Estado. Dentre as comunidades visitadas, esta apresenta uma peculiaridade na organização administrativa, possui um Tuxaua, Seu Jonas de

²⁸ Coordenadas: N04° 09' 51.7" e O 60° 32' 01.8"

Souza Marcolino, atual vice-prefeito do município de Pacaraima, e mais quatro vice-tuxauas: os Senhores Erinaldo, Delcides, Rones e Orlando, cada um deles conduz uma pasta específica da administração da comunidade, eles são uma espécie de secretários municipais. Para Oliveira (2012, p. 39), “hoje, a comunidade Contão se difere das demais comunidades pela nova postura assumida frente à organização social, política, econômica e cultural da própria comunidade”, a autora reconhece que a comunidade apresenta um quadro inusitado. Atualmente, a comunidade conta em seu sistema de ensino público, com a oferta de educação básica ao universitário, diferencial também constatado na comunidade Surumu, isto faz com que os jovens permaneçam em suas comunidades e cursando uma faculdade.

Em todas as comunidades visitadas, tive um colaborador principal, nesta foi D. Inês de Souza Marcolino, 80 anos, falante da LM, compreende a LW e pouco fala a LP, é a mãe do Tuxaua, contei ainda com a colaboração das senhoras Elda da Silva Marcolino, 47 anos, esposa do Tuxaua, Maria Luiza Marcolino, 63 anos, D. Telina Ramos da Silva, 54 anos. Todas se declararam da etnia Macuxi e, com exceção D. Inês, as entrevistadas são falantes de LM e de LP. Para a entrevista, foi necessário que D. Elda, a única com formação de ensino médio, fizesse, gentilmente, o papel de tradutora, já que D. Inês preferiu falar em LM, justificando o pouco domínio da LP.

A partir da entrevista, foi possível traçar um resumo dos nomes dos tuxauas que lideraram a comunidade ao longo dos tempos, são os senhores: Beré, Domingos, Alexandre, Antônio, Braz, Jonas, Genival, Nicodemos e novamente Jonas Marcolino. A comunidade se formou por índios das etnias Macuxi/Monaicó, Wapichana e Irian, também moram na comunidade pessoas não índias. Segundo Oliveira (2012), há grupos Taurepang e Ingarikó na comunidade. Moram ali, segundo informações coletadas, 240 famílias, cerca de 1.240 pessoas. São famílias evangélicas e fazem comemorações no mês de setembro para referendar a produção agrícola da comunidade.

Conforme informações de D. Elda, há uma história acerca do nome da comunidade /kōdã/. Segundo ela, o termo designava a ação das pessoas falarem fofocas umas para as outras. No entanto, baseada nos depoimentos de seu sogro, já falecido, a informante afirma que essa história é falsa e que a escolha toponímica de verdade aconteceu porque naquele lugar havia uma grande quantidade da árvore “/kōdã/” (LM), que segundo Oliveira (2012, p.39), em LM significa uma “espécie de

semente de árvore”, popularmente conhecida como marfim vegetal, fácil de ser encontrado na região, como declarou D. Elda, “tem muito no beira de rio, meu sogro disse. Mas eu vou é plantar pra mostrar que existe, pra justificar que é esse árvore aí”. Dessa forma, se desfez a primeira interpretação de “/kōdã/” que, com o passar do tempo, tomou forma na LP, “Contão”.

Ao perguntar ao Seu Jonas Marcolino, tuxaua da comunidade, acerca de documentos de criação de sua comunidade e também das demais, ele nos disse que os mais antigos registros são mesmo o Diário de Marechal Rondon e Theodor Koch-Grünberg, e as histórias dos velhos, baseadas em seus antepassados.

5.1.8 O galo canta (Canta Galo) na serrota

A comunidade Canta Galo está às margens do Rio Cotingo²⁹, dentro da TIRSS, a uma distância de 185 km da sede do município e 265 km de Boa Vista, liga-se a leste com comunidade Contão. Canta Galo é composta por 30 famílias católicas, da etnia Macuxi, cerca de 200 pessoas e tem a representação do tuxaua Jerônimo de Oliveira, que recebe o apoio do Segundo Tuxaua Juscelino Pereira Mota. Da mesma forma que a maioria, esta comunidades também não sabe quando se deu o registro junto à FUNAI, mas os entrevistados informaram que Seu Filismino, já falecido, foi o seu primeiro tuxaua.

A principal colaboradora nesta entrevista foi D. Martina da Silva, Vovó Martina, como é mais conhecida, de 103 anos, com o domínio de LM e a compreensão da LW, mas não fala a LP, por isso foi fundamental, contar com a tradução de Seu Denival da Silva, neto de Martina. Ela faz questão de dizer que teve seis filhos. Contei ainda com outros colaboradores presentes, Seu Genival da Silva, 54 anos, e o Seu Juscelino Pereira Mota. Com exceção de Vovó Martina, todos os outros dominam as línguas LM e LP.

Segundo os dados coletados nas entrevistas, até os anos de 1960, a comunidade teve o topônimo *Kriwnakrî* em LM. Quando houve a necessidade de registrá-la junto à FUNAI, o nome passou para Canta Galo em LP. Conferi também que até aquele momento, as terras do lado da escola que configuravam outra

²⁹ Coordenadas: N 04° 11' 54.2" e O 60° 32' 57.3"

comunidade, *Kaoware* (LM) / ‘cavalo marinho’ juntaram-se, passando a se chamar de Canta Galo.

A motivação para a escolha toponímica desta comunidade deu-se pela forte presença da narrativa oral da história do “Galo Encantado” que cantava na serra, como traduziu Seu Denival “É Canta Galo porque primeiro, antigamente, cantava galo ali naquela serrota ali”. Quando a comunidade se instalou, ouvia-se o cantar do Galo, vindo de uma pequena serra, no entanto era de intrigar-se, porque os moradores dali não criavam galinhas e quando se aproximavam do local não se via as aves. Denival afirma que “tem um pedra desenhado um Galo”, para onde as aves fugiam.

Ao serem perguntados se gostariam de ter de volta o nome da comunidade em LM, um dos colaboradores respondeu, “Seria bom, mas não é assim que está registrado!”. Isso mostra que esta comunidade, diferentemente de Sabiá e de Bananal, não conhece a possibilidade legal de mudança de topônimo.

Segundo os colaboradores, há na comunidade outras representações toponímicas relacionadas, que já existiam quando se formara a comunidade: o Igarapé da Galinha, a Serra do Galo e a Cachoeira do Galo.

5.1.9 A história do Machado

Machado, ou comunidade do Machado, como também é conhecida, está localizado na TIRSS³⁰, do lado direito do Rio Surumu, cerca de 83 km de distância da sede do município de Pacaraima e de 209 km da capital do Estado. Segundo as informações coletas, a composição do Machado é de 12 famílias, uma população de apenas 63 pessoas.

Os participantes desta entrevista foram o Seu Edmundo, de aproximadamente 80 anos, índio da etnia Macuxi e colaborador principal da conversa, tem domínio das línguas: Inglês, Português, Patamona e Macuxi e Seu José Carlos Costa da Silva, mais jovem, 33 anos, da etnia Macuxi que fala apenas a LP, mas compreende um pouco LM, filho do Tuxaua José de Oliveira. Embora o colaborador tenha a idade inferior a da população prevista para o grupo de informantes desta pesquisa, participou como mediador na conversa de Seu

³⁰ Coordenadas: N 04° 10' 03.5" e O 60° 37' 46.9"

Edmundo e contribuiu com a história que contou a partir do que ouviu e viveu ao lado do seu avô, como ele diz “Eu conto essa história porque um dia, meu filho, eu vou embora e essa é uma riqueza para vocês.” (fala atribuída ao avô de José Carlos).

Antes de se estabelecerem os indígenas eram nômades, conforme José Carlos, “andavam muito”, “não tinham lugar fixo para morar”, assim os avôs do nosso colaborador, vindos da Raposa, outra região do nordeste de Roraima, chegaram a esse lugar. Seu avô, Macuxi, casou-se com dez mulheres, sendo a última, sua avó, Wapichana. Estabeleceram-se no “pé da serra”, mas, numa grande seca, a família rumou para a comunidade Canta Galo, onde moraram por um tempo e, depois, voltaram para a “serra” novamente.

Histórias de conflitos entre o índio e o branco sempre foram muito lembradas pelos colaboradores, uma delas, recordada com indignação, é a de um “fazendeiro” que os impediu de pescar e de caçar, “A gente ia caçar... mesmo com o vovô de pé, a gente andava só de pé mesmo” (JOSÉ CARLOS, 2013). Segundo os colaboradores, foram essas insatisfações que fizeram os indígenas fundar a comunidade Machado em 1988. Parte dos fundadores eram pessoas que saíram da comunidade Canta Galo e se juntaram a eles, “Seu Inácio, Seu Eupídio, Jerônimo, Orlando, papai e o Lucio Miranda”. Em 1991, parte dos fundadores da comunidade percebeu que era difícil trabalhar juntos e decidiu sair da comunidade. Desde então, a comunidade passou a ser constituída apenas pela família do atual tuxaua. Tradicionalmente, comemora o aniversário no dia 13 de agosto. Neste ano de 2013, está fazendo 25 anos da data de seu reconhecimento.

A motivação toponímica se deve à história do Machado de Pedra, ferramenta bastante comum entre os seus antepassados. José Carlos conta que o seu avô, ao chegar naquele lugar, encontrou um machado de pedra, o qual fora guardado por anos com muito cuidado porque representava a origem do nome do lugar. Segundo o avô de José Carlos, esse machado fora entregue, há muito tempo, a uma Senhora que aparecera por lá, de nome Julieta, e não se sabe onde ele está hoje. O termo Machado, segundo os colaboradores, toponimizou primeiro os acidentes físicos, a serra e o igarapé, depois, o acidente humano comunidade Machado.

Além disso, as informações de Seu Edmundo são importantes, por ele dizer que o nome da comunidade ‘Machado’ em LP é algo recente, uma vez que o lugar

era conhecido mesmo por *Sipinkon* (LM). “Pra nós, era só na língua, quando começou era na língua, não se chamava ‘Machado’, não, chamava /aka sipinkon/” (EDMUNDO, 2013). Isso mostra que havia um topônimo em língua indígena atribuído à comunidade e que ainda hoje é reconhecido pelos moradores mais velhos, revelando, nessa escolha, uma sobreposição de LP sobre a língua indígena.

5.1.10 Barro e Surumu: as comunidades que se dividem

As duas comunidades estão intrinsecamente ligadas, por isto, sua descrição histórica e geolinguística também aparecem de forma conjunta, ambas situadas à margem direita do Rio Surumu, na região do Surumu, dentro da TIRSS, a qual se divide em quatro regiões: Raposa Surumu, Baixo Cotingo, Raposa e Serra, localizada a nordeste de Roraima. Barro e Surumu distam de aproximadamente 196 km da capital do Estado, Boa Vista e 70 km da sede do município a que pertencem.

A demarcação das terras se deu com a visita do General do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, em 1927, à comunidade do Barro/Surumu, na época conhecida como Barro. General Rondon, na função de demarcador, assentou os marcos a partir de uma análise das fronteiras, considerando os rios Maú (Ireng), Cotingo e Surumu (RONDON, 1953).

A região era reconhecida como “Região de fazendeiros”, o termo aqui tratado no mais clássico dos conceitos. Por isto, certamente, deu-se a criação da Escola dos Missionários, em 1948, no então Território de Rio Branco, o que favoreceu o crescimento da vila em torno da Escola, “os fazendeiros colocam os filhos para estudar na rota dos garimpos” (LUCIANO, 2013).

Na década de 1950, a região era ponto de referência, a primeira “Vila Norte”³¹ de Roraima, de onde eram distribuídos os mantimentos para os garimpos do Caju, Puxa Faca e Suapi. Tudo chegava pelo Rio Uraricoera e era transportado em cavalos ou carro de boi. Depois, apareceram os primeiros caminhões. Para atender à região, foi feita uma pista de pouso, e os mantimentos passaram a ser transportados até ali por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). “Surumu era o centro mesmo”, diz, com certo orgulho, o professor Luciano. Somente na década de

³¹ Expressão usada pelo professor Luciano para se referir à Vila Surumu da década de 1950, mas que não foi investigado se a comunidade fora conhecida por esse topônimo.

1970, é que a estrada foi construída e o transporte ficou motorizado. O desenvolvimento local era tanto que na década de 1960 foi implantado ali o Quartel do Exército como ponto de apoio para a “Revolução entre a Guyana e a Venezuela”, este, tendo ficado no Surumu de 1968 a 1975, quando foi transferido para Pelotão de Fronteira em Pacaraima.

Outros marcos de desenvolvimento favoreceram o crescimento da comunidade da década de 1970, como a água tratada e a construção da ponte de cimento sobre o Rio Surumu. A luz elétrica só chegou posteriormente, na década de 1980. Houve também outro marco histórico para a comunidade, que foi a criação do município de Pacaraima, em 1995. Em 2000, houve um avanço na oferta do sistema de ensino com a implantação do ensino médio, e do superior pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), que, logo na sua criação, em 2006, ofertou uma turma de Pedagogia para moradores da Vila. No entanto, na mesma época, houve a demarcação das TIRSS, a qual gerou sérios conflitos entre os indígenas e os arroteiros que estavam instalados na região. Parte dos indígenas defendia a retirada dos arroteiros e outra parte apoiava a permanência dos fazendeiros na região. Os conflitos entre os próprios índios eram tantos que levou ao desmembramento da comunidade, transformando-se assim em Barro e Surumu.

Neste sentido, compreendem-se as tomadas de decisões dos moradores das duas comunidades em estudo, sem prejuízo para ambas, uma vez que o espaço geográfico das duas comunidades é basicamente o mesmo³². Como forma de apropriação do espaço físico, o povo fez a seguinte divisão geográfica: Barro é a parte norte, próxima à pista de pouso de aviões; e Surumu é a parte sul, delimitada a partir da ponte do rio Surumu. Destarte, os indígenas que ali residem ocupam as mesmas terras e convivem diariamente com as mesmas cultura e língua. Embora ainda seja não oficial perante os órgãos de apoio ao índio, a bipartição existe e as duas comunidades, com seus respectivos tuxauas, convivem em harmonia e se fortalecem na luta por melhoria para seus moradores.

Segundo relato dos colaboradores, os habitantes do local são, na maioria, da etnia Macuxi, mas há outros das etnias Taurepang e Wapichana. Quanto à população, são cerca de 100 famílias, totalizando nas duas comunidades, aproximadamente 400 pessoas. São famílias formadas por indígenas católicos que

³² Coordenadas: N 04° 11' 40.1" e O60° 47'23.1", e Barro N - 04° 11' 40.1" e O - 60° 47'23.1"

festejam São José como Santo Padroeiro, com missa e festa dançante no mês de março.

A maioria das pessoas entrevistadas tem a Língua Macuxi como primeira língua, mas falam e compreendem cotidianamente o Português, e compreendem o Espanhol. Embora o Seu Vitalino, 93 anos, índio que só conheceu roupa aos 12 anos de idade, diga de coração que “índio Macuxi, fala e rir em Macuxi”, ele confessa a preocupação com a perda da língua indígena em futuro muito próximo, “Então hoje, ninguém sabe Macuxi não... eu falo Macuxi, falo mesmo.”. Apesar de muitos jovens conhecerem parcialmente a LM, apenas alguns deles e os mais idosos são fluentes na língua, mas usam a LP para se expressarem no seio familiar. Os mais jovens têm aula de LM nas escolas, ministradas por professores indígenas.

Para Mello (1999), a língua é uma realização social e, portanto, atrelada à vida, a cultura e a história de uma comunidade. Para a autora, é fantasia achar que

Cada país possui uma língua falada de forma uniforme por todos aqueles que vivem dentro dos limites de suas fronteiras... pois as línguas se mesclam, se misturam em um mesmo território, sem obedecer aos limites geográficos de suas fronteiras e, o mais importante ainda, sem se confundirem (MELLO, 1999, p.23).

De tal modo que, num mesmo contexto social, as línguas podem conviver com suas marcas, cultivar as suas crenças, enaltecer os seus valores e os modos de falar. O resultado desse convívio é um *mix* que faz com que os grupos se singularizem, corroborando com Mello (1999) que defende ser impossível que haja dois grupos sociais homogêneos, inclusive no aspecto linguístico.

É importante esclarecer que a escolha toponímica para as duas comunidades têm motivação diferentes, com suas histórias específicas. Portanto, a partir deste ponto, as análises serão separadas.

5.1.10.1 O caminho do “Barro”

Com o objetivo de analisar, à luz dos estudos de toponímia, traços histórico-culturais, linguísticos e etimológicos dos nomes das comunidades, apresento “Barro”, comunidade indígena, cujo topônimo tem origem na língua portuguesa.

“Barro” foi o primeiro topônimo da comunidade. No entanto, em algum momento da história houve uma troca de nome para Vila Pereira Surumu. Como já foi mencionado, recentemente, em 2008, com os conflitos da demarcação da TIRSS, veio também a bipartição da comunidade, como fora descrito anteriormente.

A comunidade se constituiu pelos indígenas que eram a favor da criação de uma nova comunidade e, unidos, decidiram retomar o antigo nome. Este retorno ao antigo topônimo “Barro” retrata bem o que diz Dick (1992) quando afirma que o topônimo marca as características sociais, físicas e emocionais do denominador ou de seu grupo. Neste caso, os indígenas demonstraram, ao retomar o primeiro topônimo, a importância que este teve ou ainda tem para eles, confirmando que a toponímia assume a função de conservação de muitas tradições.

Tem panela grande murai, caxiri; panela pequena tuã tuan, peixe; panela pra fazer mingau chama-se arah; com pimenta chama-se... como kodó; é palavra em Wapichana. Por isso que se chama Barro, porque tudo se faz de barro (VITALINO, 2013).

A motivação da escolha toponímica “Barro” vem de *Non* (LM) “Barro/argila”, matéria-prima antes facilmente achada no Igarapé do Barro. Esse material hoje ainda encontrado, mas em menor quantidade, era o único meio de se fazer artesanalmente utensílios domésticos para os antigos moradores, como disse Seu Vitalino. Constatei, além disso, que a afinidade entre o nome da comunidade e o seu povo era tanta que famílias o adotavam como sobrenome, foi o que contou a proprietária do restaurante,

Barro é porque falavam porque tinha um barro aqui para fazer panela de barro[...] e aí meu pai não sabia o sobrenome delee aí botaram comunidade do Barro [...] e o meu sobrenome, porque mesmo indígena, só depois veio o batismo, e aí botaram o mesmo nome de Messias (IREUNICE, 2013).

Penso que possivelmente o sobrenome Messias/Barro se deu em virtude de algumas gerações desconhecerem o verdadeiro “sobrenome” indígena, e, a relação intrínseca com o lugar contribuiu para que fosse construída a identidade do seu povo. Para Freitas, “o espaço de construção de identidades é o discurso, as marcas físicas são apenas simbólicas e utilizadas no discurso quando é do interesse de um dos interlocutores” (2008, p. 105), por isso, compreendo que a identidade não se impõe e nem se estabelece por si, mas a partir da interação com o outro e da

realização do discurso. Dessa forma, o discurso de D. Ireunice manifesta sua posição de sujeito no contexto social, em que está desenhada a sua identidade.

5.1.10.2 As águas do rio Surumu

A comunidade Surumu se compõe de índios da etnia Macuxi e por poucos das etnias Taurepang e Wapichana, que ainda reconhecem o topônimo anterior Vila Pereira Surumu. No entanto, antes mesmo da mudança do nome para simplesmente Surumu, a população já assim a reconhecia. Atualmente, está à frente na função de tuxaua da comunidade a Senhora Elielva dos Santos.

Para Elias, 51 anos, Macuxi, professor da educação básica da comunidade, “não há limites geográficos, isso aqui é uma área única, eu posso dizer bem claro que não há limites. Está se criando área aberta, não há mais limite geográfico, hoje se considera que não há mais limitação”. Isso ilustra o atual conceito de fronteira que considera a presença do homem, nos dois lados do limite, como fez sabiamente no seu discurso o professor Elias, corroborando com Martins (2009), quando afirma que, com o passar do tempo, há uma aceitabilidade, os conflitos deixam de existir quando a fronteira também já não existe. Isso é possível,

Quando os tempos se fundem, quando alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS 2009, p. 134).

A argumentação descreve com perfeição a conclusão da fala do professor Elias, “Mas, mesmo assim, a população vive em harmonia. Tem atividade, as duas comunidades participa. Só a ideologia que fez surgir isso. Não significa que vivemos isso não. É coisa já superada, é passado”. Isso representa uma interpretação que vai além da demarcação geográfica e ratifica o conceito atual do termo ‘fronteira’, com as relações de cotidiano, de dinamismo e de vida pertencente ao termo.

Naturalmente, essa relação dinâmica do cotidiano entre o índio e o não índio, tem interferências não só nas línguas, mas em todos os aspectos da vida, veja os recortes a seguir:

Esta casa assim... (mostra a casinha de alvenaria) é do branco.[...] Não tinha gado, nós comia era veado, capivara, tatu [...]Eu alcancei tudo nu, rapazinho nu, velho nu, moça nu, tudo nu. (Você acredita?) Tudo nu, aí o primeiro pano que chegou de Goiânia. E aí o papai foi lá e trouxe muito pano e fio de algodão, pra trocar pano aqui. Índio foi encontrando e foi vestindo devagar, assim... (VITALINO, 2013).

Partindo do princípio de que a cultura é a junção de todas as coisas vivenciadas por um grupo: comportamentos, emoções, símbolos, mitos, entre outros valores, pude compreender que há nesse contexto, sobreposição da cultura do 'branco' sobre o índio, como afirma Seu Vitalino.

A motivação para a escolha do nome da comunidade, segundo as entrevistas, aconteceu porque há muito tempo os índios da comunidade Machado, vizinha a leste, habitada pelos Ingarikó, enxotavam os pássaros 'pé de ceroula', na língua Macuxi *Surun*, pombinha que habitava a região do 'teso' (de elevações), até o rio do mesmo nome, onde terminavam morrendo afogados. Dessa forma, o acidente humano recebeu o topônimo, ainda na língua indígena *Surun* (LM)/Surumu.

5.1.11 O cavalo de São Jorge

O estudo toponímico de comunidades indígenas, tema maior deste estudo, brota da relação entre língua, geografia e cultura. É por esse viés que apresento São Jorge, 76 km de distância da sede do município, vizinha sul da comunidade Surumu³³, que também faz parte da TIRSS e se posiciona na margem do Rio Surumu, numa área de lavrado³⁴.

A comunidade foi fundada pelos pais de Seu Severino, Seu Geraldo e D. Lucinda. Iniciou-se com uma "*barraquinha de capim*", porque lá não tem outro tipo de palha (SEVERINO). Hoje, a comunidade conta com 22 famílias, cerca de 120 pessoas, índios da etnia Macuxi, que já contam com o conforto de água encanada e energia elétrica. Os Macuxi de São Jorge são católicos e celebram o dia do santo, 23 de abril, numa festa que dura três dias (23, 24, e 25 de abril), momento de integração das comunidades vizinhas que desfrutam de atividades religiosas, culturais e esportivas.

³³ Coordenadas: N 04° 08' 36.5" e O 060° 45' 59.6"

³⁴ Vegetação semelhante à savana, sem árvores de grande porte.

Esta é a única entre as comunidades pesquisadas que traz nome de santo, retratando a forte presença missionária na região. No entanto, o topônimo anterior *Merenmere'* (LM) traduz o que há de mais forte na comunidade, a presença dos elementos da mitologia e da cultura indígena, como declara Silva (2013), “São Jorge propulsa a energia do imaginário, tornando-se num mítico e simbólico”, fazendo referência às histórias orais dos mais velhos da comunidade (p. 34).

Quanto à língua e a educação, São Jorge tem escola onde se ensina LM, língua falada na comunidade apenas pelos mais idosos, porque os mais jovens pouco entendem a língua materna, mas nutrem a esperança de conhecer melhor a língua através da escola. Vale acrescentar que Seu Severino, durante toda a entrevista, fazia alternância entre LP e LM, em conversava com uma irmã, revelando que a LM é falada entre seus étnicos, mesmo fora das comunidades, uma vez que a entrevista foi efetivada em residência de sua família na capital.

A comunidade teve o seu primeiro topônimo de origem indígena *Merenmere'* (LM): “arco íris”, cuja história tem origem a partir do pai e do avô do Seu Severino Barbosa, índio Macuxi de 96 anos. Segundo ele, o Arco Iris ‘morava’ em uma *Tí korenan*(LM): “pedra grande”, onde se tomava banho, e, com a chuva, ele (o arco íris) ‘andava’ para outras serras. Esse topônimo ainda é reconhecido na comunidade, porque essa é a história repassada pelos mais velhos. Anos mais tarde, ainda quando ninguém falava português, “chegou um padre que reunia muita gente” e passou três dias contando história, hábito comum dos missionários, daquela época - “com medo de comerem o padre!” - que tinha como objetivo fazer batismos, “pegar um santo” e “mudar as coisas do coração” (SEVERINO, 2013).

A história narrada por Seu Severino conta que um dia, o padre apontou para a lua e perguntou como se chamava aquilo em Macuxi, ao que a tia do meu entrevistado respondeu *Kapoi* (LM):lua. A Senhora lhe perguntara como se chamava aquilo em Português. O padre prosseguiu explicando que lá havia um cavalo, que seria de São Jorge, um Santo guerreiro, por isso o nome. Para sua interlocutora, *kawarî* (LM): “cavalo”, *kwarerîpan* (LM): “cavalo de São Jorge”. A resposta do padre agradou muito à mãe de Seu Severino, também participante da conversa. E naquele momento, segundo Seu Severino, a sua mãe sugeriu a mudança do nome de *Merenmere'* (LM) para São Jorge.

5.1.12 A pedra do Perdiz

A comunidade Perdiz está localizada na TISM, região do médio São Marcos, do lado direito da BR 174, a uma distância de aproximadamente 147 km da capital³⁵, uma região de lavrado, em cuja área está também situada a Pedra Pintada, ponto turístico do Estado. Conforme os entrevistados, Perdiz é uma comunidade muito velha e, atualmente, é composta por 33 famílias da etnia Wapichana, sob a responsabilidade do tuxaua Geraldo Dorico da Silva e da vice-tuxaua Carlene Lima da Silva.

Segundo eles, “só quem sabe destrinchar esses negocinhos (a história) é pessoas que são daqui, que nascem e criam aqui”, afirma categoricamente Seu Floriano, 85 anos e antigo professor da comunidade. Foi criado “pelas mãos dos fazendeiros” e que era a sua mãe que repassava a história. Quanto à língua de domínio na comunidade é a LP, mas há falantes LM e de LW, conta a lenda que “não podia prosar Macuxi com *Wapichana*”, mas o pai de Seu Floriano era Macuxi e a mãe Wapichana, e na família prevaleceu a língua da mãe. O depoimento do colaborador ratifica um episódio idêntico registrado por Carneiro, 2007 na TISL, quanto à denominação da ‘maloca’ Canauani. Apesar da influência “tupi” na mulher do fundador da maloca (que era do Rio Negro e falava a Língua Geral), permaneceu wapichana o topônimo Kanau, ‘canoa’ e wa’u, ‘rio (CARNEIRO, 2007, p. 133).

O autor ainda acrescenta que não é difícil perceber a influência da Língua Tupi na toponímia da região amazônica. Isso demonstra que a língua, como o maior instrumento de interação na comunidade, influencia na realidade vivida e na denominação de lugares.

Embora não haja festa de comemoração à produção agrícola da comunidade, os moradores se reúnem em festas tradicionais como o dia das crianças, da padroeira Nossa Senhora de Aparecida, o natal, o dia do índio, o dia das mães e o dia dos pais. É importante dizer que há pouco tempo, a comunidade foi palco de um documentário de promulgação da cultura dos Wapichana em nível nacional, ‘Roraimera – Expressão Amazônica’ (BRIGLIA, 2009)³⁶.

³⁵ Coordenadas: N 04° 09' 51.7" e O 60° 32' 01.8"

³⁶ Consulta ao site: <http://www2.cultura.gov.br/audiovisual/acervo/roraimera-expressao-amazonica/>

A comunidade oferta a educação básica das primeiras séries para 25 alunos. No entanto, há uma preocupação por parte dos mais velhos, como declara Seu Floriano “quando um menino como esse (apontando para um adolescente que estava presente) vai estudar, estuda, estuda e vai embora. Aqui mesmo na comunidade ficam só os velhinhos...”

Por que o nome Perdiz? Os moradores mais antigos explicam que a motivação para a escolha toponímica se deu porque há muitos anos havia os perdizes, “passarozinhos” que se ajuntavam na fenda de uma enorme pedra, alguns com asa ou perna quebrada, resultado de ações de pessoas que “gostavam de balar” (atirar de baladeira). Ali eles ficavam, até os doentes voltarem a ficar saudáveis, e saíam novamente em revoadas. Por isso, o nome do lugar foi chamado de Perdiz. Atualmente, a população de perdizes, espécie de pássaro que se assemelha à codorna, está resumida, segundo os colaboradores, por falta de alimento.

5.1.13 “Maruai”: a resina que cura

Maruai está situada dentro da TIRSS, da região de lavrado e é a comunidade cujo topônimo atual é o mais recente dentre os pesquisados. A comunidade se situa em uma região anteriormente não habitada, de lavrado e de muitos igarapés, por isso, favorável à caça e à pesca. Servia para exploração dessas modalidades pelos índios da região e é formada por famílias Macuxi e Wapichana.

Quanto ao uso da língua materna e a educação, segundo os colaboradores, “só os mais velhos falam em língua indígena”, embora muitos jovens compreendam a língua indígena, a maioria das famílias fez a opção de falar LP em casa com os filhos. Somente os mais idosos têm fluência na língua indígena, diz Natanael (2013). A escola foi construída pela própria comunidade e é mantida pelo governo, com a oferta de ensino de educação básica, fundamental e ensino médio, e ensino de LM. Informaram-me que a escola atende também às comunidades vizinhas. No entanto, Abel (2013) aponta que os líderes estão na luta por estrutura para a escola e por um espaço que destinarão a um centro social comunitário onde possam realizar as festas e desenvolver cursos de artesanato, como tranças, que são as especialidades desta etnia e de ações que possam incentivar à cultura indígena.

Conforme Seu Natanael, a religião adotada é a evangélica e os moradores fazem festas às quintas e aos sábados, com a “dança do aleluia”, com letras profundas de louvor e adoração a Deus. Além dessa festa da igreja, a comunidade festeja também o dia do índio e “Jogos dos Maruai” realizados no período de 12 a 17 de novembro, com torneios de diversas modalidades esportivas. Conforme Abel, essa é uma festa da comunidade já cadastrada no calendário de Pacaraima, mas a Escola tem outras atividades.

A motivação para o primeiro topônimo da comunidade deve-se a uma história real. Tempos atrás, antes de 1980, houve muito conflito entre os fazendeiros e os índios da região. Num desses conflitos, um tio de Seu Natanael, Seu Manoel, que vivia naquele lugar, sofreu a disputa que culminou em derrubada das casas dos índios e ameaças de morte. Em outro conflito, um fazendeiro alvejou um índio chamado Manduca em uma das pernas. Ele, então, ficou conhecido como “Manduca Bala”. Essa história foi determinante no momento de registrar a comunidade junto à FUNAI, pois o técnico sugeriu que se pusesse o topônimo “Bala”, já que lá era um lugar de muita violência. Dessa forma, de 1980 até 2006 a comunidade teve esse nome.

Já a escolha do atual topônimo deu-se em 2006, quando a comunidade, insatisfeita com um nome tão ‘pesado’ e ‘violento’, como Bala, reuniu-se para deliberar acerca do novo topônimo do lugar. A mudança estava iminente e o nome “Maruai” teve aceitação unânime da população, devido às histórias do Pajé Maruai e suas representações da região, pois já havia por lá a Serra, o Igarapé, o Lago e a Bacia do Maruai. Da mesma forma, também há até o sobrenome ‘Maruai’.

Atualmente, convivem os dois topônimos, “Bala” e “Maruai”, conforme o depoimento do Seu Natanael, “até hoje em Brasília e no Rio (Rio de Janeiro) é conhecido como Bala. Por exemplo, o pessoal da EMBRATEL que faz manutenção no orelhão chama “Bala”. Mas agora todo mundo já sabe que é Maruai”.

Afinal, o que é Maruai? D. Albertina explica, em LW, que Maruai é uma resina que serve para espantar espíritos ruins, como a doença. Contudo, não há nenhuma árvore maruai, é apenas uma história, um mito. Seu Natanael Maruai explica que “só tem um símbolo lá de uma pedra, dessa resina que é uma pedra redonda enorme”. E, D. Albertina completa com mais duas histórias:

o meu sogro disse que Macunaíma transformou a resina de Maruai em pedra, transformou a resina em Pedra.
[...] quando eu era criança, minha mãe tinha bebê que ficava doente... aí ela mandava eu passar tição por em cima da resina e ficava fumagando (processo de defumação) em baixo da rede de minha mãe, ... aí minha mãe ficava falando, não sei o quê, aí de manhã menino ficava bom. O cheiro dele é bem cheiroso.

Essa história também se complementa com o recorte da história “A verdadeira História do Canaimé de Roraima” de Ivônio Sólon³⁷ (2009), que conta partir das histórias de sua avó “quando ela saía principalmente para roça se defumava com maruai o cheiro incomoda o bicho, pois maruai também é um pajé”. Outra simbologia é a Pedra do Maruai, uma pedra enorme, de mais ou menos 15 metros de altura com figuras rupestres pintadas em baixo, segundo eles, por Macunaima³⁸. Seu Natanael narra que a pedra não se parece, com um tronco que fora transformado por Macunaima. No entanto, para outros entrevistados o *Marwá Pi'asan* (LM) / Pajé por excelência, é o príncipe dos Pajés. Dele eram repassados todos os conhecimentos e técnicas da arte de curar. Para eles, *Marwá* não morreu, transformou-se em uma planta e em sua resina, cujo defumador poucas pessoas sabem a técnica de prepará-lo.

O estudo trouxe como resultado, a constatação do uso cotidiano dos dois topônimos, Bala e Maruai. Talvez no futuro, a comunidade venha a ser reconhecida como sua etnia deseja, apenas como Maruai.

³⁷ Ivônio Sólon é professor de língua wapichana com formação superior em licenciatura em Pedagogia.

³⁸ Macunaima é herói da mitologia indígena, suas aventuras foram contadas por Mário de Andrade e registradas pelo pesquisador e etnólogo alemão, Koch-Grünberg, em sua obra *Vom Roraima zum Orinoco* (1917).

6 CLASSIFICAÇÃO LINGUÍSTICA, ETIMOLÓGICA E TAXIONÔMICA DOS TOPÔNIMOS

6.1 Introdução

O estudo dos topônimos envolve a categorização dos nomes e a sistematização destes em suas respectivas classes taxionômicas. Com base nisso, o presente capítulo se organiza da seguinte forma: primeiro analisa alguns traços linguísticos em seus aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos, encontrados nos topônimos, depois, aborda a interpretação dos topônimos a partir de seus elementos linguísticos formadores, seguidos pelos seus rastros históricos que permitiram identificar se a comunidade recebeu topônimos anteriores e, por último, a sua acomodação nas respectivas classes taxionômicas com base nos estudos de Dick (1990).

6.2 Traços linguísticos dos topônimos

Este estudo procura priorizar o léxico a partir dos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, quando possível, sem desprezar os valores semânticos na língua em cujo topônimo tem origem. Com isso, pude observar que marcas de língua indígena subjazem aos topônimos estudados.

Apresento, a seguir, a análise fonológica dos topônimos pesquisados e descritos no “Quadro II”. Após a transcrição das entrevistas, busquei os nomes em dicionários das respectivas línguas, como Armellada (1981); Amódio e Pira (2007); e Silva et alli (2013). Conte também com o apoio de professores falantes das línguas indígenas, dos próprios colaboradores e de Cruz (em comunicação pessoal, 2013), estudiosa de línguas indígenas da região. Porém, alguns dos nomes que são reconhecidos como topônimos, não foram identificados em nenhuma fonte publicada, por isso, procurei transcrevê-los o mais próximo possível do que fora ouvido nas entrevistas.

- 1) Sabiá
/sa.bi.'a/
Durante as entrevistas, esta palavra se apresentou como substantivo próprio, sobrenome, classificado sintaticamente como sintagma nominal simples. Segundo Nascentes (1966), este vocábulo se origina do tupi *haabi'á*, também apresentado por Aulete (2013) *sawi'a*. Ambos indicam a mesma origem, porém se diferenciam quanto ao aspecto fonético, o primeiro transcreve como aspirado, enquanto o segundo, como sibilante; um como bilabial, o outro como labializado.
- 1.1) Enseada do Sabiá
/ẽ.se.'a.dadu.sa.bi.'a/
Substantivo próprio, referente à Comunidade Sabiá; sintaticamente, composto de [SN+SP(pre+SN)]; observo que este topônimo se construiu a partir de um nome tipicamente latino (enseada) e um tupi (sabiá), por meio de um processo locucional português 'nome – preposição – nome'.
- 2) Boca da mata
/'bo.ka.da.'ma.ta/
Substantivo próprio, referente à Comunidade Boca da Mata; sintaticamente, composto de [SN+SP(pre+SN)]; igualmente o processo locucional se repete.
- 2.1) Warara pisë
/wa'rara'pise/ ~ /a'rara'pise/
Nome proveniente da LT; nas entrevistas, manifestou-se como Substantivo Próprio, referindo-se anteriormente à Comunidade Boca da Mata;
Em LT, o vocábulo significa esta/pisë constelação/warara, estrutura inversamente ao da LP, já que o Substantivo vem antes de seu Demonstrativo; sintaticamente, há um [SN (N + Posp. (cóp.))].
- 3) Bananal
/bã.nã.'nəw/
Substantivo próprio, referente à Comunidade de mesmo nome; composto de Banan-al (Radical + sufixo), um SN simples.
- 3.1) Makayapan
/makaja'paŋ/

Proveniente da LT, anteriormente utilizado para se referir à Comunidade Bananal, contudo ainda hoje usada em variação lexical; nome composto de *M-aka-i-pan* (2A2O - vb dizer - pas Rec – s); uf. Neg. “Você não tá dizendo?!” (CRUZ, 2005, p. 238-9), trata-se de uma palavra verbal em Ingarikó, mas também em LT.

4) Guariba

/gwa.ri.ba/

Na coleta de dados, este vocábulo se manifestou como Substantivo Próprio, classificado como Sintagma Nominal simples. Tanto Aulete (2013) e Nascente (1961) apresentam-no como tupi, divergindo apenas quanto à marcação da oclusão velar *gwa'riwa* e *wa'riwa*, respectivamente. Contudo, Sampaio (1904), indica uma transcrição um pouco diferente *guahúr-ib*.

5) Sorocaima

/sɔ.rɔ.kaj.ma/

Refere-se às Comunidades Sorocaima I e II; palavra conhecida e utilizada nas LT e LM, etimologicamente com o sentido (sɔ.rɔ.ka=Vb.cavar e -jma=Suf.Aum) “grande local cavado” (CRUZ, 2013).

Observo que esse topônimo indica estar aportuguesado, pois, parece ter o nome sofrido vários processos: /sarakajna'/ ~ /sarakajja/ > /sɔrɔkajmî/; primeiro, assimilação de fonemas, com o fechamento da vogal central, baixa, oral [a] para a vogal posterior, média fechada, oral [o], em posição pretônica; segundo, em posição pré-sufixal, o alçamento da vogal média baixa [a] para [o], vogal média posterior aberta; e, por fim, o terceiro processo, o da variação do elemento nasal [n] que se palatalizou e, na fase seguinte, labializou. Tudo isso justificado, possivelmente, como forma de facilitar a pronúncia do termo em LP.

5.1) Sarakainak

/sarakajna'/

Refere-se às Comunidades Sorocaima I e II, palavra de origem indígena (LT e LM), etimologicamente o termo assume o sentido de ‘grande buraco para se jogar lixo’; sa-r-aka-i-nak (2A2O-vb cavar - pas Rec - suf. Neg: (CRUZ, 2005, p. 104). O termo Sarak + imî (LT/ LM) é uma palavra morfológica, um Sintagma Verbal e sua classificação foi subtraída a partir da semântica

apresentada pelos falantes da língua: “jogar algo no lixo”, conforme explicado no item anterior.

6) Contão

/kõ tãw/

Refere-se à Comunidade Contão, trata-se de um aportuguesamento da palavra proveniente da LM *kontan* /kõ dã/, cujo sentido indica ‘árvore marfim’ ou pau marfim, também conhecida cientificamente por *alfourodendron riedelianum*, segundo Aulete (2013). Nesse aportuguesamento, observo o processo da assimilação, tendo em vista a substituição do fonema consonantal, nasal, alveolar [n] pelo fonema semivocálico [w], o qual assimila o traço do elemento nasal, indicando um ditongo nasal [ãw].

Em LP, pode ser entendido como um Substantivo Próprio, formando um SN simples.

7) Canta Galo

/'kã.ta'galu/

Refere-se à Comunidade Canta Galo, anteriormente conhecida como *Kriwnakrî*, proveniente da LM, com o sentido de “ele é o galo”, ou seja, a palavra portuguesa é uma tradução adaptada da indígena.

Em uma, temos a o sentido pronominal (‘ele’), na outra, a indicação de um possível hábito ‘o cantar’. A priori, classifiquei como Verbo, pensando na ação indicada pelo vocábulo português, contudo, após análise mais acurada, observei que se trata apenas de nomear uma ação, o canto, a partir do mito indígena ‘Galo Encantado’.

Assim, dentro da estrutura portuguesa, identifico a sequência de dois Substantivos, compondo [SN (N) + ‘SP’ Δ (N)].

7.1) Kriwnakrî

/kriwnakrî/

Como indicado acima, trata-se de uma palavra da LM, que deu nome da atual comunidade Canta Galo. O termo refere-se ao ‘galo que canta’, como explicado anteriormente.

O topônimo é uma frase nominal kriwana *kîrî* (galo + Pron:3p.’ele’: (ele é galo)(CRUZ, 2013), formado por um SN(SN + Cóp + SA).

8) Machado

/ma.ʃa.du/

Referente à Comunidade do Machado, palavra portuguesa, tradução da LM ‘aka sipinkon’, conforme Amódio; Pira (2007). Nas entrevistas, identifiquei exemplos, como: *a’ka si ponkon* para ‘o machado é de todos’.

Quanto à estrutura, verifico um Substantivo simples, um SN simples.

9) Barro

/ba.hu/

Diz respeito à Comunidade de Barro (contínuo geográfico de Surumu), cuja história toponímica é distinta, pois, inicialmente foi denominada de Barro, depois Vila Pereira Surumu, em seguida Barro, como hoje é conhecida. A motivação etimológica vem da matéria prima abundante na localidade, com a qual se produz panelas de barro.

Trata-se de um Substantivo Próprio simples, um SN igualmente simples.

9.1) Vila Pereira Surumu

/'vi.lape.'rej.rasu.ru.'mu/

Topônimo composto de uma sequência de três Substantivos, formando um SN (N +N+N). Neste caso, é possível verificar a relação entre as línguas em estudo, pois a expressão toponímica se compõe de três elementos, os dois primeiros latinos, portugueses, e o terceiro indígena, macuxi, demonstrando que, de alguma forma, a língua manifesta a relação comunicativa estabelecida entre seus falantes.

9.2) Barro

/'ba.hu/

Aqui se repete a análise do item 9.

10) Surumu

/su.ru.'mu/

Refere-se à Comunidade Surumu (contínuo geográfico de Barro), palavra de origem macuxi, cujo sentido diz respeito ao “deslocamento de aves chamadas *surun* que tem por hábito de se lançarem nas águas de um rio”, assim a formação do vocábulo vem de *Surumî* > *Surun*.

Com relação ao seu aportuguesamento, houve uma assimilação progressiva do traço vocal, alto, anterior [i] (LM) para o traço vocal alto, posterior [u] (LP).

10.1) Vila Pereira Surumu

Aqui se repete a análise do item 9.

10.2) Barro

Aqui se repete a análise do item 9.

11) São Jorge

/ˈsãw̃ːʒɔh.ʒi/

Refere-se à Comunidade de mesmo nome, trata-se de um Substantivo Próprio e, sintaticamente, de um SN simples.

11.1) Meren mere

/meˈrẽ meˈre/

Primeiro topônimo da Comunidade São Jorge, tem sua origem na LM, cujo sentido faz referência ao “arco íris”,

12) Perdiz

/pɛh.ˈdʒis/

Faz referência à Comunidade de Perdiz, trata-se de um Substantivo e SN também simples; nome de ave comum na região, em LM denominada de *siki* e *dakari* em LW.

13) Maruai

/ma.ru.ˈwaj/

Nome da Comunidade Maruai, faz referência ao pajé e a resina vegetal, transcrita em LW como *Maruaibe'* e em LM como *Maruwa'*.

Em LP, comporta-se como um Substantivo simples em função de SN.

13.1) Bala

/ba.la/

Refere-se ao primeiro topônimo da Comunidade Maruai, destaca-se por se tratar do único termo que não tem correspondente em língua indígena.

O vocábulo é um Substantivo, um SN simples, referindo-se ao projétil de arma de fogo.

Predomina, nestes dados, que a toponímia atual das comunidades está em LP. Não obstante, os estudos etimológicos destas comunidades descrevem que, na subyacência lexical, há os ‘verdadeiros’ topônimos em línguas indígenas. Das quatorze comunidades estudadas, seis tiveram seus nomes anteriores na própria língua indígena, são elas arroladas geograficamente: *Warara pise* (LM) / Boca da

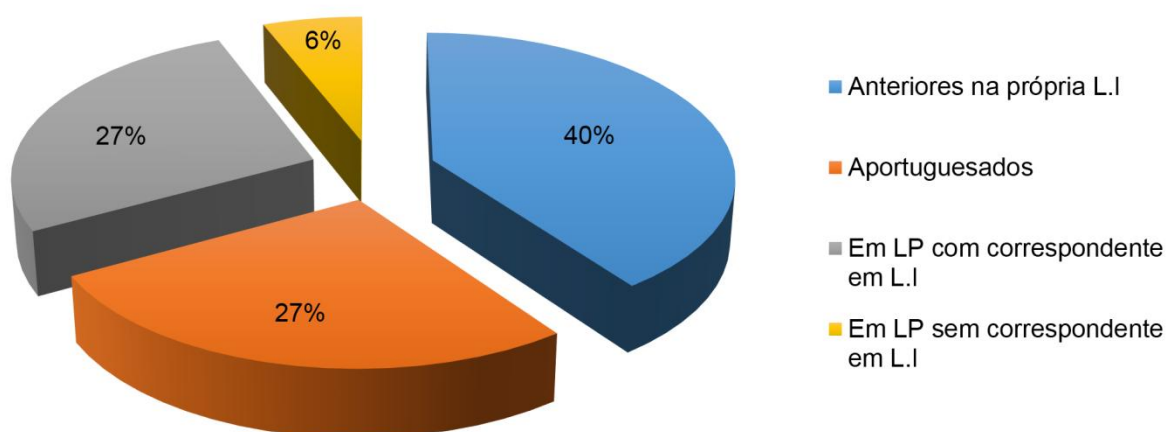
Mata, *Makayapan* (LT) / Bananal, *Sarakainak* (LT) - (LM) / Sorocaima I e II, *kriwnakrî* (LM) / Canta Galo e *Merënmere* (LM) / São Jorge.

Quatro comunidades têm, em seus topônimos, estratos da língua de origem, embora tenham sofrido aportuguesamento pelos processos fonológicos de assimilação progressiva, quais sejam: Sorocaima I e II /sarakaiŋa'/ (LT / LM), Contão /kõ dã/ (LM) e Surumu /surumî/.

Em outras quatro, os topônimos aparecem apenas na LP, mesmo havendo termos correspondentes na língua indígena de origem, são elas: Guariba, Machado, Barro e Perdiz, e em apenas uma comunidade, Bala, o topônimo aparece só em LP, sem correspondente para LI. Vale esclarecer que o topônimo 'Sorocaima' aparece em dois dos grupos acima, tendo em vista que esta comunidade teve um topônimo anterior: o primeiro, na própria língua *Sarakainak* (LT) e o segundo em LP, Sorocaima, após o processo de aportuguesamento.

Como forma de sistematizar as informações acima, apresento o gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Traços linguísticos dos topônimos



Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Quanto à morfologia, os topônimos analisados, tanto os atuais quanto os antigos, são formados, na maioria das vezes, por uma estrutura simples como 'Guariba', 'Barro', 'Perdiz' (Substantivo). No entanto, há topônimo formado por uma estrutura mais complexa, seja ela uma locução composta com ou sem conectivo explícito, como é caso de 'Enseada do Sabiá' (Subst.+ Prep.+ Adj.) e 'Vila Pereira Surumu' (Subst. + Subst. + Subst.).

A maioria de topônimos, constituídos por itens lexicais simples como 'Bananal', 'Guariba', 'Machado', 'Barro', 'Perdiz', entre outros apresentados nesta pesquisa, condiz com o pensamento de Dick, no qual "o homem encontra a maior fonte emotiva das denominações, certamente porque vê neles o concretismo dos objetos por excelência" (1990, p. 97), daquilo que representa o que continha no lugar, manifestando uma relação linguística entre homem e seu meio.

O estudo sintático dos topônimos confere importância à análise com base na definição de sintagma, no qual os elementos básicos se unem fortalecendo uma relação de subordinação sintático-semântica entre as unidades. De modo determinante, os topônimos apresentam a fórmula simples de sintagmas nominais, SN(N); embora tenham sido identificadas outras estruturas constituintes como SN [SN + SP (pre + SN)]; [SN+SV(N) + SV(V)]; [SN (N + N + N)]; [SN (SN + Posp (+ Cóp)]; [SN (SN + Cóp + SA)] e [SN (N) + 'SP' Δ (N)].

A seguir, apresento de forma sucinta os traços linguísticos encontrados nos topônimos e analisados anteriormente, veja o Quadro 3.

Quadro 3 - Marcas linguísticas nos topônimos³⁹

Nº	LÉXICO		FONÉTICA	MORFOLOGIA
	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA INDÍGENA		SINTAXE
1	Sabiá		/sa.bi.'a/	Substantivo Simples SN
1.1	Enseada do Sabiá		/ẽ.se.'a.da 'du. sa.bi.'a/	Locução substantiva (Subst.+Prep.+Subst.) SN (SN+SP (prep.+SN))
2	Boca da Mata		/'bo.ka.'da. 'ma.ta/	Locução substantiva (Subst.+ Prep. + Subst.) SN (SN + SP (Prep.+ SN))
2.1		Wa'rara'pise (LT)	/wa'rara'pise/ ~ /a'rara'pise/	Sustantivo SN (N + Posp. (cóp.))
3	Bananal		/bã.nã.'nəw/	Substantivo SN
3.1		Makayapan (LT)	/ma'kaja'paŋ/	Substantivo composto (Deverbal) SV(V)
4	Guariba		/gwa.'ri.ba/	Substantivo SN
5	Sorocaima I, II		/sɔ.rɔ.kaj.ma/	Substantivo

Site fonético, disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=fonetica&act=list®ion=lbx&search>>

				SN
5.1		Sarakanya (LT) / (LM)	/sarakajna'/	Sar-aka -i-na (2A2O - vb cavar - pas Rec - suf. Neg: (CRUZ, 2005, p. 104) SV (V)
6	Contão		/kõ'tãw/	Substantivo SN
7	Canta Galo		/'kã.ta 'galu/	Substantivo composto SN (N) + 'SP' Δ (N)
7.1		Kriwnakrî (LM)	/kriwna'grî/	
8	Machado		/ma.'ja.du/	Substantivo SN
9	Barro		/'ba.hu/	Substantivo SN
9.1	Vila Pereira Surumu		/'vi.lape.'rej.rasu.ru.'mu/	Substantivo composto SN (N+N+N)
9.2	Barro		/'ba.hu/	Substantivo SN
10	Surumu		/su.ru.'mu/	Substantivo SN

10.1	Vila Pereira Surumu		/vi.lape.'rej.rasu.ru.'mu/	Substantivo composto SN (N+N+N)
10.2	Barro		/'ba.hu/	Substantivo SN
11	São Jorge		/'sãw'ʒɔh. ʒi/	(Adjetivo) Substantivo SN (Mod+N)
11.1		Meren mere'(LM)	/me'rë me're'/	Substantivo composto SN (N+N)
12	Perdiz		/peh.'dzis/	Substantivo SN
13	Maruai		/ma.ru.'waj/	Substantivo SN
13.1	Bala		/'ba.la/	Substantivo SN

Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Observo a sobreposição da LP sobre as línguas indígenas na toponímia de quase todas as comunidades, Boca da Mata, Bananal, Guariba, Sorocaima I e II, Contão, Canta Galo, Machado, Barro, Surumu, São Jorge, Perdiz e Maruai, com exceção apenas das comunidades Sabiá e Bala, atual Maruai, onde aconteceu o processo inverso. Possivelmente, essa superposição da LP se deu em virtude também do domínio do 'branco' sobre o índio ao longo da história destas comunidades. Outro fator que talvez tenha contribuído para que o processo de aportuguesamento ou mesmo para substituição total de um topônimo por outro, em LP, tenha sido a dificuldade de pronúncia das línguas indígenas por falantes de LP, uma vez que essas línguas têm gramáticas fonológicas próprias, muito distantes da língua dominante.

6.3 A motivação e as taxes

Os estudos etimológicos despertam curiosidade em especialistas de todas as áreas, vista a abrangência da temática que pode contemplar as diversas trocas do conhecimento. A possibilidade de descobrir a origem das palavras e das coisas faz deste tipo de estudo um despertar pela curiosidade que, muitas vezes, pode ser extremamente perigosa, diz Rodrigues (1958). Para o estudioso, alguns fatores colocam-se neste caminho com a triste tarefa de possibilitar falsas análises, sobretudo, quando se trata de uma investigação de termos do vocabulário brasileiro que tem como base as línguas ameríndias e africanas:

O defeito de quase todos os estudos de etimologia que têm por objetivo as palavras brasileiras de origem ameríndia e africana, é devido sobretudo a dois fatores: a) falta de método etimológico, isto é, ausência de critérios científicos para determinar a proveniência das palavras; b) desconhecimento por parte dos investigadores, das línguas tidas como fontes dos brasileirismos, isto é, das línguas ameríndias e africanas.⁴⁰

De certo que, nos últimos cem anos, o tema em questão tem sido muito estudado, contudo o amadorismo e a ansiedade do pesquisador são atributos, segundo o autor, que levam a conclusões falsas. Cardoso (1961), em suas missões

⁴⁰ C.f. A. Dall'Ígna Rodrigues, A composição em tupi, em *logos*, nº 14, 1951, p. 63, apud Rodrigues, Aryon Dall'Ígna. 1958. Contribuição para a etimologia dos brasileirismos. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. 9, p. 1-54. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

de geógrafo do Exército brasileiro, em atividade na região amazônica, observa, especificamente, o caso dos topônimos indígenas:

há muitos nomes que são escritos deformadamente, bastando, apenas, muitas vezes, para isso, uma simples substituição de letra e, dessa forma, a confusão fica lançada, tornando-se o topônimo, nessas condições, absolutamente irreconhecível. (CARDOSO, 1961, p. 120).

O autor prossegue esclarecendo sua ideia citando o topônimo “Acre” que teve sua interpretação a partir de uma carta não decodificada com exatidão. O nome designa, originariamente, um rio que passou também a denominar o atual estado brasileiro. Segundo Cardoso, “Há de parecer a muita gente que não esteja perfeitamente familiarizada com as razões daquela denominação, que o topônimo deriva de um étimo português de lei. Puro engano...” (1961, p. 125), diz o autor. E esclarece que o topônimo é derivado de um étimo ameríndio de difícil ou mesmo impossível realização fonética, mais próximo da pronúncia /aki'rí/, desconhecido do vocabulário português, “tal nome indecifrável ficaria sendo, condicionalmente, “Acre””.

O texto anterior foi propositalmente antecedido do conceito de etimologia a seguir, como subsídio para melhor compreensão de uma análise etimológica.

Por etimologia, do grego *etymología*, pelo latim *etymologia*, entendo um estudo das afinidades que o termo tem com outro mais antigo, do qual se origina. Dubois (2011, p. 253), “chama-se também etimologia o étimo ou evoluções sucessivas (história) pelas quais se passou do étimo à palavra derivada”, sentido muito importante para o estudo toponímico, uma vez que os elementos que compõem o étimo são essenciais para a construção do significado.

Da mesma importância para um pesquisador, é saber o que se entende por etimologia popular ou falsa etimologia, visto que a semelhança fonológica de uma palavra com outra, leva o pesquisador a atribuir significado equivocado a um topônimo (DUBOIS, 2011). A exemplo disso, a pesquisa mostra que o topônimo /kõ'dã/ (LM), por aproximação na pronúncia em LP /'kõtãw/, levou à interpretação popular de que o termo teria se originado porque no lugar havia muita “fofoca”. Tal explicação pode ser considerada falha, porque o estudo da etimologia do termo prova a existência de uma árvore chamada /'kõtãw/ (LM): “marfim”, que predominava

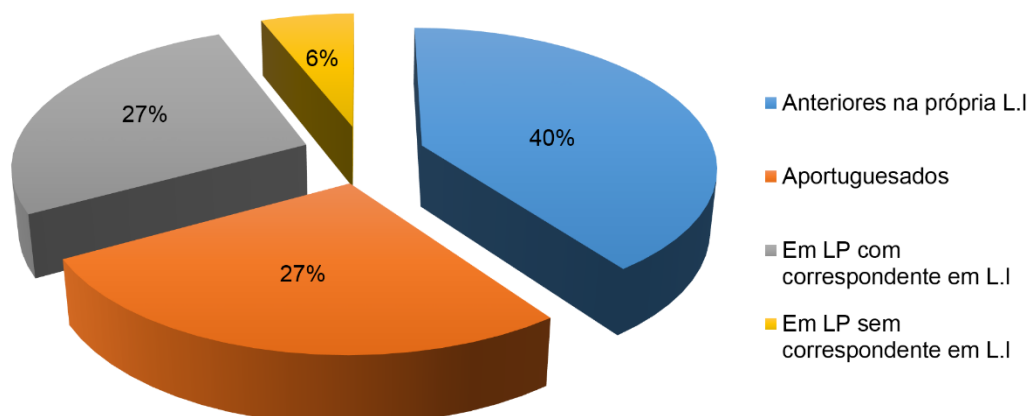
às margens dos rios da região, hipótese mais verdadeira, visto que o topônimo tem origem em LM:

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido da função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. (SEABRA, 2006, p. 1956)

Naturalmente, a função referencial é a primeira na relação de identificação do lugar, no entanto, o estudo toponímico tem uma missão muito maior dentro da onomástica, ele é capaz de “reconstruir significados e, em seguida ilustrar o cenário motivacional da região em estudo, como um resgate ideológico do denominador e preservação da memória” (ANDRADE, 2013, p. 1856). Isso justifica, dentro da análise toponímica, o olhar para o passado com o propósito de trazer para o presente a história, muitas vezes, esquecida e distante.

A análise toponímica, especificamente no estudo de comunidades indígenas brasileiras, tendo em vista a pouca existência, em alguns casos, a inexistência de documentos legais para subsidiar os estudos, é imprescindível da confiabilidade das narrativas de reconstrução da história, com seus ajuizamentos de bravuras, de preconceitos e/ou de subordinação. A identificação de traços linguísticos de línguas indígenas em quase todos os topônimos estudados, exceto no topônimo “Bala”, leva a uma reflexão sobre os traços etimológicos encontrados e permite relacioná-los às suas respectivas línguas, assim como a contribuição toponímica das línguas indígenas, Macuxi, Taurepang e Wapichana para o estudo da realidade linguística de Roraima. O gráfico a seguir mostra a classificação dos topônimos estudados, situados dentro de quatro grupos, na sequência, a análise:

Gráfico 6 - Os topônimos e seus elementos formadores



Fonte: elaborado pela autora, 2013

6.3.1 Topônimos em LP com correspondente em LI

- a) Barro (LP) / *Non* (LM): *Non Ku'sa uurînikon.* / 'Somos feitos de barro'. (AMÓDIO; PIRA, 2007, p.185). Da mesma forma gráfica, e com semântica aproximada, significando "terra", o termo foi encontrado também em LT. Barro (LP) / *Non* (LT). (ARMELLADA; SALAZAR, 1981, p. 247). No estudo etimológico deste topônimo, com subjacência na língua LM, observo a substituição do nome *Non*, da língua LM por 'barro' na LP.

Com base nisso, o significado do topônimo passa a ser interpretado a partir dos seus elementos linguísticos formadores, pois 'Barro' parece inicialmente motivado pela cachoeira do barro, em LM *Non araru*, barro cachoeira = 'cachoeira do barro'.

- b) São Jorge (LP), sem equivalente para o termo na LP, mas com elementos constituintes do cenário: 1. Lua (LP) / *kapoi* (LM). *Kapoi eratîsa man* / 'A lua virou'; *Tiaron kapoi pî uutî* / 'Vou no outro mês.' (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 222); 2. Cavalo(LP) / *kaware* (LM): *kaware po yaako erepanî'pî.* / 'Meu cunhado chegou de cavalo.' (AMÓDIO; PIRA, 2007,p. 192); 3. Cavalo de São Jorge (LP) /*kawarerêpan*; 4. *Kapoi kwarerepon* (LM)/ 'lua cavalo', 'cavalo de São Jorge'; 5.São Jorge.: São: s.m. forma sincopada de santo, usado antes de nomes que

principiam por consoante (FERREIRA, 2000, p. 622); Jorge: s. m. antropônimo de santo.

O estudo etimológico do termo 'São Jorge' leva à compreensão de que houve interferência político-histórico-religiosa na definição do topônimo dessa comunidade, pois, ao invés de prevalecer um nome tipicamente indígena ou misto entre português e indígena, estabeleceu-se e perdurou um topônimo português relacionado com a religião, isto é, a prevalência não é apenas linguística, mas tem sua raiz em uma concepção espiritual, com um pano de fundo político.

- c) Bananal > banana (LP), sem correspondente para a palavra derivada, mas com correspondente para a palavra primitiva banana (LP) / *paruru* (LMe LT): *Paruru emi'sa man.* / 'A banana amadureceu'. (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 184).
- d) Guariba (LP) / *arauta* (LM e LT), guariba: T.S.,corr. *guhúr-ib* o chefe ou principal dos berradores ou cantores Bap. C; nome de um símio uivador (*Mycetes*) (SAMPAIO, 1904, p.127), o termo designa uma espécie de macaco cantador, possivelmente com o objetivo de interagir com o bando.
- e) Sabiá (LP) / *Kuraasi* (LM): *Kuraasi ruku enanen.* / 'O sabiá come jenipapo'.(AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 222).

Sabiá: do tupi *sawi'a*. Hom./Par.: sabiá (sm.); bras. zool. Denominação comum aos pássaros da fam. dos turdídeos, cosmopolitas, de coloração simples, ger. cinza, preta ou marrom, com canto muito melodioso. (AULETE, 2013). Esta correspondência da LP/LM não representa a escolha toponímica da comunidade, como já foi visto anteriormente.

- f) Canta Galo (LP) / *Kriwnakrî* (LM): *Kriwnakrî mîîkîrî wî'po e'nunkai.* / 'o galo canta na serra'. (Fonte: autora da pesquisa).

O estudo comprova que o topônimo teve origem na LM, mas foi tomado na LP, como declara Denival "(...) mas o pessoal chama Kriwnakri/ LM, mas só que não é registrado assim não".

- g) Perdiz (LP) / *Dakari* (LW): *Kainha'a ungary yz arimeraka dakari tan naal* 'Tenho um cachorro que é bom de perdiz'. (SILVA et al., 2013).
- h) Machado (LP) / *wa'ka* (LM): *Wa'ka yenna'pî wai*. / 'Comprei um machado'. (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 222).

O termo toponímico pode ser explicado em Língua Macuxi, Edmundo diz que Machado (LP) / *Aka sipinkon* (LM): 'machado comunidade' (LP)⁴¹. *Aka* é uma forma reduzida de *wa'ka* em LM (CRUZ, 2013).

- i) Boca da Mata (LP) / sem equivalente para o termo na LM, mas com outros elementos constituintes do cenário; boca do rio (LP) / *iken* (LM) (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 186).
- j) Vila Pereira Surumu (LP)/sem equivalente para o termo na LM, mas com outros elementos que comprovam expressão toponímica, por exemplo, o uso do topônimo por Órgão Oficial no Diário Oficial do Estado. (Ver Quadro 5).
- k) Enseada do Sabiá (LP) / sem equivalente para o termo na LM, mas com outros elementos constituintes do cenário: Enseada: s.f. Campo entre dois igarapés, fechado por mato em todos os lados menos um (AULETE, 2013).

6.3.2 Topônimos em LP sem correspondente em LI

- a) Bala (LP): Projétil de arma de fogo: bala de revólver, de canhão, de fuzil: vidro à prova de balas (AULETE, 2013).

6.3.3 Topônimos em LI com correspondente em LP

- a) *Makayapan* (LT) / palavra verbal em LT que se traduz para "Você não está dizendo?" (LP). O termo toponímico é explicado em TR, pelo seu Avelino que

⁴¹ *Informações coletadas nas entrevistas na comunidade do Machado, não encontradas em dicionários.

diz “Isso aqui é um caderno?” / “Você não tá dizendo? Você não tá dizendo?!”.

- b) *Warara pisë* (LT) /*wa'rara'pise/* > *Warara* (LT): s. *Tortuga. Con este nombre conocen una constelación, o grupo de estrellas de Orion* (ARMELLADA; SALAZAR, 1981, p.219).
- c) *Wa'ka* (LM): *Wa'ka yenna'pî wai'*. / ‘Comprei um machado.’; *-wa'kari* forma possessiva *Uwa'kîrî yari' pîto' man/* ‘Levaram meu machado’ (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 222).
- d) *Kriwnakrî* (LM) / ‘Canta Galo’ (LP): *Kriwnakrî mîikîrî wî'po e'nunkai.* / O galo canta na serra (Fonte: autora da pesquisa).

6.3.4 Topônimos em LI que sofreram aportuguesamento

- a) *Surumî*(LM) > *Surun* (LM), *Surumu* (LP) espécie de pombinha, pássaro da região do teso. O fenômeno linguístico é observado no aportuguesamento do topônimo *Surumî* que passou a *Surumu*, com o alçamento da vogal posterior, caracterizando o processo de assimilação progressiva do traço vocal alta posterior.
- b) *Sarakainak* (LT): *Sarak* > *Sarakaina'*, ‘Sorocaima’ (LP); 1.Sar. s. de tecido muy ralo, que usan para cargar barbasco macerado y submergirlo em los pozos hondos; 2. *Sarak!* interj. de ponerse um vestido; id. de meter en um saco o cesto (ARMELLADA; SALAZAR, 1981 p. 177); 2.1. “*Sarak!* Interj. que denota a ação de colocar as pessoas nas sepulturas, como explica Manoel Flores “eu pego, eu coloco no camburão de lixo sara’]! Pessoa chegava e entrava na sepultura”. O processo de aportuguesamento pode ser constatado a partir do arredondamento da vogal central [a] por [o] e na substituição do fonema linguodental [n] pelo bilabial [m]. Quanto ao aspecto semântico permanece o da língua de origem.

Para Cardoso (1961), “um dos fenômenos mais sugestivos para o estudioso das questões de etnografia brasileira é o da superposição linguística de sua toponímia”, de tal modo que a interpretação dela apresenta uma “verdadeira estratificação, indicativa, conseqüentemente, da existência, em épocas diferentes, de várias famílias linguísticas” (p. 19-20). É o que se pode dizer que aconteceu com

a transposição de /sarakaiŋa'/ (LT), que sofreu aportuguesamento, recebendo o sufixo *-imada* (LP), /sɔ.rɔ.kaj.ma/.

- c) *Kontan* (LM) /kõ dã/ que passou a /kõtãw/ na (LP): marfim (LP), o aportuguesamento do termo deu-se pela substituição dos fonemas do par homorgânico [d] por [t] e pelo acréscimo da semivogal [w] final, provavelmente substituindo o segmento *n* nasal. No aspecto semântico, o termo em português “Contão” é uma espécie de árvore “marfim” e consta no dicionário: Bras. Bot. Árvore (*Balfourodendron riedelianum*) da fam. das rutáceas; Pau Marfim. 5 Bras. Bot. Árvore (*Zeyheria tuberculosa*) da fam. das bignoniáceas; bucho-de-boi (AULETE, 2013).
- d) *Maruaibe'* (LW), já em (LM) *Maruwa'* e em (LP) chegou a Maruai: *Ku'ukuu xandan patakan maruaibe id.* (LW) / 'Vovó defumou seu neto com resina de maruai' (SILVA et al., 2013); Maruai (LP) 1.:s.f.: resina vegetal com perfume característico que, segundo a cultura do índio, serve para defumar e exorcizar os males; 2. Maruai: o pajé, do tupi /pa' ie/, Bras. Etnog. Xamã indígena, aquele que realiza rituais mágicos de cura, adivinhação (AULETE, 2013).

6.4 O rastro dos topônimos

O estudo toponímico, uma vez que está intimamente ligado à história das comunidades, possibilita ao pesquisador conhecer os topônimos anteriores, caso eles existam e esse foi um dos objetivos traçados para esta pesquisa. Como a coleta de dados deu-se pela narrativa dos moradores, esse objetivo foi atingido. Em apenas três, Guariba, Contão e Perdiz, das 14 comunidades pesquisadas, não foi possível identificar topônimos anteriores; em 2, Barro e Surumu, foi possível registrar 2 mudanças de topônimos anteriores e em 9 comunidades houve um topônimo anterior, são elas Sabiá, Boca da Mata, Bananal, Sorocaima I e II, Canta Galo, Machado, São Jorge e Maruai. Conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4 - Resumo das comunidades e mudanças toponímicas

Comunidades		
Sem topônimos anteriores	Com um topônimo anterior	Com dois topônimos anteriores
Guariba, Contão e Perdiz	Sabiá, Boca da Mata, Bananal, Sorocaima I e II, Canta Galo, Machado, São Jorge e Maruai	Barro e Surumu

Fonte: elaborado pela autora, 2013.

A seguir, encaminho uma discussão acerca do estudo das taxes dos topônimos, após, mostro o Quadro 5 que retrata de forma sucinta os termos toponímicos, a etimologia e as taxes dos referidos topônimos. O Quadro pode, assim, ser compreendido: 1. Nº: ordem numérica crescente, os topônimos estão organizados seguindo a mesma sequência dada à descrição das comunidades; 2. Topônimo (LP/L. Indígena): os topônimos aparecem primeiro em LP, e depois em língua indígena (aqueles que têm origem ou correspondente em língua indígena). Este item se subdivide em Topônimo atual e Topônimo antigo (este espaço pode aparecer vazio, caso não se tenha identificado topônimo(s) anterior (es) para aquela comunidade); 3. Etimologia (Registro/morfologia/semântica/fonte): neste item, estão dispostas as informações referentes às características específicas, a fonte de alguns subitens aparece como sendo as entrevistas dos colaboradores (marcadas por asterisco) ou ainda do próprio autor; 4. Taxionomia (classificação): os topônimos estão classificados conforme Dick (1990).

Nesta análise, dois topônimos merecem destaque quanto à classificação taxionômica, são eles: Barro e Maruai porque podem ser classificados em duas taxes. O primeiro pode estar classificado como litotopônimo, porque se trata de um mineral e ergotopônimo, considerando que o topônimo nasce a partir das 'panelas de barro', utensílio muito comum na cozinha do indígena, elemento de sua cultura e o segundo também recebe duas classificações, tendo em vista que a comunidade cotidianamente reconhece as duas motivações para o topônimo, uma Fitotopônimo (resina) e outra Mitotopônimo (pajé). E, ainda há o caso das comunidades Bananal, Canta Galo, Barro, Surumu e Maruai, cujos moradores, comunidades vizinhas e até órgãos públicos reconhecem e ainda fazem uso dos dois topônimos, o atual e o antigo.

6.5 As taxes em evidência

O estudo mostra que a motivação toponímica depende das características físicas, sociais, culturais, políticas, linguísticas e até religiosas da comunidade a ser nomeada, considerando as relações sociais existentes entre o homem e seu grupo e entre este a natureza, num processo, quase sempre natural, de nomeação. A seguir, estão as análises contextualizadas que permitiram a classificação taxionômica dos topônimos:

- a) Sabiá: embora seja nome de pássaro, a escolha se deu pelo nome de um antigo morador, 'índio guerreiro', chamado Antônio Sabiá. Portanto, o topônimo pertence à taxa dos antropotopônimos. O estudo me possibilitou resgatar o primeiro topônimo da comunidade, "Enseada do Sabiá", classificado como um geomorfotopônimo.
- b) Boca da Mata: O termo 'Boca', elemento específico do topônimo, neste contexto, é uma metáfora, cujo sentido de passagem, de meio para se chegar à mata permite inserir o topônimo na classe dos hodotopônimos. No entanto, o primeiro topônimo Wa'rara'pisê (LM), que significa constelação (ARMELLADA; SALAZAR, 1981, p. 219), tem a classificação de astrotopônimo.
- c) Bananal: o topônimo pertence à classe taxionômica dos fitotopônimos, dada a característica de natureza vegetal, relacionada à plantação de banana nativa que havia naquele lugar. Enquanto que o topônimo anterior, 'Makayapan', pertence à classe dos dirrematopônimos, pois está caracterizado pela construção de um enunciado linguístico: a expressão em /makayapan/ (LT) / "Você não está dizendo?" (LP), da mesma forma que "Vai Quem Quer" (Igarapé, AM) e "Deus me Livre" (AH, BA) (DICK, 1992). Isso demonstra que a inspiração toponímica está relacionada também às condições socioambientais e se reflete na língua de um determinado grupo social. Sapir (1968, p.74, apud DICK, 1992, p. 35) afirma que tais características do léxico se apresentam sob duas diretrizes.

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar de base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos

minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Neste caso, a escolha do topônimo pode estar inserida nas duas diretrizes de Sapir, primeiro como fator físico, a produção de banana nativa, considerada determinante para a economia da comunidade, e ainda como fator social, o hábito de servir bananas às visitas, ainda hoje cultivado pela comunidade.

- d) Guariba: a escolha toponímica pelo nome do sítio deu-se por considerarem a frequente estada de macacos ‘guariba’ visitando o lugar para beberem água num igarapé de mesmo nome. Sendo, portanto, o topônimo acomodado na taxa dos zootopônimos. Esta comunidade não apresenta topônimo anterior.
- e) Sorocaima I e II: o termo de origem indígena /sarakaiŋa/ (LT)/(LM), /so.ro.kaj.ma/ (LP) significa a ação de ‘colocar algo no lixo, em buracos ou sepultura’, mesmo se tratando de pessoas que morriam de alguma enfermidade e eram sepultadas. O topônimo apresenta conotação de natureza negativa de um fato cultural da comunidade, a qual permite que o topônimo seja inserido na classe dos animotopônimos disfóricos. A comunidade apresenta topônimo anterior em língua indígena Sarakainak, já explicada a etimologia neste trabalho.
- f) Contão: a etimologia mostrou a origem do termo em língua LM, que significa uma espécie de árvore chamada ‘marfim’ em LP, o que admite a classificação deste topônimo na taxa dos fitotopônimos. A comunidade não apresenta topônimo anterior.
- g) Canta Galo: O topônimo está classificado dentro da taxa dos mitotopônimos, uma vez que foi o canto do Galo Encantado, tema da narrativa oral, que motivou a escolha toponímica, não só para a comunidade, como também para outros acidentes físicos ali localizados. A comunidade teve o topônimo anterior em língua indígena, /Kriwnakrî/ (LM), o qual foi substituído pelo termo de mesma interpretação na LP.

- h) Machado: o estudo no aspecto histórico trouxe a informação acerca de um 'machado' de pedra que fora usado pelos antepassados e guardado até alguns anos atrás quando foi retirado da comunidade. Essa ferramenta, elemento físico da cultura indígena, é o símbolo da toponímia local. Portanto, a classificação taxionômica se configura como um ergotopônimo. A comunidade não teve outro topônimo antes.
- i) Barro: de acordo com a classificação das taxes estabelecida por Dick (1992), o topônimo 'Barro' apresenta-se como um litotopônimo. Para este estudo, e sem desconsiderar a teoria que o fundamenta, a história da comunidade permite que o topônimo também possa ser classificado como ergotopônimo, considerando a cultura de se fabricar e de utilizar a panela de barro, elemento físico da cultura indígena. Assim, coexistem as duas classificações toponímicas.
- j) Surumu: o termo tem origem em LM, *Surun* (LM), Surumu (LP), que significa uma espécie de 'pombinha', pássaro da região do teso⁴², o que leva o topônimo à classe de zootopônimos.

Tanto a comunidade Surumu quanto a comunidade Barro, receberam anteriormente o topônimo de Vila Pereira Surumu, este se acomoda na classe dos poliotopônimos.

- k) São Jorge: a escolha do topônimo foi motivada pela influência de um padre que contava e ouvia história na comunidade, uma delas se refere a São Jorge, o Santo Guerreiro, é, portanto, classificado como hagiotopônimo. A comunidade apresenta vários elementos relacionados ao tema do topônimo e teve o topônimo anterior em língua indígena *Meren mere*' (LM), que significa 'arco íris', o qual foi substituído por São Jorge em LP.
- l) Perdiz: a motivação toponímica da comunidade deu-se pela grande presença das aves 'perdizes', que costumavam fazer seus ninhos em pedras e capins, na comunidade. A partir desse contexto, pode classificar o topônimo na classe

⁴² Informações coletadas nas entrevistas

taxionômica dos zootopônimos. A comunidade não apresentou topônimo anterior, embora o termo tenha correspondente em LW.

- m) Maruai: a classificação taxionômica do topônimo apresenta duas motivações, uma considerando a resina vegetal 'maruai', insere-se na classe dos fitotopônimos, e ainda considerando a figura do pajé 'Maruai', passa a fazer parte da classe dos mitotopônimos. Cabe ressaltar que ambas motivações estão muito vivas na comunidade e que a comunidade apresenta o topônimo anterior 'Bala', cuja classe é a dos ergotopônimos. Outra informação importante é que os dois topônimos são aceitos e muito usados dentro e fora da comunidade.

A seguir, os acidentes humanos pesquisados estão distribuídos no Quadro 5, conforme suas características lexicográficas e respectivas classificações taxionômicas, segundo o modelo de Dick (1990, p.31-34), para que o leitor tenha a visão dos dados e da análise de cada topônimo, percebendo o quadro como espelho geral do *corpus* pesquisado.

Quadro 5 - Resumo da análise toponímica

Nº	TOPÔNIMO - (LP/LI)		ETIMOLOGIA (Registro/morfologia/semântica/fonte)	TAXIONOMIA (Classificação)
	TOPÔNIMO (Atual)	TOPÔNIMO (Antigo)		
1.	Sabiá		<p>1. Sabiá: s. prop., sobrenome de Antônio Sabiá.*;</p> <p>2. Bras. Zool. Denominação comum aos pássaros da família dos turdídeos, cosmopolitas, de coloração simples, geralmente cinza, preta ou marrom, com canto muito melodioso.(AULETE, 2013)</p> <p>3. <i>Kuraasi</i> (LM): <i>Kuraasi ruku enanen!</i> 'O sabiá come jenipapo'.(AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 244)</p> <p>4.F.: Do tupi <i>sawi'a</i>. Hom./Par.: sabiá (sm.), sábia (fem. sábio a. sm.), sabia (fl. de saber). (AULETE, 2013)</p>	Antropotopônimo
		Enseada do Sabiá	1.Enseada: s.f. Campo entre dois igarapés, fechado por mato em todos os lados menos um. (AULETE, 2013)	Geomorfotopônimo
2.	Boca da Mata		<p>1.Boca da Mata: " Entrada da mata"*</p> <p>2. boca do rio <i>iken</i> (LM) (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 186).</p> <p>3.Mato (LP) / <i>kanuku</i> (LW): <i>Kanuku maunap zakap ii!</i> 'O mato está perto da roça'. (SILVA et al., 2013 p. 196).</p>	Hodototopônimos
		Warara pisë	/wa'rara'pise/ > Warara (LT): s. <i>Tortuga</i> . <i>Con este nombre conocen una constelación, o grupo de estrelas de Orion</i> . (ARMELLADA; SALAZAR, 1981, p.219).	Astrotopônimo
3.	Bananal		<p>1. Bananal: s.m. plantação e bananeiras. [Pl: -nais]. (FERREIRA, 2000, p.86)</p> <p>2. <i>Paruru</i> (LM): <i>Paruru emi'sa man.</i> / 'A banana amadureceu'. (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 184)</p>	Fitotopônimo
		Makayapan	<p>1. /makayapan/ (LT): expressão da língua Taurepang que se traduz para "Você não está dizendo?" na língua portuguesa. "Isso aqui é um caderno?" "Você não tá dizendo? Você não tá dizendo?!"" *</p> <p>2. Igarapé Makayapan</p>	Dirrematopônimo

4	Guariba		<p>1. Guariba: T.S., corr. <i>guhúr-ib</i> o chefe ou principal dos berradores ou cantores Bap. C; nome de um símio uivador (<i>Mycetes</i>) (SAMPAIO, 1904, p. 127)</p> <p>2. Igarapé do macaco</p> <p>3. <i>Arauta</i> (LM): <i>Arauta mîikîrî wî'po e' nunkai.</i>(LM)/ 'A guariba canta na serra' (AMÓDIO&PIRA, 2007, p. 215).</p> <p>4. <i>Arauta</i> (LT).</p>	Zootopônimo
5	Sorocaima I, II **	<i>Sarakainak</i>	<p>1. <i>/sarakanya'</i>/(LT)/(LM), Sorocaima (LP)</p> <p>2. <i>Sarak!</i> (LT): interj. que sign. 'Colocar algo no lixo, em buracos ou sepultura'.*</p> <p>3. <i>Sarak!</i> (LT): <i>interj. de ponerse un vestido; id. de meter en un saco o cesto.</i> (ARMELLADA; SALAZAR, 1981,p. 177)</p> <p>4. <i>SARA.</i> s. de <i>tejido muy ralo, que usan para cargar barbasco macerado y submergirlo em los pozos hondos.</i> (ARMELLADA; SALAZAR, 1981, p.177)</p> <p>Igarapé Sorocaima</p>	Animotopônimo disfórico
6	Contão	Contan:/kõ ta/	<p>1. Contão: termo aportuguesado que significa pau marfim em português;*</p> <p>2. Marfim: Bras. Bot. Árvore (<i>Balfourodendron riedelianum</i>) da família das rutáceas; pau-marfim. 5 Bras. Bot. Árvore (<i>Zeyheria tuberculosa</i>) da família das bignoniáceas; bucho-de-boi. (AULETE, 2013);</p> <p>3. Lago /Kõdã/</p>	Fitotopônimo
7	Canta Galo		<p>1. Canta Galo: s. m. topônimo comunidade indígena localizada na TISM.</p> <p>2. Lenda: O Canto do Galo Encantado: história popular da cultura indígena regional. *</p>	Mitotopônimo
		<i>Kriwnakrî</i>	<i>/kriwnakrî/</i> (LM): <i>Kriwnakrî mîikîrî wî'po e'nunkai.</i> / O galo canta na serra. (Fonte: autora da pesquisa)	
8	Machado		<p>1. Machado: s.m. instrumento cortante que se usa encabado, para rachar lenha, aparelhar madeira, etc.(FERREIRA, 2000, p. 437)</p> <p>2. <i>/aka sipinkon/</i> (LM): "serra"*</p> <p>3. <i>/aka hurtan/</i> (LM): "igarapé do Machado"*</p> <p>4. <i>/a'kasi ponkon/</i> (LM): O machado é de todos (Fonte: autora da pesquisa)</p> <p>5. <i>Wa'ka</i> (LM): <i>Wa'ka yenna'pî wai'.</i> / 'Comprei um machado.'; <i>-wa'kari forma possessiva Uwa'kîrî yari' pîto' man!</i> 'Levaram meu machado' (AMÓDIO;</p>	Ergotopônimo

			PIRA, 2007, p. 222).	
		<i>Aka sipinkon</i>	<i>Aka sipinkon</i> (LM): ‘machado comunidade’ (LP) *. <i>Aka é uma forma reduzida de wa’ka em outros dialetos do LM</i> (CRUZ, 2013)	
10	Barro		Barro: s.m.argila (FERREIRA, 2000, p. 90) <i>Non</i> (LM): <i>Non Ku’sa uurînîkon</i> . / Somos feitos de barro. (AMÓDIO; PIRA, 2007, p.185); <i>Non araru</i> , barro cachoeira = ‘cachoeira do barro’. (ARAÚJO; CRUZ, 2013). <i>Non</i> (LT): s. “tierra” (ARME LLADA; SALAZAR, 1981, p. 297).	Litotopônimo/Ergotopônimo o
		1.Barro 2. Vila Pereira Surumu	“DEPLAF/SEINF/PORTARIA Nº 520/2010. Autorizar o afastamento da sede o (a) servidor (a) ELIZANGELA DE SOUZA RODRIGUES – ENG ^a . CIVIL, para viajar com destino ao Município de Pacaraima, no período de 14.07 a 15.07.2010, a serviço da Secretaria de Estado da Infraestrutura. Com a finalidade de fazer visita técnica no Centro Indígena de Educação e Cultura na Raposa Serra do Sol, instalado na Vila Pereira na Região do Surumu. Boa Vista RR, 07 de Julho de 2010.” Emprego do topônimo por Órgão Oficial no Diário Oficial do Estado.	1.*** 2.Poliotopônimo
11	Surumu		1. <i>Surun</i> (LM), Surumu (LP) 2. “Rio Surumu: importante rio do estado de Roraima. “Ao todo, 858 militares participam da missão que ocorre desde o início da semana nas proximidades do rio Surumu, ao Norte do Estado.” (<i>Folha Web</i> , 09/11/2012 02h29) 3. <i>Surun</i> (LM): espécie de pombinha, pássaro da região do teso.*	Zootopônimo
		1. Barro*** 2. Vila Pereira Surumu	Igual etimologia do item 10	1.*** 2.***
12	São Jorge		1. São Jorge.: São: s.m. forma sincopada de santo, usado antes de nomes que principiam por consoante (FERREIRA, 2000, p. 622); Jorge: s. m. antropônimo de santo. 2. Lua (LP) / <i>kapoi</i> (LM). <i>Kapoi eratîsa man</i> / ‘A lua virou’; <i>Tiaron kapoipî uutî</i> / ‘Vou no outro mês.’ (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 222); 3. Cavalo (LP) / <i>kaware</i> (): <i>kaware po yaako erepanî’pî</i> . / ‘Meu cunhado chegou de cavalo.’ (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 192); 4. Cavalo de São Jorge/ <i>kawarerêpan</i> ; (ARAÚJO; CRUZ, 2013)	Hagiotopônimo

			5. <i>Kapoi kwarerepon/ 'lua cavalo', 'cavalo de São Jorge'</i> (ARAÚJO; CRUZ, 2013)	
		<i>Meren mere</i>	1. <i>Meren mere'</i> (LM): 'arco íris'. <i>Meren mere' awitisa wittî yepoi 'O arco íris ascendeu em cima da casa.</i> (AMÓDIO; PIRA, 2007, p. 182);	Astrotopônimo
13	Perdiz		1. Perdiz: s.f. Zool. Ave fasianídea de carne apreciada. (FERREIRA, 2000, p. 527). 2. Siki(LM): <i>Siki pokanen uuri'</i> 'Eu flecho perdiz.'(AMÓDIO; PIRA, 2007, p.235). 3. Dakari(LW): <i>Kainha'a ungary yz arimeraka dakari tan naa/ 'Tenho um cachorro que é bom de perdiz.'</i> (SILVA et al., 2013, p. 33).	Zootopônimo
14	Maruai		1. Maruai: s. f. resina vegetal com perfume característico que, segundo a cultura indígena, serve para defumar e exorcizar os males.* 2. Maruaibe (LW)> <i>Maru á>Maru uá</i> (LM); 3. <i>Ku'ukuu xandan patakan maruaibe id.</i> (LW) / 'Vovó defumou seu neto com resina de maruai.' (SILVA et al., 2013, p. 69).	Fitotopônimo/Mitotopônimo
		Bala	Bala: s.f.: Projétil de arma de fogo: bala de revólver, de canhão, de fuzil: vidro à prova de balas. Nessa acp., aum. Irreg.: balaço, balázio; dim. Irreg.: balim, balote. (AULETE, 2013).	Ergotopônimo

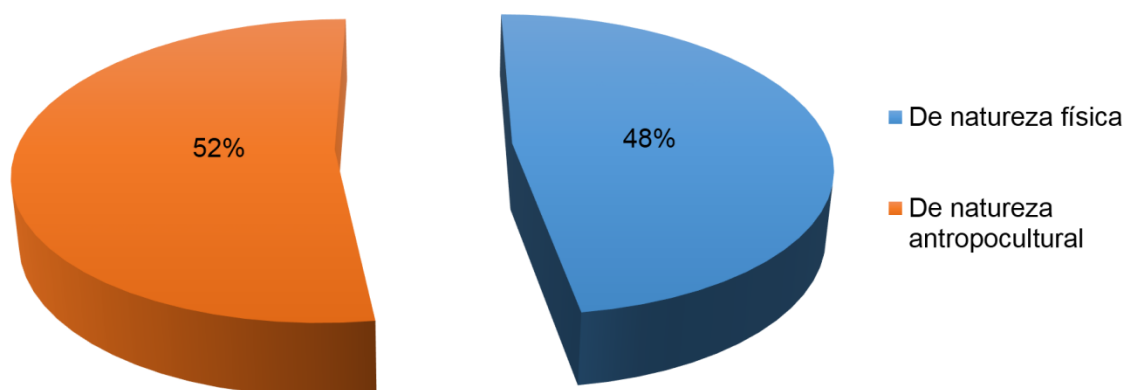
Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Legenda: * Informação coletada nas entrevistas; ** As duas comunidades têm a mesma etimologia; *** Topônimo já classificado anteriormente

O estudo das taxionomias, como já foi esclarecido, tem como base a classificação de Dick (1990), bem como em outras fontes de toponímia indígena da Amazônia, do Tocantins, ATITO - Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins; do Acre, Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira, do Pará, Alispa - Atlas Geo-sócio-linguístico do Pará, de Roraima, A Morada dos Wapichana: atlas toponímico da região indígena Serra da Lua. Como em outros trabalhos do tema toponímia indígena, esta pesquisa acusou a preferência dos denominadores pelas classes dos zootopônimos, dos fitotopônimos. Tal escolha toponímica talvez se dê pela paisagem natural de composição geográfica peculiar neste território e pelas coisas (animais, plantas) do lugar.

De acordo com a natureza das taxionomias, os topônimos estão classificados conforme com Dick (2004), 11 deles pertencem a taxes de natureza antropocultural e 10 a taxes de natureza física, cuja classificação se deu a partir das características de cada um deles, identificadas pela pesquisa, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Os topônimos quanto à natureza das taxes

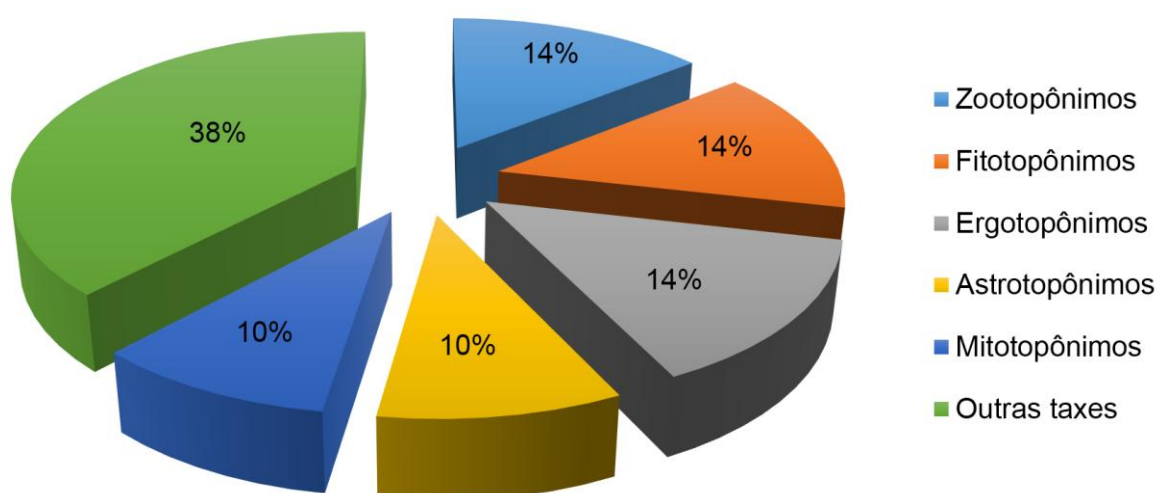


Fonte: elaborado pela autora, 2013

Foram identificados 27 topônimos, 21 sistematizados e 6 deles não foram somados nesta síntese, apenas citados no quadro, acompanhados de asteriscos, com notas explicativas. Procuo também acomodar as taxes em grupos, considerando o número de ocorrências de topônimo em cada uma delas. Em primeiro lugar, os topônimos que figuram como taxes dos zootopônimos (Guariba, Maruai, Perdiz), dos fitotopônimos (Bananal, Contão, Maruai) e dos ergotopônimos (Machado, Barro, Bala), com recorrência de três topônimos para cada uma delas,

seguida pelas taxes dos astrotopônimos (*Warara pisë'*, *Meren mere'*) e dos mitotopônimos (Canta Galo, Maruai), com duas recorrências para cada uma delas e por último, estão as taxes dos antropotopônimo (Sabiá), geomorfotopônimo (Enseada do Sabiá), hodotopônimos (Boca da Mata), dirrematopônimos (*Makayapan*), animotopônimos⁴³ (Sorocaima), litotopônimos (Barro), poliotopônimos (Vila Pereira Surumu), hagiopônimos (São Jorge), cada uma destas taxes com apenas um topônimo. Veja o gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Topônimos e suas taxionômicas



Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Os astrotopônimos podem apontar para a possibilidade de que os indígenas nomeavam também a partir daquilo que estava ao alcance de sua visão, observe que os dois topônimos desta classe não são topônimos atuais e que talvez não tenham sofrido influências de culturas externas na sua escolha. Da mesma forma, a presença das taxes ergotopônimos, dirrematopônimos e mitotopônimos pode levar a pensar na presença de elementos da cultura indígena muito presentes nas comunidades.

Nesta análise, 02 topônimos merecem destaque quanto à classificação taxionômica, são eles: Barro e Maruai, porque, individualmente, eles podem ser classificados em duas taxes. O primeiro, visto como mineral, pode ser classificado como litotopônimo, no entanto, pode também fazer parte da taxionômica dos ergotopônimos,

⁴³ Classificação referente aos topônimos Sorocaima I e II, com base na categorização da taxionômica dos animotopônimos de Isquierdo (1996).

considerando que o topônimo nasce a partir da referência às 'panelas de barro', utensílio muito comum na cozinha indígena, portanto, elemento da cultura material. E o segundo, Maruai, faz parte dos fitotopônimos, já que se trata de uma resina vegetal, mas também pode se acomodar na taxa dos mitotopônimos, considerando a presença do pajé Maruai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações finais são originadas do caminho percorrido pela pesquisa, a interpretação e a análise de dados com o fim de atender aos objetivos propostos, subsidiadas pelo estudo da literatura indicada e que fundamentaram esta dissertação. Os caminhos foram traçados a partir do objetivo de entender o que levou um povo a marcar sua comunidade com determinado topônimo, e, se o atual topônimo foi o primeiro daquela comunidade, se não, que nome(s) já recebera anteriormente e o que pode ter ocasionado a substituição. Tudo isso a partir da análise de traços histórico-culturais, linguísticos e etimológicos de topônimos de comunidades indígenas no município de Pacaraima. As considerações aqui apresentadas partem da hipótese de que, em toda toponímia indígena, mesmo naqueles topônimos em língua portuguesa, há sempre outro topônimo na língua indígena em subjacência do topônimo atual, revelados pelos estudos da etimologia e dos estratos linguísticos.

O corpo de colaboradores, constituído por 32 informantes, foi essencial para a credibilidade dos dados coletados. 88% dessas pessoas são maiores de cinquenta anos, e a maioria não alfabetizada é formada pelos mais idosos, os quais são os responsáveis por repassar a história de seus avôs ou de outros antecessores, por meio de narrativas orais, foco da coleta, para os mais jovens, o que sustenta a reconstituição da memória das comunidades. Os mais velhos e aqueles que administram a comunidade são respeitados e apresentados como referência entre as etnias e, possivelmente, interferiram e/ou conviveram com as pessoas responsáveis pelas escolhas toponímicas.

Ainda referente ao perfil dos entrevistados, quanto ao domínio da língua, o quadro evidencia a diversidade étnica e linguística destas comunidades, foram identificados falantes de LP, LE, LIng e de línguas indígenas LM, LT, LW e LPat, a maioria dos entrevistados tem domínio de LP e de pelo menos uma língua indígena. Outro fator que contribuiu para esse processo foi a dificuldade de pronúncia das línguas indígenas por falantes de LP, uma vez que essas línguas têm gramáticas fonológicas próprias e distantes da LP, o que denuncia a sobreposição dessa língua majoritária sobre as demais línguas.

O estudo provou que isso repercutiu nas escolhas dos atuais topônimos das comunidades que tiveram topônimo em língua indígena e que, atualmente,

receberam nomes em LP. No mesmo sentido, é importante dizer que o estudo identificou três etnias, Taurepang, Wapichana e Macuxi sendo a última em maior número entre os entrevistados, visto a pesquisa ter sido desenvolvida na região das TISM e TIRSS ocupadas principalmente por esta etnia.

O *corpus* do trabalho foi composto de 14 comunidades indígenas. Considerando os topônimos anteriores, esse número sobe para 27 topônimos, no entanto, foram analisados 21, uma vez que alguns nomes se repetem. Os dados discutidos quanto à morfologia e à sintaxe dos topônimos, novos e antigos, estão constituídos, na maioria, por itens lexicais simples (substantivos), ‘Bananal’, ‘Guariba’, ‘Machado’, ‘Barro’, ‘Perdiz’, entre outros apresentados nesta pesquisa. Esse resultado condiz com a afirmação de Dick (1990, p. 97), segundo a qual o homem vê “concretismo dos objetos por excelência” nesta classe de palavras, e isso o impulsiona para denominação do lugar. De modo determinante, os topônimos apresentam a fórmula simples de sintagmas nominais, SN (N).

Destaca-se também como fundamental na realização deste trabalho, a análise da motivação toponímica a partir de seus elementos formadores, pois esta indica que além de sobreposição de línguas em seus processos fonológicos de substituição e de assimilação de fonemas, ou mesmo pela substituição de todo o sintagma toponímico para LP. Há a compreensão de que houve interferência político-histórico-religiosa na definição de topônimos, como em “Barro” e “São Jorge”, entre outros.

O estudo de elementos etimológicos permitiu a proposição de quatro grupos para sistematizar a escolha toponímica com base em elementos formadores, a saber: 1) Topônimos em LP com correspondente em LI, formaram esse grupo 11 topônimos, todos eles apresentam pelo menos um elemento formador que faça parte do léxico da língua indígena em situação sinonímia, “Perdiz” (LP) / *Dakari* (LW); 2) Topônimos em LP sem correspondente em LI, apenas para o termo “Bala” (LP), entre todos os estudados, não foi encontrado outro de mesmo valor em LI; 3) Topônimos em LI com correspondente em LP, esse grupo está representado por 4 topônimos, *Wa’ka* (LM): *Wa’ka yenna’pî wai’!* ‘Comprei um machado’; e 4) Topônimos em LI que sofreram aportuguesamento, são 4 os representantes deste grupo, *Sarakainak* (LT): *Sarak* > *Sarakainak*, ‘Sorocaima’ (LP), cujo processo de aportuguesamento se deu pelo alçamento da vogal central [a] que passou a vogal posterior, média, alta, arredondada [o] e na substituição do fonema linguodental [n]

pelo bilabial [m], quanto ao aspecto semântico permanece o da língua de origem. Esta parte da análise confirma a hipótese, uma vez que a maioria dos topônimos em LP tem correspondente em LI, no entanto, a pesquisa mostrou também o inverso, que há termos em português correspondentes aos que nominam em LI as comunidades, essa reciprocidade remete em especial ao uso interativo de línguas diferentes em um mesmo espaço geográfico.

O estudo toponímico, uma vez que está intimamente ligado à história das comunidades, possibilitou-me conhecer os topônimos anteriores de algumas comunidades e suas respectivas motivações de mudanças. No resultado apresentado, apenas em Guariba, Contão e Perdiz, das 14 comunidades pesquisadas, não foi possível identificar topônimos anteriores, enquanto em Barro e Surumu foram registradas duas mudanças toponímicas anteriores e, na maioria, 9 comunidades, houve o registro de um topônimo anterior, são elas Sabiá, Boca da Mata, Bananal, Sorocaima I e II, Canta Galo, Machado, São Jorge e Maruai.

A classificação taxionômica deu lugar privilegiado em igual recorrência aos zootopônimos, fitotopônimos e ergotopônimos. Talvez isso ocorra devido à paisagem natural de composição geográfica peculiar deste território e à cultura indígena, mostrando a preferência dos denominadores pelos elementos (animais, plantas e material) do lugar. É também importante sopesar a recorrência dos astrotopônimos, os quais indicam que os indígenas toponimizam a partir daquilo que está ao alcance da sua visão; de forma equivalente, os ergotopônimos e os mitotopônimos conotam os elementos da cultura do indígena. Outro fator analisado e que deve ser considerado é que os moradores das comunidades Bananal, Canta Galo, Barro, Surumu e Maruai assim como das comunidades vizinhas e até de órgãos públicos reconhecem e fazem uso dos dois topônimos, do atual e do antigo, dessas comunidades. Assim, abre-se o espaço para uma possível classificação mista em motivação e taxes.

Em resumo, a dissertação favoreceu a compreensão de que é ilusão achar que o estudo toponímico é essencialmente referencial, pois ao contrário, a relação homem e meio está ligada pela história, a cultura e a língua, esta responsável por eternizar as duas primeiras, a partir da marca toponímica do denominador, refletida pela emoção que o envolvia no momento do batismo do lugar. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para o estudo da toponímia de Roraima, este ainda em caráter incipiente, tendo em vista que estudos deste tema começam a despontar no Estado.

Além disso, favorecerá a consulta de interesse acerca do tema a órgãos institucionais ou não e a pesquisadores. Como também, impulsionará o ensino de línguas e proporcionará uma gama de informações relacionadas à cultura e a história dos indígenas de Roraima. Em razão disso, a partir desta leitura, mais pesquisadores adentrarão neste campo de estudo, em especial, servirá como motivador aos indígenas moradores destas e de outras comunidades a se interessarem pelo tema.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

AMÓDIO, Emanuele; PIRA, Vicente. **Makusi Maimu Língua Macuxi (guia para aprendizagem e dicionário makuxi)**. 3 ed. Manaus: Valer, 2007.

ANDRADE, K. Santos. **Atlas Toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins** – Projeto ATITO, 187 f. (Tese Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. SP, 2006.

_____. Projeto ATITO: algumas considerações sobre o Atlas Toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins. ISQUERDO, Maria Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocomy. In: **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia terminologia – vol IV**. Campo Grande, MS: UFMS; Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____. **Memória e Narrativa: o nome da comunidade remanescente de quilombo morro de São João, Estado do Tocantins**, 2013.

ANDRELLO, Geraldo L. **Os Taurepáng: memória e profetismo no século XX**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

ARAÚJO, Ma.do Socorro M.; CRUZ, Ma. Odileiz Sousa. Um passeio pela toponímia indígena de Pacaraima. **ABRALIN**. Rio Grande do Norte, 30/jan.-02/fev.2013.

ARMELLADA, Fr. Cesáreo de; SALAZAR, Fr. Mariano Gutiérrez. **Diccionario Pemón**. Editora: Corpoven. Caracas. 1981.

AULETE, Francisco J. Caldas; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa (on-line)**. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/fronteira#ixzz2LNCVcE13/>> acesso em: 16 de fevereiro de 2013.>. Acesso em: ago. 2013; fev.2014.

BORGES NETO, José. Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística. In: XAVIER, Antônio Carlos e CORTEZ, Suzana. **Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p.37-50.

BURKE, Peter. 1937. **Variedades de História Cultural**. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo. Parábola. 2010.

CARNEIRO, João Paulo. J. A. **A morada dos Wapixana: Atlas Toponímico da Região Indígena Serra da Lua- RR**. Dissertação de Mestrado. FFLCH. USP: 2007.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vima Lia de Rossi. (Org.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

_____. Etnotoponímia comparada e antroponímia: sistemas de nomeação e fundamentos do nome próprio. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XII, p. 106-117, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. Rumos da Dialetologia Portuguesa. **ALFA revista de linguística**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 1-243, 2007.

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. **A política da memória Sapará**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. Biblioteca da educação. Série I Escola; v. 16. São Paulo: Cortez, 2009.

COSERIU, Eugenio. Fundamentos e tarefas da sócio e da etnolingüística. In: **I Congresso Nacional de Sócio e Etnolingüística**. João Pessoa: UFPB, 1987.

COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. de. Transculturalidade e transglossia: para compreender o fenômeno das fricções linguístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. In CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

CRUZ, Maria Odileiz Sousa. **A fonologia Taurepang**: a língua da família Karib falada em Roraima. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1995.

_____. **Fonologia e gramática Ingarikó Kapon** – Brasil. 2005. 464 p. Tese de Doutorado - Faculteit der Letteren, Vrije Universiteit, Amsterdam Holanda, 2005

_____. Gíria: pré-conceito ou identidade? In: _____. ANDRADE, Roberto Carlos (Orgs.). **Letras e Outras Letras**. Boa Vista: UFRR, 2007.

_____. Os Ingarikó (Kapon) na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. In: **Tensões Mundiais: revista do observatório das nacionalidades**.v. 4, n. 6. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades; São Paulo Annablume, jan./jul, 2008.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Sobre o conceito de região**. Revista de História Regional, 5(2), 2000, p. 39 - 56.

CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC, 1998.

DICK, Maria V. P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. Edições Arquivos do Estado de São Paulo, 1990.

_____. **Toponímia e antropologia no Brasil:** Coletânea de estudos. FFLCH/USP, 1992.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo.** São Paulo: ANNABLUME, 1996.

_____. Investigação Linguística na Onomástica Brasileira In: GARTNER, Eberhard. HUNDT, Christine. SCHONBERGER, Axel. **Estudos de Língua Portuguesa III.** TFM, 2000.

_____. A toponímia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do estado de São Paulo). In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, Ieda M. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** Vol III. Campo Grande, MS: UFMS; 2004.

_____. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. C. de (org.) **O léxico em estudo.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

_____. A toponímia como meio de investigação linguística e antropocultural. In: ISQUERDO, A. N. (Org.). **Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil – Portugal.** Campo Grande/MS: UFMS, 2008.

_____. Etnia e Etnicidade. Um outro Modo de Nomear. Projetos ATESP/ATB. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** Campo Grande, MS: Ed. UFMG; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

DUBOIS, Jean. et al. **Dicionário de Linguística.** São Paulo: Cultrix, 2011.

ESTADOSAT. On line. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

FENTON, Steve. **Etnicidade.** Lisboa: Instituto Piaget, 2003

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910 – 1989. **Minidicionário Século XXI Escolar:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIORIN, José Luiz. Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística. In: XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. **Conversas com Linguistas:** Virtudes e Controvérsias da Linguística. São Paulo: Parábola, 2003.p. 71-76.

FOLHA DE BOA VISTA. Disponível em <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=139721>>. Acesso em: 1 de mai. 2014

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima.** Boa Vista: DLM, 2001.

FREITAS, D. B. A. P. A construção do sujeito nas narrativas orais. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 252, 2007. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

FUNAI. Disponível em <http://www.funai.gov.br/ultimas/Brasil%20Indigena/Revista%20Funai_01.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2012.

IBGE-CENSO DEMOGRÁFICO 2010. On line. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/tab_3_01.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

IBGE-CIDADESAT. On line. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=140045>, acesso em: 17 dez. 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista - UNESP. 1996. 409 p.

_____. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sóciohistórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Prolíngua**, vol. 2, n.2 (jul/dez), p. 2, 2008).

_____. Aparecida Negri. **Os animotopônimos na toponímia brasileira**: um estudo de caso. Análisis de estruturas linguísticas, in XVI Congresso Internacional de la ALFAL. UFMGS. . **Anais...** Brasil – Alcalá, 2011. p. 471

KLINGER, Karylleila dos Santos Andrade. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins - projeto Atito**. 2006. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-24032008-132238/>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. (1872-1924). **Do Roraima ao Orinoco**. Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. v. I: São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. 1932. **Cultura**: um conceito antropológico. 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LIMA, I. A. de. **A motivação religiosa nos topônimos paranaenses**. In: Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. **Anais...** 45, Campinas, GEL/UNESP, 1997, v.1, p. 422-428.

LYONS, John. **Lingua(gem) e Linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3 ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do ouro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MAZZOTI, Alda Judith A; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

MELLO, H. A. B. de. **O falar binlingue**. Goiânia: UFG, 1999.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1966.

OLIVEIRA, Idelvânia Rodrigues de. **Os Monaikó**: narrativas orais e registros linguísticos. Dissertação (mestrado). 127 folhas: il. Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, 2012.

PEREIRA, Zineide S. O movimento Indígena em Roraima: a trajetória das organizações. In: FERNANDES, M. L; GUIMARÃES, Manoel, L. M. S. **História e Diversidade**: política, educação, gênero e etnia em Roraima. Boa Vista: UFRR, 2010.

PESSOA, Katia Nepomuceno. **Fonologia Taurepang e comparação preliminar da fonologia de línguas do grupo Pemóng (família Caribe)**. Dissertação (mestrado) – 125 folhas: il., quadros, gráf. Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Linguística, 2006.

POLLAK, Michael. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. In: “La gestion de l’indicible”, **Actes de la recherche em sciences sociales**, 62/63, p. 30 e seg.

RABELO, Jairzinho. **Leitura em comunidades indígenas**: a identidade e a leitura na Boca da Mata. Dissertação (mestrado). 108 folhas: il. Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavilill. Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística. In: XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. **Conversas com Linguistas**: Virtudes e Controvérsias da Linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 175 -182.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ub2l_8HbEF0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 02 jan. 2013.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do norte do rio Amazonas**. Conselho Nacional de proteção aos Índios. Ministério da Agricultura. vol. III. Rio de Janeiro; 1953.

SAMPAIO, Theodoro. Da Evolução histórica do vocabulário geographico no Brasil. **Typographia do Diário Oficial**. v VIII, ed. 1903, São Paulo, 1904.

SÁNCHEZ, Marco Tulio Herrera. Los nombres geográficos como elementos de identidad territorial. **Geographical Names as Territorial Identity's, Elements Perspectiva Geográfica**, Bogotá, v 14, p. 101, 2009.

SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência**. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

_____. Edward. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. 2 ed. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SANTILLI, Paulo. **Pemoongon patá**: território macuxi, rotas de conflito. Editora: Unesp. São Paulo. 2001.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: Múltiplas perspectivas em linguística: XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). **Anais...**Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2013.

SERAINE, Florival. Topónimos de Portugal no Ceará. **Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná**, Curitiba, 1960. p. 45-60.

SILVA, Bazílio da; SILVA, Nilzamara de Souza; OLIVEIRA, Odamir de. **Paradakary urdnaa**: dicionário wapichana/português, português/wapichana. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: EDUFRR, 2013.

SILVA, Gilmar Brasil da; CRUZ, Ma. Odileiz Sousa. Topônimo em makuusi na terra da farinha (Uiramutã).UFRR-PRPPG, IX EPIC. **Anais...** BVB de 7-10 de junho de 2011.

SILVA, M. G. dos S. P. e. **Filigranas de vozes... Performance dos narradores e o jogo de significados nas narrativas orais indígenas da comunidade São Jorge – RR**. Dissertação (mestrado) – 131 folhas: il. Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, 2013.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

ZAMARIANO, Márcia. **Toponímia Paranaense** no período de 1648 a 1853. 2006, 269 fl. Dissertação(Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, 2006.

VOGT, Carlos. Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística. In: XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. **Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 193-199.

APÊNDICES

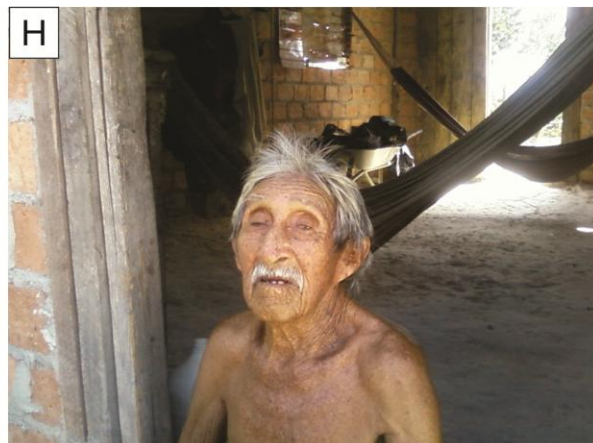


APÊNDICE - A: Mosaico

Fonte: Araújo, 2013.

- A) Comunidade Bananal
- B) Vovó Martina (Comunidade Canta Galo)
- C) Mulheres da Comunidade Contão
- D) Residência do Seu Marajó (Comunidade Sorocaima II)

- E) Seu Flores (Comunidade Sorocaima I)
 F) Dona Arlene (Comunidade Sabiá)



Fonte: Araújo, 2013.

- G) Vovó Olívia (Comunidade Boca da Mata)
 H) Seu Vitalino (Comunidade Barro)
 I) Seu Edmundo (Comunidade Machado)
 J) Comunidade Perdiz
 K) Comunidade Sorocaima I
 L) Seu Severino (Comunidade São Jorge)

APÊNDICE B – Declaração de Autorização da Associação dos Povos Indígenas do
Estado de Roraima - APIRR

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS DO ESTADO DE RORAIMA –APIRR

Boa Vista, 07 / 01 /2014

Senhor Ijanlio Gabriel de Araújo
DD Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP CoEP da Universidade
Federal de Roraima-UFRR

Prezado Senhor,

Eu, Manoel de Souza Ângelo, declaro, com base na Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado A TOPONÍMIA DE COMUNIDADES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE PACARAÍMA, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria do Socorro Melo Araújo, que as comunidades indígenas, associadas à APIRR, apresentam-se interessadas em atender no for necessário para a realização da pesquisa e que a pesquisadora acima citada está autorizada a utilizá-las.

De acordo e ciente,

Manoel de Souza Ângelo - RG 39.856

Presidente da Associação dos Povos Indígenas do Estado e Roraima - APIRR

APÊNDICE C – Declaração de Autorização da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE DEFESA DOS ÍNDIOS UNIDOS DO NORTE DE RORAIMA – SODIUR

Boa Vista, 07 / 01 /2014

Senhor Ijanílio Gabriel de Araújo
DD Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP CoEP da Universidade Federal de Roraima-UFRR

Prezado Senhor,

Eu, Hélio Jerônimo de Lima, declaro, com base na Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado A TOPONÍMIA DE COMUNIDADES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE PACARAÍMA, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria do Socorro Melo Araújo, que as comunidades indígenas, associadas à SODIUR, apresentam-se interessadas em atender no for necessário para a realização da pesquisa e que a pesquisadora acima citada está autorizada a utilizá-las.

De acordo e ciente,

Hélio Jerônimo de Lima 126.48.597

Presidente da Sociedade e Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima - SODIUR

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

A toponímia de comunidades indígenas do município de Pacaraima

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pela pesquisadora **Maria do Socorro Melo Araújo**, em relação a minha participação no projeto de pesquisa intitulado **A toponímia de comunidades indígenas do município de Pacaraima**, cujo objetivo é analisar traços histórico-culturais, linguísticos e etimológicos de nomes de comunidades indígenas no município de Pacaraima (RR). Os participantes desta pesquisa são 39 pessoas acima de 50 anos nas seguintes comunidades indígenas do município de Pacaraima: Bananal, Barro, Boca da Mata, Contão, Canta Galo, Machado, Maruay, Perdiz, Taxi, Sabiá, São Jorge, Sorocaima I e II, e Surumu. Serão realizadas entrevistas baseadas em narrativas orais com os informantes citados anteriormente e que moram na comunidade. Com base na entrevista e em uma ficha léxico-gráfico-toponímica, as perguntas não oferecem risco nem aos sujeitos informantes nem ao inquiridor. As comunidades indígenas terão acesso aos resultados da pesquisa através das respectivas lideranças locais. Uma cópia deste TCLE será entregue a cada um dos informantes e outra arquivada pela pesquisadora.

Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à minha privacidade, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar meu estado de saúde físico e/ou mental, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, Azeleno Lima da Silva, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a Professora Maria do Socorro Melo Araújo, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar do mesmo.

Pacaraima, 17 08 2013.

Azeleno Lima da Silva

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

A toponímia de comunidades indígenas do município de Pacaraima

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pela pesquisadora **Maria do Socorro Melo Araújo**, em relação a minha participação no projeto de pesquisa intitulado **A toponímia de comunidades indígenas do município de Pacaraima**, cujo objetivo é analisar traços histórico-culturais, lingüísticos e etimológicos de nomes de comunidades indígenas no município de Pacaraima (RR). Os participantes desta pesquisa são 39 pessoas acima de 50 anos nas seguintes comunidades indígenas do município de Pacaraima: Bananal, Barro, Boca da Mata, Contão, Canta Galo, Machado, Maruay, Perdiz, Taxi, Sabiá, São Jorge, Sorocaima I e II, e Surumu. Serão realizadas entrevistas baseadas em narrativas orais com os informantes citados anteriormente e que moram na comunidade. Com base na entrevista e em uma ficha léxico-gráfico-toponímica, as perguntas não oferecem risco nem aos sujeitos informantes nem ao inquiridor. As comunidades indígenas terão acesso aos resultados da pesquisa através das respectivas lideranças locais. Uma cópia deste TCLE será entregue a cada um dos informantes e outra arquivada pela pesquisadora.

Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à minha privacidade, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar meu estado de saúde físico e/ou mental, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

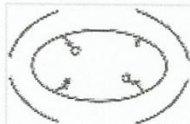
Eu, MANOEL BENTO FLORES, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a Professora Maria do Socorro Melo Araújo, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar do mesmo.

Pacaraima, 06/08/2013.

Manoel Bento Flores

ANEXO

ANEXO A – Parecer do CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA - UFRR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A TOPONÍMIA DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

Pesquisador: Maria do Socorro Melo Araújo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14867313.0.0000.5302

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 509.235

Data da Relatoria: 10/01/2014

Apresentação do Projeto:

O projeto deve ser aprovado, tendo em vista a apresentação de solução de pendências. Trata-se de uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima. Refere-se a um estudo sobre as origens dos nomes das comunidades indígenas do município de Pacaraima, considerando os aspectos histórico, sociais e culturais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Analisar traços histórico-culturais, linguísticos e etimológicos de nomes de comunidades indígenas no município de Pacaraima (RR). Os objetivos estão claros e coerentes com a proposta apresentada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Com base na entrevista e em uma ficha léxico-gráfico-toponímica, as perguntas não oferecem grande risco à integridade física e psicológica aos sujeitos informantes nem ao inquiridor.

Sobre os benefícios, a pesquisa deve contribuir para o estudo das línguas indígenas, a partir da reflexão sobre os traços etimológicos encontrados nos nomes das comunidades indígenas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa demonstra importância acadêmica e científica, podendo contribuir para uma melhor compreensão dos processos históricos por que passam os povos indígenas desta parte de

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco IV, Sala 20.
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69.304-000
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3201 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufr.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA - UFRR



Continuação do Parecer: 509.235

Roraima.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi apresentado e está de acordo com a proposta da pesquisadora.

A pesquisadora apresenta autorização da SODIUR e declaração de autorização da APIRR. A mesma solicita autorização à ATISM, conforme ofício Of 032 2013, e também, solicita autorização a FUNAI, através de ofício Of 012 2013 PPGL/UFRR encaminhado à FUNAI.

Recomendações:

Sugere-se autorização da FUNAI.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto apresenta orçamento compatível com a pesquisa, e o número de sujeitos 39 está em conformidade com a metodologia aplicada. Portanto, o projeto deve ser aprovado pelo Colegiado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado em Reunião do Colegiado.

BOA VISTA, 10 de Janeiro de 2014

Assinador por:
Ijanílio Gabriel de Araújo
(Coordenador)

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco IV, Sala 20.
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69.304-000
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3201 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufr.br